



**INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (IFG)  
CÂMPUS ANÁPOLIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
(PROFEPT)  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**



DALLIANE LOUREDO DE MELO MOREIRA

PROJETO *CONHECENDO O IFG*: UMA PERSPECTIVA DIALÓGICA ENTRE  
COMUNICAÇÃO E EXTENSÃO

ANÁPOLIS  
2021

DALLIANE LOUREDO DE MELO MOREIRA

PROJETO *CONHECENDO O IFG*: UMA PERSPECTIVA DIALÓGICA ENTRE  
COMUNICAÇÃO E EXTENSÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Goiás, Câmpus Anápolis.

Área de concentração: Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica

Orientadora: Dra. Mad'Ana Desirée Ribeiro de Castro

ANÁPOLIS  
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M838p MOREIRA, Daliane Louredo de Melo  
Projeto conhecendo o IFG: uma perspectiva dialógica entre comunicação e extensão / Daliane Louredo de Melo Moreira – – Anápolis: IFG, 2021.  
179 p. : il. color.

Orientadora: Prof. Dra. Mad'Ana Desirée Ribeiro de Castro.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica.

1. Instituto Federal de Goiás (IFG). 2. Comunicação. 3. Extensão. 4. Goiânia – GO. 5. Conhecendo o IFG nos câmpus – Projeto. I. CASTRO, Mad'Ana Desirée Ribeiro de orien.. II. Título.

CDD 370.7

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO  
NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

**Identificação da Produção Técnico-Científica**

- |                                                        |                                                         |
|--------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Tese                          | <input type="checkbox"/> Artigo Científico              |
| <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação        | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro              |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização   | <input type="checkbox"/> Livro                          |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação               | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional |                                                         |

Nome Completo do Autor: Dalliane Louredo de Melo Moreira

Matrícula: 2747087

Título do Trabalho: Projeto *Conhecendo o IFG*: uma perspectiva dialógica entre comunicação e extensão

**Autorização - Marque uma das opções**

- Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
- Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ (Embargo);
- Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2** ou **3**, marque a justificativa:

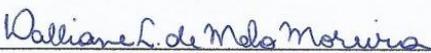
- O documento está sujeito a registro de patente.  
 O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.  
 Outra justificativa: \_\_\_\_\_

**DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA**

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Goiânia, 26/10/2021

  
Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

**INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (IFG)  
CÂMPUS ANÁPOLIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT)  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

DALLIANE LOUREDO DE MELO MOREIRA

PROJETO *CONHECENDO O IFG*: UMA PERSPECTIVA DIALÓGICA ENTRE  
COMUNICAÇÃO E EXTENSÃO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora de Defesa de Mestrado, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

Dissertação Aprovada em 23/08/2021.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mad'Ana Desirée Ribeiro de Castro – ProfEPT/IFG  
Orientadora e Presidente da Banca Examinadora

Prof.<sup>a</sup> Dra. Simone Antoniaci Tuzzo - UFG  
Avaliadora Externa

Prof.<sup>a</sup> Dra. Lorena Silva Oliveira Costa – ProfEPT/IFG  
Avaliadora Interna

ANÁPOLIS  
2021

*Aos meus pais, à minha irmã, aos meus filhos e ao  
meu esposo, com todo meu amor.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter vida para fazer essa caminhada, pela minha saúde e pela saúde de minha família e amigos. Vivenciamos situações emocionais difíceis desde o início da pandemia causada pelo coronavírus, em março de 2020. Muitas perdas e muitas tristezas nesse caminho.

Aos professores e alunos que responderam à pesquisa, que se disponibilizaram.

Aos colegas do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Educação e Formação de Trabalhadores (NUPPEEFT), pelos estudos em conjunto e reflexões enriquecedoras.

Aos meus amigos do Câmpus Goiânia do IFG, que me ajudaram direta ou indiretamente: Larissa Goulart, Eliezer Faria, Mayara Santana, Sérgio Botelho. À minha amiga Natalia de Paula, pela paciência e carinho, por toda a disponibilidade.

À minha chefe e amiga, Gleice Alves, e à minha amiga Marilene dos Santos, pelo incentivo e apoio durante o mestrado.

À minha orientadora, pessoa incrível, inspiradora na luta pelo bem, por estar comigo em minhas limitações e dificuldades.

Às minhas amigas Lígia Bruna, Jéssica Lorrane e Darc Lene, que tive a felicidade de encontrá-las nessa caminhada. Foram meus presentes de mestrado, com quem compartilhei muitas angústias e muitas risadas.

Aos meus sogros, Apolônia e Sinval, pela ajuda constante com meus pequenos e com minha família.

Às minhas avós Bila e Clarita, mulheres fortes e amáveis, que tanto me ensinam.

Aos meus pais amados, Leila e Décio, e à minha irmã, Lizziane, que me incentivaram, apoiaram e me amaram tanto nessa caminhada.

Aos meus filhos, Gabriel, Elisa e Laura, por tanta compreensão em suas infinitas bondades. Ao meu esposo, Marcelo, pela vida compartilhada, pelos choros ouvidos e pelo amor em nosso lar. Amo vocês.

*Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas **objeto**, mas sujeito também da História. (FREIRE, 1996, p. 23, grifo do autor).*

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar o projeto *Conhecendo o IFG* no Câmpus Goiânia e suas contribuições para a divulgação dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. É uma pesquisa referenciada no materialismo histórico-dialético, de natureza qualitativa e que utilizou, como instrumentos de coleta de dados, documentos, questionários e entrevista. O referencial teórico vinculou-se aos temas da trajetória histórica do IFG, comunicação, extensão e comunicação pública, numa perspectiva dialógica, abordando as contribuições de Ana Carolina Temer, Jorge Duarte, Heloiza Matos, Octavio Ianni, Otaíza Romanelli, Paulo Freire, Mariângela Haswani, Margarida Kunsch, Marise Ramos, Simone Tuzzo, Sueli Mazzilli, Vanessa Caires, dentre outros. A pesquisa revelou que o projeto *Conhecendo o IFG*, além de divulgar a instituição, possibilita o fortalecimento de sua função social, a democratização do acesso a ela e o reconhecimento, por parte dos participantes do projeto, de uma educação pública e de qualidade. Além disso, evidenciou a importância que o projeto *Conhecendo o IFG* assume para os professores e alunos participantes das visitas ao câmpus, corroborando a efetivação do “Guia para implementação do Projeto *Conhecendo o IFG* nos câmpus”, como produto educacional.

Palavras-chave: Projeto *Conhecendo o IFG*; comunicação; extensão.

## ABSTRACT

This research aimed to analyze the *Conhecendo o IFG* project at the Goiânia campus and its contributions to disseminating technical courses integrated to high school. It is a research referenced in historical-dialectical materialism, of qualitative nature, and employed documents, questionnaires and interview as instruments for data collection. The theoretical framework was linked to the areas of the historical trajectory of IFG, communication, extension, and public communication, in a dialogical perspective, addressing Ana Carolina Temer, Jorge Duarte, Heloiza Matos, Octavio Ianni, Otaíza Romanelli, Paulo Freire, Mariângela Haswani, Margarida Kunsch, Marise Ramos, Simone Tuzzo, Sueli Mazzilli, among others. The research revealed that, besides promoting the institution itself, the project enables the strengthening of IFG social function, the democratization of the access to it, and the recognition, by project participants, of its public and quality education. In addition, this research evidenced the importance that the *Conhecendo o IFG* project has for the teachers and students participating in the visits to the campus, which corroborates one of the main justifications for the creation of the "Guide for the implementation of *Conhecendo o IFG* Project on campuses" as a final educational product.

Keywords: *Conhecendo o IFG* Project; communication; extension.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Estudante do Câmpus Goiânia e egressa de escola municipal durante visita, em 2019 .....	92
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

### LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Total de alunos matriculados por modalidade no Câmpus Goiânia.....	79
<b>Gráfico 2</b> - Idade dos alunos.....	82
<b>Gráfico 3</b> - Cursos dos alunos.....	83
<b>Gráfico 4</b> - Ano do curso em que os alunos estão matriculados.....	83
<b>Gráfico 5</b> - Ano em que o aluno visitou o Câmpus Goiânia.....	85
<b>Gráfico 6</b> - Categoria das escolas de origem dos alunos .....	85
<b>Gráfico 7</b> - Categoria das escolas de origem dos professores .....	86
<b>Gráfico 8</b> - Anos em que os professores visitaram o Câmpus Goiânia .....	87
<b>Gráfico 9</b> - Acompanhamento do professor em visita ao outro câmpus do IFG .....	87
<b>Gráfico 10</b> - Por que os professores levaram os alunos para visitar o Câmpus Goiânia .....	89
<b>Gráfico 11</b> - Apresentação da instituição quanto à estrutura física .....	94
<b>Gráfico 12</b> - Apresentação da instituição quanto aos cursos ofertados .....	95
<b>Gráfico 13</b> - Apresentação da instituição quanto à formação profissional integrada ao ensino médio.....	95
<b>Gráfico 14</b> - Apresentação da instituição quanto ao ensino médio .....	96
<b>Gráfico 15</b> - Apresentação da instituição quanto à formação profissional.....	96
<b>Gráfico 16</b> - Como o professor conheceu o IFG .....	97
<b>Gráfico 17</b> - Material informativo recebido pela escola.....	98
<b>Gráfico 18</b> - Por que o aluno efetivou sua matrícula no IFG.....	99
<b>Gráfico 19</b> - Alunos que efetivaram a matrícula, mesmo sendo obrigados.....	100

### LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Instalação das unidades na primeira e na segunda fase .....	39
-------------------------------------------------------------------------------	----

<b>Quadro 2</b> - Cursos superiores ofertados nos câmpus do IFG em 2009 .....	42
<b>Quadro 3</b> - Resultado do levantamento bibliográfico conforme palavras-chave utilizadas....	67
<b>Quadro 4</b> - Visitação de estudantes à Instituição .....	75

## LISTA DE TABELA

<b>Tabela 1</b> - Quantidade de alunos matriculados no ano 2000 .....	34
-----------------------------------------------------------------------	----

## LISTA DE SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP/IFG	Comitê de Ética em Pesquisa do IFG
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CNE	Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação
CST	Curso Superior de Tecnologia
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ETG	Escola Técnica de Goiânia
ETFG	Escola Técnica Federal de Goiás
IFG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás ou, nomenclatura reduzida, Instituto Federal de Goiás
IF GOIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano ou, nomenclatura reduzida, Instituto Federal Goiano
GEPEX	Gerência de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPPI	Projeto Político Pedagógico Institucional
PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEX	Pró-reitora de Extensão
PROFEPT	Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
SEB	Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação
SECITEC	Semana de Educação, Ciência e Tecnologia
SENCE	Seminário Nacional de Curricularização da Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	17
1 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO IFG E SUAS INSTITUCIONALIDADES .....	21
1.1 Escola Técnica de Goiânia (ETG) .....	25
1.2 Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG) .....	28
1.3 Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO) .....	31
1.4 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).....	40
2 COMUNICAÇÃO E EXTENSÃO: APONTAMENTOS NECESSÁRIOS .....	46
2.1 Comunicação pública .....	52
2.2 Comunicação e extensão no IFG .....	55
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E PROCESSO INVESTIGATIVO .....	63
3.1 Levantamento bibliográfico e consulta à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) .....	66
3.2 Procedimentos metodológicos e sujeitos pesquisados.....	68
4 O PROJETO CONHECENDO O IFG.....	73
4.1 O Projeto <i>Conhecendo o IFG</i> no Câmpus Goiânia.....	79
4.2 Breve caracterização dos professores das escolas visitantes e dos alunos matriculados no Câmpus Goiânia do IFG.....	82
4.3 Categorias de análises.....	86
4.3.1 Por que o Câmpus Goiânia é visitado?.....	86
4.3.2 A percepção da comunicação por professores e estudantes.....	91
4.3.3 Por que a escolha do Câmpus Goiânia como instituição de ensino .....	98
4.3.4 A continuidade do projeto e a efetivação do produto educacional .....	102
a) Produto educacional: Guia para implementação do Projeto <i>Conhecendo o IFG</i> nos câmpus.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS .....	112
APÊNDICE A - Publicações selecionadas .....	124
APÊNDICE B - <i>E-mail</i> para SIC .....	129
APÊNDICE C - Questionário de pesquisa para professores .....	130
APÊNDICE D - Convite da pesquisa para os alunos .....	135
APÊNDICE E - Questionário de pesquisa para alunos .....	136

APÊNDICE F - Produto Educacional .....	142
APÊNDICE G - Instrumento de avaliação do produto educacional.....	168
ANEXO A - Atendimento aos percentuais estabelecidos na Lei 11.892, de 29/12/2008 e no Decreto 5.840, de 13/07/2006 .....	171
ANEXO B - Projeto Conhecendo o IFG.....	172
ANEXO C - Nota Pública IFG – COVID-19 (emitida em 15 de março) .....	178

## INTRODUÇÃO

A educação profissional no Brasil teve um grande crescimento a partir de 2005 com o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, promovido pelo governo federal. Naquela época, a Rede Federal era composta por 144 instituições. Até 2010, houve a inauguração de 214 novas unidades e até 2014, outras 208 unidades (BRASIL, [2016]). Em 2019, a Rede Federal estava composta por 661 unidades distribuídas nas 27 unidades federativas do país, sendo 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. (BRASIL, [2019]).

Em Goiás, há dois Institutos Federais: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano), com câmpus<sup>1</sup> em Campos Belos, Catalão, Ceres, Cristalina, Hidrolândia, Ipameri, Iporá, Morrinhos, Posse, Rio Verde, Trindade e Urutaí (IF GOIANO, 2019) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) com 14 câmpus: Águas Lindas de Goiás, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste (localizado em Goiânia), Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso de Goiás. Ambas as instituições possuem suas respectivas reitorias com sede em Goiânia.

O IFG, de acordo com o seu estatuto, tem como um dos seus princípios norteadores o compromisso com os direitos humanos, justiça social, equidade, diversidade, cidadania, ética. (IFG, 2018d). Tem como finalidade, entre outras, ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (IFG, 2018d).

A instituição possui 13.999 alunos matriculados em cursos regulares e presenciais, dos quais 5.997 são alunos dos cursos técnicos: 3.850 são dos cursos técnicos integrados ao ensino médio; 1.704 alunos estão matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA); e 443 estão nos cursos técnicos subsequentes (IFG, 2020g). Na maioria dos câmpus do IFG, os cursos técnicos integrados ao

---

<sup>1</sup> No texto, optamos pelo uso do termo câmpus (grafado com acento circunflexo, tanto para o singular quanto para o plural), considerando que o IFG também assim o adota em seus documentos oficiais. Da mesma forma, como nome dos câmpus do IFG, utiliza-se o termo com a letra inicial maiúscula, por exemplo: Câmpus Goiânia (IFG, 2019b).

ensino médio são oferecidos em tempo integral e com duração de 3 anos; no Câmpus Goiânia do IFG, os cursos são ofertados em apenas um turno e em 4 anos (IFG, 2019a).

O IFG possui uma longa trajetória histórica, marcada por mudanças significativas em sua institucionalidade, bem como por alterações de nomenclaturas; assim, a Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG), reconhecida pela sociedade goianiense e goiana, transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET), em 1999, e em pouco tempo assume novas funções como IFG, em 2008.

Nessa perspectiva, para melhor divulgar as ações do IFG e seus cursos foi implementado pela Pró-reitoria de Extensão (PROEX) da instituição, em 2011, o projeto intitulado *Conhecendo o IFG*. Neste projeto, os câmpus recebiam alunos do ensino fundamental e do ensino médio de escolas públicas (municipais e estaduais) para que conhecessem os cursos, suas estruturas físicas e obtivessem informações sobre os processos seletivos. A princípio, tratava-se de um projeto institucional de extensão, com a adesão dos câmpus do IFG. No entanto, a partir de 2018, o projeto ficou como política e execução de cada câmpus.

O IFG é uma instituição que atua na educação básica, na superior e na educação profissional e tecnológica. É pluricurricular e multicâmpus, com a oferta de cursos nas diferentes modalidades de ensino. Considerando tal complexidade, determinou-se o seguinte problema norteador deste trabalho: o projeto *Conhecendo o IFG* tem contribuído para a divulgação dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Câmpus Goiânia?

Para o desenvolvimento da pesquisa, escolhemos o Câmpus Goiânia do IFG, como campo de pesquisa, pelo fato de que, além de ser o câmpus de atuação profissional da pesquisadora, é o primeiro câmpus a ser instalado em Goiás e o que tem o maior de número de cursos técnicos integrados ao ensino médio<sup>2</sup>, bem como o maior número de alunos nesta modalidade<sup>3</sup>. Apesar de o projeto abranger alunos visitantes do ensino médio e alunos do ensino fundamental, adotamos como foco de análise os professores das escolas visitantes e os estudantes do 9º ano do ensino fundamental, pois estes são públicos potenciais para ingressar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

O Câmpus Goiânia participa do projeto desde o início, quando as escolas agendavam visitas de grupos de alunos do 9º ano do ensino fundamental ou da 3ª série do ensino médio

---

<sup>2</sup> Não foram incluídos na pesquisa os cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade EJA, por não fazerem parte do perfil a ser pesquisado.

<sup>3</sup> Pelo Sistema de Visualização de Relatórios Acadêmicos do IFG (Sistema Visão), o IFG conta com 3.850 alunos matriculados nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio (com exceção dos cursos EJA). Destes, 766 alunos estão no Câmpus Goiânia. (IFG, 2020g).

para conhecerem o IFG. As visitas eram marcadas e realizadas ao longo do ano, de acordo com a disponibilidade da escola visitante e do setor de transportes do IFG.

Nessas visitas, a maioria dos espaços físicos, bem como outros espaços específicos dos cursos, são apresentados aos alunos: teatro, biblioteca, miniginásio, laboratórios de Biologia, de Construção Civil, de Eletricidade/Eletrônica, de Meio Ambiente, de Mineração, de Química. Portanto, há um envolvimento intersetorial expressivo dentro do câmpus, o que reflete a importância do projeto assumida pela instituição e seus servidores, que se mobilizam para uma boa recepção aos alunos, como por exemplo, com apresentação e demonstração de experimentos.

O IFG é uma instituição pública de ensino que deve estar a serviço da comunidade, portanto é direito da população saber o que ela é, quais cursos oferece, as pesquisas e projetos que desenvolve.

A instituição busca se constituir como um espaço que preza pela superação das desigualdades sociais, atuando cada vez mais na comunidade na qual se insere (IFG, 2018f). Decorre daí a relevância de se analisar o projeto *Conhecendo o IFG*, para que os alunos visitantes das escolas públicas possam se inscrever nos processos seletivos e, conseqüentemente, estudar na instituição, seja nos cursos técnicos integrados, seja posteriormente nos cursos subsequentes, cursos superiores ou até mesmo de pós-graduação.

Neste sentido, é de grande importância social e institucional analisar as contribuições do projeto *Conhecendo o IFG* para a divulgação dos cursos técnicos integrados ao ensino médio junto ao público (professores e alunos) do projeto.

Abordamos aqui os temas *comunicação e extensão*. O interesse pela comunicação perpassa seu caráter social, o que “[...] implica uma reciprocidade que não pode ser rompida [...]” [pois na comunicação] “não há sujeitos passivos. Os sujeitos cointencionados ao objeto de seu pensar se **comunicam** seu conteúdo” (FREIRE, 2017, p. 86, grifo do autor).

Nossa pesquisa teve como objetivo analisar o projeto *Conhecendo o IFG* no Câmpus Goiânia e suas contribuições para a divulgação dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, na perspectiva dos professores das escolas que acompanham os alunos participantes desse projeto em 2019, bem como na perspectiva dos alunos matriculados no IFG que participaram do projeto em anos anteriores. Como objetivos específicos, destacam-se: investigar os motivos de os professores das escolas levarem seus alunos para conhecerem o Câmpus Goiânia; analisar os motivos/razões de os alunos que participaram do projeto terem escolhido um dos cursos da instituição; e elaborar um produto educacional.

Este trabalho estrutura-se em quatro capítulos. O capítulo 1 se configura como um resgate histórico da trajetória do IFG, ressaltando as transformações institucionais sofridas, bem como as interferências/influências das políticas públicas educacionais vinculadas, em última instância, aos interesses do capital sobre a formação profissional. Trazemos as reflexões e análises de Romanelli (2005), Ianni (1978), Manso (2016), Caires (2016) e Ramos (2014), que contribuem para elucidar o papel do IFG na história da educação profissional em Goiás.

No capítulo 2, avaliamos que os temas *comunicação* e *extensão* estão intrinsecamente ligados ao projeto *Conhecendo o IFG* sendo, portanto, essenciais para a melhor compreensão do projeto numa perspectiva dialógica. As abordagens são feitas a partir das contribuições de Freire (1987, 2017), Duarte (2011), Matos (2011), Haswani (2013), Mazzilli (2011), Temer e Nery (2004), Temer e Tuzzo (2016) e Temer e Tondato (2019).

O capítulo 3 traz o percurso teórico-metodológico que embasa a realização da pesquisa. Esta se pauta no Materialismo Histórico-Dialético, pois apreende que o “[...] objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empirista [...] é apreender a **essência** (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto” (NETTO, 2011, p. 20, grifo do autor). Neste capítulo, elucidamos os diversos obstáculos aos procedimentos metodológicos devido à pandemia mundial causada pela COVID-19<sup>4</sup> e à exigência necessária de distanciamento social para a contenção da doença.

No último capítulo, apresentamos o projeto *Conhecendo o IFG*, seus objetivos, forma de execução, público-alvo e apontamos as categorias para análise dos dados coletados através da pesquisa. As análises culminam com a efetivação do Produto Educacional “Guia para implementação do Projeto *Conhecendo o IFG* nos câmpus”.

Diante do exposto, espera-se que as reflexões apresentadas nesta dissertação possam contribuir para a real efetivação do projeto *Conhecendo o IFG* nos diversos câmpus do Instituto Federal de Goiás.

---

<sup>4</sup> COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus Sars-CoV-2 e até agosto de 2021 causou a morte de quase 580 mil pessoas no Brasil (BRASIL, 2021). Ainda há os inúmeros prejuízos de saúde física e emocional, sociais e econômicos vivenciados pela população do mundo inteiro.pandemia da COVID-19 , declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 (G1, 2020).

## 1 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO IFG E SUAS INSTITUCIONALIDADES

Este capítulo versa sobre a trajetória histórica do IFG, destacando as mudanças na sua institucionalidade e como elas se relacionaram com o contexto social. É essa historicidade que carrega o fôlego de uma instituição marcada pelas disputas políticas e que hoje a configura como pública, gratuita e “socialmente referenciada”.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) é uma instituição centenária, que surge em 1909, com a criação da Escola de Aprendizes Artífices, na antiga capital do estado, Vila Boa, atualmente cidade de Goiás (BRASIL, 1909). Com a construção de Goiânia, em 1942, a escola foi transferida para a nova capital, ganhando o nome Escola Técnica de Goiânia (MANSO, 2016). Posteriormente, em 1956, foi denominada de Escola Técnica Federal de Goiás; em 1999, com a oferta de cursos tecnológicos, passou a ser Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás; em 2008, assumiu seu nome atual, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás ou, com nomenclatura reduzida, Instituto Federal de Goiás (IFG) (BRASIL, [2019]).

O IFG é, destarte, uma instituição pública de educação que marcou várias gerações goianas, com uma trajetória histórica que perpassa períodos importantes de transformações na conjuntura política, econômica e cultural. Romanelli (2005) analisa que são essas três conjunturas que se relacionam diretamente com a evolução da organização do ensino e da demanda social de educação, em que

[...] a evolução do sistema educacional, a expansão do ensino e os rumos que esta tomou só podem ser compreendidos a partir da realidade concreta criada pela nossa herança cultural, evolução econômica e estruturação do poder político. Cada fase da história do ensino brasileiro vai refletir a interligação desses fatores: a herança cultural, atuando sobre os valores procurados na escola pela demanda social de educação, e o poder político, refletindo o jogo antagônico de forças conservadoras e modernizadoras, com o predomínio das primeiras, acabaram por orientar a expansão do ensino e por controlar a organização do sistema educacional de forma bastante defasada em relação às novas e crescentes necessidades do desenvolvimento econômico, este cada vez mais carente de recursos humanos. (ROMANELLI, 2005, p. 19).

Ramos (2014, p. 14) destaca que “[...] a história da educação no Brasil e a respectiva legislação são expostas e discutidas sempre à luz da dinâmica do desenvolvimento econômico brasileiro e frente às disputas travadas em torno do projeto societário e, assim, da própria política educacional.”

Caires (2016) também analisa que a trajetória da educação profissional brasileira (em cada período: colonial, imperial e republicano) carrega uma herança que sempre associa o

ensino profissional “[...] às políticas educacionais, aos sistemas econômicos de produção, à forma de organização do trabalho e à constituição dual da sociedade brasileira.” (CAIRES, 2016, p. 35), de modo que a educação do trabalhador está mais ligada às necessidades econômicas do que à formação humana.

Neste sentido, a República, proclamada em 1889, constituiu-se também pela permanência de uma série de práticas herdadas do passado colonial e imperial, especialmente os problemas decorrentes da utilização e expropriação do trabalho escravo, dos efeitos da monocultura agrícola exportadora e ainda da imensa parcela da população absolutamente analfabeta.

Segundo Fonseca (1961, p. 161), “por ocasião da Proclamação da República, existiam, em todo o País, 636 estabelecimentos industriais. Daquela data até 1909 fundaram-se 3362 outros. Em vinte anos o crescimento havia sido extraordinário”. De acordo ainda com o autor, o aumento na quantidade desses estabelecimentos exigia “homens com conhecimentos especializados, capazes de realizar seus serviços usando técnicas próprias. O desenvolvimento da indústria indicava a necessidade do estabelecimento do ensino profissional.” (FONSECA, 1961, p. 161).

A economia brasileira começava a contar com esses incentivos para o desenvolvimento da indústria, mas ainda se mantinha num “modelo de exportação de produtos tropicais e matérias-primas e importação de manufaturas” (IANNI, 1978, p. 11), tendo como base a produção cafeeira voltada à exportação.

Para Ianni (1978), não se pode negar a influência das relações externas de países como Inglaterra, Alemanha, França, Estados Unidos e outros sobre a industrialização do Brasil, já que as condições econômicas, sociais e políticas internas que serviram de base a esse processo “somente puderam ser dinamizadas devido às oscilações e rupturas havidas nos vínculos do Brasil” com aqueles países. (IANNI, 1978, p. 23).

Além dessas questões, o Brasil promulgou sua primeira constituição republicana em 1891 (BRASIL, 1891), a qual, além de instituir o sistema federativo de governo, consagrou a descentralização do ensino, pois reservava à União o ensino superior e o secundário e aos estados, a educação primária e profissional,

que na época, compreendia principalmente escolas normais (de nível médio) para moças e escolas técnicas para rapazes. Era, portanto, a consagração do sistema dual de ensino, que se vinha mantendo desde o Império. Era também uma forma de oficialização da distância que se mostrava, na prática, entre a educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do

povo (escola primária e escola profissional). Refletia essa situação uma dualidade que era o próprio retrato da organização social brasileira. (ROMANELLI, 2005, p. 41).

Para a autora, havia uma pressão econômica e social que logo provocaria uma ruptura às limitações estabelecidas pela constituição quanto à oferta do ensino federalizado, pois o fato de a União não interferir na autonomia dos estados provocou uma desorganização na construção dos sistemas educacionais brasileiros.

Fonseca (1961) explica que as indústrias pressionavam a União para que ela qualificasse mão de obra para os estabelecimentos fabris. Assim, o “decreto 7.566 representa o marco inicial das atividades do governo federal no campo do ensino de ofícios.” (FONSECA, 1961, p. 162).

É dentro deste contexto que se inicia a trajetória histórica do IFG, com a criação da Escola de Aprendizes Artífices, em 23 de setembro de 1909 (BRASIL, 1909). O Decreto nº 7.566/1909, assinado pelo presidente Nilo Peçanha, criava em cada capital do estado, ex-províncias imperiais, uma unidade da Escola, mantida pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, considerando:

que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime.” (BRASIL, 1909).

A Escola de Aprendizes Artífices era destinada ao ensino profissional primário e gratuito, para crianças com idade entre 10 e 13 anos, com o objetivo de formar operários e contramestres, ministrando ensino prático e conhecimentos técnicos necessários para aqueles que pretendiam aprender um ofício que fosse mais conveniente e necessário para o Estado e, se possível, para as especificações das indústrias locais (BRASIL, 1909).

Os cursos de oficinas da escola funcionavam em regime de externato, com horário compreendido entre 10 e 16 horas. Havia ainda os cursos noturnos: um primário, obrigatório para os que não sabiam ler, e outro de desenho para os alunos que carecessem dessa disciplina para o exercício satisfatório do ofício que aprenderiam.

A Escola de Aprendizes Artífices de Goyaz foi inaugurada na capital do estado, cidade de Goiás, na data de 1º de janeiro de 1910 (FONSECA, 1961, p. 167), “mas seu funcionamento efetivo, entretanto, só se iniciou em 1912. Os dois primeiros anos foram destinados a equipar e montar as oficinas.” (VIROTE, 2009, p. 101). Os primeiros ofícios ensinados pela Escola de Aprendizes Artífices em Goyaz foram os de sapateiro, ferreiro e carpinteiro (SÁ, 2014, p. 106).

A instalação da Escola, para Manso (2016, p. 34), desvelava “uma autoridade impregnada de poder e do direito de cobrar [...] em que a divisão de classes era imperativa e necessária para manter o domínio sobre os pobres e os desafortunados”, configurando-se como uma reafirmação do poder emanado pelo governo federal e corroborado pela população da cidade que “mantinha uma esperança de que a escola pudesse significar um avanço para a cidade e isso foi notório tanto na mídia, que passou a divulgar o fato, quanto por parte dos alunos que nela estudaram.” (MANSO, 2016, p. 34).

Os discursos da época evidenciavam a criação da Escola para a promoção do desenvolvimento econômico no estado, pois Goiás apresentava “apenas 16 estabelecimentos fabris” (FONSECA, 1986, p. 267). De acordo com o mesmo autor, as instalações das escolas, de modo geral, eram inadequadas e estavam em precárias condições, faltavam mestres especializados e os poucos professores presentes não sabiam o que lecionar no ensino profissional.

Por se definir como uma escola para que os “filhos dos desfavorecidos da fortuna” fossem preparados para “adquirir hábitos de trabalho profícuo” e se afastassem do ócio e do vício, eram pré-requisitos para o candidato a aluno: não sofrer moléstia infectocontagiosa e não ter defeitos que o impossibilitassem para o aprendizado de um ofício (BRASIL, 1909). Para Sá (2014, p. 110), “isso demonstra a forma pela qual os alunos eram compreendidos: como força de trabalho em formação e não como cidadãos de direitos”.

Essa configuração decorre das próprias implicações sociais, políticas e econômicas do país como um todo na época, não só de Goiás; a Escola se constituía em um “pano de fundo de um discurso subsumido por uma corrente entrelaçada de coronéis militares e da elite dominante da sociedade brasileira” (MANSO, 2016, p. 36). O autor ainda analisa que, mesmo enredada nessa relação de poder da classe dominante, a Escola propiciava um desenvolvimento do ensino profissionalizante no estado. Da mesma forma, a cidade de Goiás apresentava “uma prosperidade no tocante à formação de mão de obra, ainda que mais na especificidade de um artesão do que propriamente na de um profissional qualificado” (MANSO, 2016, p. 42).

Assim, no início “do século XX, a situação socioeconômica e cultural do estado de Goiás não apresentou significativas mudanças, permanecendo a situação de isolamento, baixo povoamento, ruralização e economia de subsistência.” (SÁ, 2014, p. 116).

A partir de 1930, o Brasil passa pelo que Ianni (1978) chamou de segunda fase do desenvolvimento industrial que consistiu na “aplicação de medidas destinadas a propiciar a diversificação e a expansão do setor. [...] Em linhas gerais, esse estágio situa-se entre 1930 e

1964. É a época da implantação do modelo ‘substituição de importações’.” (IANNI, 1978, p. 26).

É também após 1930 (e até 1964), que se vê um Estado nacional central quanto ao rumo das decisões políticas e econômicas (IANNI, 1978). É quando a organização educacional se propõe a mudanças “com o aumento da demanda escolar impulsionada pelo ritmo mais acelerado do processo de urbanização ocasionado pelo impulso dado à industrialização.” (ROMANELLI, 2005, p. 45).

De acordo com Sá (2014, p. 123),

Com a Revolução de 1930, o processo de industrialização, urbanização e modernização do país exigia o aumento do mercado consumidor interno e da produção de alimentos e matérias primas. Diante disso, era fundamental a ocupação das terras pouco povoadas e economicamente subaproveitadas das regiões Centro-Oeste e Norte do país. Para tanto, o governo Vargas promoveu o que foi denominado a “Marcha para o Oeste”, cujo sucesso passava, necessariamente, pela tomada de poder das antigas oligarquias e a construção de um novo e moderno centro irradiador do progresso.

Neste contexto, além de um quadro nacional de revolução, Goiás se deparava com o lançamento da pedra fundamental da nova capital do estado, no dia 24 de outubro de 1933 (SÁ, 2014). Então, em 1937, a capital foi transferida da cidade de Goiás para Goiânia e “no dia 5 de julho de 1942, realizou-se a cerimônia oficial de inauguração da nova metrópole, que foi apresentada solenemente a todo país” (SÁ, 2014, p. 127). Portanto, a “transferência deve ser compreendida no quadro de expansão do capital para a região central do país, que se expressou na política governamental chamada de “Marcha para o Oeste”, da qual a construção da nova capital fez parte” (LÔBO, 2015, p. 77).

Com a inauguração oficial de Goiânia, foi realizado na cidade um conjunto de atividades festivas, como a feira de produtos nacionais, exposição de pecuária, a II Exposição Nacional de Educação e Cartografia, no que ficou conhecido como *Batismo Cultural*, momento também da inauguração do prédio da nova Escola Técnica de Goiânia (SÁ, 2014).

### **1.1 Escola Técnica de Goiânia (ETG)**

A Escola de Aprendizes Artífices de Goiás, que passou a se chamar Escola Técnica de Goiânia ao ser transferida para nova capital do Estado, deixou de funcionar na cidade de Goiás em 1941 (SÁ, 2014). Assim,

foi decretada a extinção da Escola de Aprendizes Artífices na Cidade de Goiás, pondo um ponto final num trabalho que durou três décadas e que, de forma totalmente alijada de qualquer nuance de caráter depreciativo, modificou e envolveu alunos, mestres e profissionais administrativos, ainda que em número reduzido, mas que fizeram a sua história e quiçá tenham mudado para melhor as suas vidas. (MANSO, 2016, p. 53).

A Escola Técnica de Goiânia foi criada pelo Decreto-Lei de nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que instituía escolas técnicas federais e escolas industriais federais no país. (BRASIL, 1942b). Era, para Sá (2014), uma escola grandiosa, com uma estrutura arquitetônica no estilo *art déco*. Possuía alojamento (dormitório) para os alunos internos, restaurante, biblioteca, auditório, galpões de oficinas com maquinários e equipamentos.

A inauguração da Escola na capital realizou-se num “momento histórico de muitas expectativas de mudança e esperanças de progresso econômico, social e cultural do país e do estado” (SÁ, 2014, p. 137).

Sá (2014) relata que a Escola já estaria pronta em 1942<sup>5</sup>, mas somente em 1943 é que se iniciaram as atividades escolares, com grande falta de recursos materiais e humanos. O autor ainda aborda a forma de admissão dos alunos, que

para ingressar no Ensino Industrial Básico (primeiro ciclo) da ETG, os candidatos precisavam ter concluído o ensino primário e ser aprovados em um exame “vestibular”, que continha provas das matérias de Português e Aritmética, além de uma avaliação de aptidão mental. Já, para ingressar nos cursos técnicos industriais (segundo ciclo), o aluno deveria ter concluído o primeiro ciclo (ou equivalente) e prestar exame “de admissão”, que avaliava conhecimentos nas áreas de Português, Matemática e Desenho. (SÁ, 2014, p. 149).

Para Cunha (2005b, p. 36 *apud* SÁ, 2014, p. 150) “a pobreza deixava de ser, então, critério suficiente para o aprendizado de um ofício, embora não perdesse seu caráter necessário”. Além de mudanças na forma de ingresso, de espaço físico, de nomenclatura, havia ainda uma série de mudanças na legislação sobre o ensino, como a Constituição Federal de 1937, a Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942) e a Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942).

Vale destacar que a Constituição Federal de 1937, já no período de Estado Novo, foi a primeira carta magna a prever o ensino profissional. No entanto, era um ensino “destinado às classes menos favorecidas” (BRASIL, 1937), o que representava uma política educacional que instituía “oficialmente a discriminação social, através da escola. E fazendo isso, estava [o Estado] orientando a escolha da demanda social da educação.” (ROMANELLI, 2005, p. 153).

---

<sup>5</sup> O próprio Decreto-lei nº 4.127/1942 estabelecia em seu art. 8º, § 2º, que as escolas entrariam em funcionamento “desde logo” (BRASIL, 1942b).

A Lei Orgânica do Ensino Industrial estabelecia “as bases de organização e de regime do ensino industrial, que é o ramo de ensino, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca.” (BRASIL, 1942a). Assim, o ensino profissional passava de nível primário para ser de nível secundário (médio). Além disso, as mulheres passaram a ter o direito de ingressar nos cursos industriais.

Para Ramos (2014), o conjunto das leis orgânicas significou um marco importante na política educacional, no entanto, apesar da “organicidade no âmbito de cada um desses segmentos, a relação entre eles ainda não existia, mantendo-se duas estruturas educacionais paralelas e independentes” (RAMOS, 2014, p. 26).

Pelo Decreto-lei nº 4.073/1942, o ensino industrial era administrado em dois ciclos: o primeiro ciclo compreendia as seguintes ordens de ensino: industrial básico, de mestría, artesanal e aprendizagem enquanto o segundo ciclo abarcava as ordens de ensino técnico e pedagógico. Os cursos do primeiro ciclo eram articulados com o ensino primário, e os cursos técnicos alinhavam-se ao primeiro ciclo do ensino secundário.

Assim, a Escola Técnica de Goiânia oferecia, como ensino industrial básico (de quatro anos), os cursos: Artífice em Alfaiataria, Artífice em Arte de Couro, Artífice em Marcenaria, Artífice em Mecânica de Máquinas e Motores, Artífice em Serralheria e Artífice em Tipografia e Encadernação (SÁ, 2014).

Conforme o referido decreto-lei, para se matricular em curso técnico, o aluno deveria ter concluído o primeiro ciclo do ensino secundário ou curso industrial. Então, “o segundo ciclo começou a funcionar, efetivamente, no ano de 1947. Os primeiros cursos que compuseram o Ensino Técnico na ETG foram: o Curso Técnico de Construção de Máquinas e Motores, o Curso de Edificações e o Curso de Eletrotécnica” (SÁ, 2014, p. 161).

A industrialização, guiada pelo capitalismo, exigia cada vez mais qualificação da mão de obra. Nos anos de 1950, com a ampliação da indústria de base (petrolífera, elétrica, metalúrgica), com o plano de metas do governo JK e com a intensificação da internalização da economia, marca-se a esfera da produção determinada pela organização do trabalho nos métodos taylorista e fordista (LÔBO, 2015).

Além disso, vivia-se uma retomada do regime democrático concretizada pela Constituição Federal de 1946 que, mesmo sem abordar o ensino profissional,

se caracterizou pelo espírito liberal e democrático, aproximando-se muito da Carta Magna de 1934, inspirada nos preceitos dos Pioneiros da Educação Nova. Nessa Constituição, foi reafirmada a importância da aprendizagem e da capacitação para

trabalhadores menores, que ficaram sob a responsabilidade das empresas industriais e comerciais, conforme já vinha acontecendo, desde 1942, devido às disposições da Reforma Capanema (BRASIL, 1946). (CAIRES, 2016, p. 81).

Na análise de Fonseca (1986, p. 199 apud CAIRES, 2016, p. 81) “o ensino industrial, em todo o país, já não era mais dirigido aos deserdados da fortuna, ou aos órfãos miseráveis. Agora, abria suas portas a todos, [...] sem lhes indagar dos meios econômicos”.

Neste contexto, em 1959, a Escola Técnica de Goiânia passa a ser qualificada como uma autarquia federal, com a publicação da Lei n° 3.552, de 16 de fevereiro daquele ano. Esta lei dispunha sobre uma nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial que passavam a ter “personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira” (BRASIL, 1959).

## 1.2 Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG)

A Escola Técnica de Goiânia sofre mais uma vez uma mudança em sua nomenclatura, passando a se chamar Escola Técnica Federal de Goiás, por meio da Lei n° 4.759, de 20 de agosto de 1965. O país vivia o contexto da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1961, o golpe de Estado de 1964, e conforme abordado por Ianni (1978), a terceira fase de sua industrialização,

identificada com o modelo de **desenvolvimento associado**, ou de **internacionalização** da economia brasileira. De fato, internacionalização do setor industrial. Na prática, em algum grau esse padrão sempre esteve presente na estrutura econômica brasileira. [...] Todavia, a etapa em que as condições e perspectivas de desenvolvimento econômico no Brasil passam a depender amplamente da associação direta e indireta, visível e disfarçada entre capitais nacionais e estrangeiros, começa politicamente com o Golpe de Estado de 1° de abril de 1964 (IANNI, 1978, p. 28, grifo do autor).

Após 1965<sup>6</sup>, a ETFG intensifica a formação de técnicos, mão de obra indispensável frente à aceleração do processo de industrialização e implanta os seguintes cursos técnicos: Cursos Técnicos de Estradas e Eletromecânica (1969), Cursos Técnicos de Secretariado e Administração (1971), Curso Técnico de Saneamento (1974), Curso Técnico de Mineração (1975), Curso Técnico de Telecomunicações (1978) e Curso Técnico de Mecânica (1986) (MANSO, 2016, p. 66).

Para Lôbo (2015, p. 80),

---

<sup>6</sup> Em período anterior, no ano de 1958 fora implantado o Curso Técnico de Agrimensura (MANSO, 2016, p. 66).

o que se cristalizou nas décadas de 1960 e 1970 foram as concepções e práticas escolares dualistas: de um lado, a educação acadêmico-generalista e, de outro, a educação profissional, em que o aluno recebia um conjunto de informações para o domínio de seu ofício, sem aprofundamento teórico, científico e humanístico.

Com a configuração da Escola Técnica Federal de Goiás e suas novas perspectivas, “o Ginásio Industrial foi se distanciando de seus objetivos como modalidade de ensino até que em 1969 encerrou a sua oferta, de maneira que a instituição se consolidou como escola profissional com cursos técnicos profissionalizantes de segundo grau.” (MANSO, 2016, p. 66).

Com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1971 (Lei nº 5.692, de 11 de agosto que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus<sup>7</sup>), houve a compulsoriedade da profissionalização no ensino do 2º grau (CASTRO; COSTA; BARBOSA, 2020). Ainda para os autores,

A perspectiva de uma possível articulação entre educação básica e formação profissional contida na Lei repercutiu como importante possibilidade de superação da dualidade educacional. No entanto, no que tange à profissionalização, este recurso legal não obteve muito êxito. [...] O contexto educacional produzido pela Lei n.5.692/1971, na contramão do fracasso da profissionalização compulsória, resultou, no âmbito da Rede Federal - por meio das escolas técnicas, dadas as condições de trabalho docente e da infraestrutura física e pedagógica destas instituições - na promoção de uma educação pública de qualidade, assentada na formação integrada. (CASTRO; COSTA; BARBOSA, 2020, p. 296-297).

Para Cunha (1976 apud RAMOS, 2014), a própria política educacional de profissionalização compulsória do segundo grau valorizou a formação desenvolvida pelas escolas técnicas federais, de forma a consolidarem-se como as instituições mais adequadas para conferir o caráter profissionalizante ao 2º grau. Além disso, com as novas alterações da LDB (Lei nº 7.044/1982) e “até o final da década de 80, as escolas técnicas federais desempenharam sua função de formar técnicos de 2º grau com reconhecida qualidade, merecendo o respeito das burocracias estatais e da sociedade civil.” (RAMOS, 2014, p. 33).

Lôbo (2015) também corrobora o tema ao evidenciar que as escolas técnicas federais foram se transformando em “pequenos oásis de qualidade” cada vez mais cobiçados, com processo seletivo “extremamente competitivo”, criando “uma autoimagem de “competência”, apropriada por alunos, professores, técnicos administrativos e gestores, que encobria o caráter excludente e autoritário” (LÔBO, 2015, p. 81-82).

---

<sup>7</sup> O 1º grau equivale atualmente ao Ensino Fundamental; o 2º grau, ao Ensino Médio.

Para Ramos (2014), ao final desse período, com o processo de redemocratização<sup>8</sup>, começa a se pautar um debate de formação educacional voltado para cidadania, discussão da politecnicidade<sup>9</sup>, mudanças no mundo do trabalho, adesão de servidores das escolas técnicas a entidades de representação. Castro, Costa e Barbosa (2020) também evidenciam a importância dos movimentos sociais e dos espaços acadêmicos ao discutirem educação integrada.

Pela análise de Manso (2016, p. 66), a transformação da Escola Técnica de Goiânia em Escola Técnica Federal de Goiás

foi um marco decisivo no fortalecimento do ensino profissionalizante do estado, uma vez que os recursos na esfera federal eram contingenciados em maior escala e havia uma perspectiva de melhoria dos laboratórios dos cursos que antes eram chamados de oficinas. A escola aumentou sua oferta de cursos em uma sequência cronológica e foi se tornando conhecida, quer pela qualidade do ensino, quer pela referência dos docentes que ali ministram aulas, além da seriedade de ser mantida pelo Governo Federal. Assim, com o aumento da procura, houve o fortalecimento dos cursos.

Em 18 de abril de 1988 foi criada a Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Jataí, com a oferta de 40 vagas para o curso técnico de Agrimensura e outras 40 para o curso técnico de Edificações (IFG, 2009).

Ainda em 1988, é promulgada a atual Constituição Federal que determinou, entre outros, a educação como direito de todos e dever do Estado e da família (art. 205), Ensino Fundamental<sup>10</sup> obrigatório e gratuito e progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio<sup>11</sup> (art. 208), o estabelecimento do Plano Nacional de Educação (art. 214), além da promoção de educação ambiental (art. 225) (BRASIL, 1988). No entanto, uma vez que a carta constitucional não discorre especificamente sobre a educação profissional, Caires (2016, p. 100) analisa que:

em seu artigo 205, está explicitado que a educação visa “[...] ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua **qualificação para o trabalho**.” No inciso IV do artigo 214, ao dispor sobre o Plano Nacional de Educação, são consideradas as “[...] ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a [...] **formação para o**

<sup>8</sup> Em março de 1985 inicia-se a Nova República, com o governo de José Sarney.

<sup>9</sup> “A ideia de politecnicidade envolve a articulação entre trabalho intelectual e trabalho manual e envolve uma formação a partir do próprio trabalho social, que desenvolve os fundamentos, os princípios, que estão na base da organização do trabalho na nossa sociedade e que, portanto, nos permitem compreender o seu funcionamento.” (SAVIANI, 1989, p. 19). Para Ciavatta (2014, p. 189), é uma educação voltada “para a formação humana em todos os aspectos, a educação omnilateral, humanista e científica, [assim] há um sentido político, emancipatório no sentido de superar, na educação, a divisão social do trabalho entre trabalho manual/trabalho intelectual”.

<sup>10</sup> O inciso I do art. 208 foi alterado pela EC n° 59/2009, passando a redação a ser “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade”.

<sup>11</sup> O inciso II do art. 208 foi alterado pela EC n° 14/1996, passando a redação a ser “progressiva universalização do ensino médio gratuito”.

**trabalho;**”. O inciso XXXII do artigo 7º criticou a antiga **dualidade estrutural** da sociedade brasileira, na medida em que dispõe sobre a “proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;” (BRASIL, 1988 apud CAIRES, 2016, p. 100, grifos da autora).

Considerando o contexto histórico então vigente, na Escola Técnica, o curso técnico integrado foi a única modalidade de ensino ofertada no período de 1980 ao final da década de 1990 (MANSO, 2016). Para Virote (2009, p, 103), “a década de 1990 foi marcada por profundas transformações para a Escola Técnica Federal de Goiás, desde sua estrutura curricular até a administrativa, implicando mudanças no seu Projeto Político Pedagógico”. Ainda sobre esse período,

A década de 1990 foi marcada por transformações na forma de organização do trabalho e, conseqüentemente, da educação, tendo em vista a influência do ideário da produção flexível, da automação, do livre mercado, da competitividade, da empregabilidade e da intensificação e globalização capitalista (CAIRES, 2016, p. 108).

Em 1994, com a Lei 8.948, inicia-se o processo de *cefetização*, quando as Escolas Técnicas Federais começaram a ser transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. No entanto, a implantação de cada Centro seria “efetivada gradativamente, mediante decreto específico para cada centro, obedecendo a critérios a serem estabelecidos pelo Ministério da Educação e do Desporto” (BRASIL, 1994).

Para Manso (2016, p. 117), essa mudança significou uma “violenta ruptura do ensino de qualidade que atendia à classe trabalhadora como opção de apropriação do conhecimento e elevação da escolaridade”, haja vista que os centros federais, na prática, não representaram uma continuidade da educação profissional preconizada pelas escolas técnicas, voltada para a formação humana em seus projetos pedagógicos; o aluno da escola técnica, ao término do curso, não apresentava dificuldades para ascender-se profissionalmente (MANSO, 2016).

### **1.3 Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO)**

A ETFG foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO) por meio da Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994 (regulamentada pelo Decreto-lei no 2.406, de 27 de novembro de 1997). Assim, o CEFET-GO foi implementado nos termos do Decreto sem número, de 22 de março de 1999, ofertando cursos superiores de tecnologia, com uma formação curricular de curta duração.

Essa mesma Lei nº 8.948/1994 além de transformar as escolas técnicas em centros federais, instituiu o “Sistema Nacional de Educação Tecnológica, integrado pelas instituições

de educação tecnológica, vinculadas ou subordinadas ao Ministério da Educação e do Desporto e sistemas congêneres dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal” (BRASIL, 1994).

Esse sistema tinha como finalidade “permitir melhor articulação da educação tecnológica, em seus vários níveis, entre suas diversas instituições, entre estas e as demais incluídas na Política Nacional de Educação, visando o aprimoramento do ensino, da extensão, da pesquisa tecnológica, além de sua integração os diversos setores da sociedade e do setor produtivo”. (BRASIL, 1994).

Para Ramos (2014), a criação desse sistema nacional unificaria e fortaleceria a rede de ensino (mesmo com a implantação de cursos superiores, o ensino continuaria vinculado ao sistema federal) e, assim, pretendia-se evitar o sucateamento das novas instituições, dificultando “**estadualização** (transferência para os sistemas estaduais), senaização (transferência para Senai) ou privatização (transferência para o mercado) (RAMOS, 2014, p. 36, grifo da autora). No entanto, já em 1998, dispendo de uma educação cada vez mais orientada pelo capital (nacional e internacional), esse sistema deixa de existir na nova organização da Presidência da República e dos Ministérios<sup>12</sup>.

É importante ressaltar, que em 1996, foi aprovada uma nova LDB (Lei nº 9.394), que apesar de apresentar alguns avanços, acabou representando “a derrota de uma concepção avançada de educação básica e tecnológica, dando espaço a um processo de regulamentação fragmentada e focalizada, o que permitiu ao executivo realizar a reforma educacional por meio do Decreto n. 2.208/97.” (RAMOS, 2014, p. 43).

Esse decreto, que estabeleceu a Reforma do Ensino Técnico, regulamentava a educação profissional prevista na LDB. Dentre outros, estabelecia uma articulação da educação profissional com o ensino médio, e não uma integração. Assim, a educação profissional de nível técnico seria organizada com um currículo próprio e independente do ensino médio e passaria a ser ofertada de forma concomitante ou sequencial a ele (BRASIL, 1997a). Para Caires (2016, p. 118),

A Reforma do Ensino Profissional foi muito criticada pelos estudiosos brasileiros, vinculados à linha Trabalho e Educação e, sobretudo, pela comunidade cefetiana, principalmente, por: descaracterizar a Educação Tecnológica desenvolvida nas instituições da Rede Federal; promover uma organização curricular baseada em módulos e focada no ensino por competências; ser orientada, especialmente, para o atendimento das premissas do mercado e do setor produtivo; afastar a administração pública do custeio da Educação Profissional; e, por fim, inviabilizar a integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, resgatando a dualidade estrutural.

---

<sup>12</sup> Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Era claramente uma educação profissional submetida ao capital internacional, de base neoliberal, orientada

para os programas de capacitação de massa. As escolas técnicas deixaram de oferecer ensino médio profissionalizante para oferecer cursos técnicos concomitantes ou sequenciais a esses. A formação destinada a trabalhadores com baixo nível de escolaridade passou a ser compartilhada pelos Ministérios da Educação e do Trabalho. As ações engendradas por ambos os Ministérios, entretanto, mantiveram-se desarticuladas entre si, em relação à educação básica e a políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (RAMOS, 2014, p. 47).

Ainda para a autora, há uma ideologia em torno da questão de empregabilidade, segundo a qual o trabalhador capacitado teria mais chances de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho. Isso aliado a uma pedagogia das competências que serviu de alicerce político-pedagógico com o princípio da

adaptabilidade individual do sujeito às mudanças socioeconômicas do capitalismo. Por essa ótica, a construção da identidade profissional do trabalhador torna-se produto das estratégias individuais que se desenvolvem em resposta aos desafios das instabilidades internas e externas à produção, o que inclui também estar preparado para o desemprego, o subemprego ou o trabalho autônomo. Essa é a nova ética que subjaz à ideologia da empregabilidade que, em termos de desenvolvimento educacional, significa uma mobilização autônoma do indivíduo para buscar as oportunidades que a sociedade (ou o mercado) oferecem. (RAMOS, 2014, p. 57).

Pelo exposto, a transformação significou a perda da identidade do CEFET-GO, pois “em nome de uma continuidade, todo o patrimônio pedagógico, didático e curricular das Escolas Técnicas foi rompido e bruscamente arquivado, a fim de possibilitar um projeto que tornasse a educação profissional uma mercadoria.” (MANSO, 2016, p. 76). Esta análise também é compartilhada por Pires (2016), para quem a reforma da educação profissional no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), além de gerar insegurança, gerou essa crise de identidade institucional.

Manso (2016) analisa que ao ser transformada a Escola Técnica de Goiânia em autarquia federal, passando a se chamar Escola Técnica Federal de Goiás, esta passou a carregar uma herança incorporada por aquela (LAHIRE, 2002 apud MANSO, 2016). Em seguida, o autor faz a seguinte comparação:

Se fosse uma transformação, na passagem da condição de ETF para CEFET seria mantida a mesma escola. No entanto, o mesmo se tornou diferente. É “o mesmo” do ponto de vista retórico, mas efetivamente tornou-se bem diferente na prática cotidiana: um aluno do curso técnico de nível médio profissionalizante da Escola Técnica reunia,

na maioria das vezes, mais condição de trabalho, de conhecimentos e se tornava mais proativo do que um aluno do curso superior de Tecnologia. (MANSO, 2016, p. 118).

Os Centros Federais de Educação Tecnológica tinham como objetivos:

- I - ministrar cursos de qualificação, requalificação e reprofissionalização e outros de nível básico da educação profissional;
- II - ministrar ensino técnico, destinado a proporcionar habilitação profissional, para os diferentes setores da economia;
- III - ministrar ensino médio;
- IV - ministrar ensino superior, visando a formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- V - oferecer educação continuada, por diferentes mecanismos, visando a atualização, o aperfeiçoamento e a especialização de profissionais na área tecnológica (sic);
- VI - ministrar cursos de formação de professores e especialistas, bem como programas especiais de formação pedagógica, para as disciplinas de educação científica e tecnológica;
- VII - realizar pesquisa aplicada, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas, de forma criativa, e estendendo seus benefícios à comunidade. (BRASIL, 1997b).

Pires (2016) também analisa que o ensino superior tecnológico constituía uma nova institucionalidade no contexto da educação profissional. Assim, o CEFET-GO, no ano 2000, oferecia o Ensino Médio, com duração de três anos; os Cursos Técnicos Concomitantes, quatro anos; os Cursos Técnicos Pós-médio, de dois anos; e os Cursos Superiores de Tecnologia, de quatro anos<sup>13</sup> (CEFET-GO, 2000). Desse modo, “funcionando em três turnos diários, de segunda a sexta-feira e no sábado até às 18 horas, o CEFET-GO manteve, em 2000, 6.786 (seis mil, setecentos e oitenta e seis) alunos matriculados, sendo: 78,99% em Goiânia e o restante na UNED de Jataí.” (CEFET-GO, 2000, p. 7), conforme se observa na tabela 1:

**Tabela 1 - Quantidade de alunos matriculados no ano 2000**

<b>Cursos</b>	<b>Sede (Goiânia)</b>	<b>Jataí</b>
<b>Ensino Médio</b>	819	308
<b>Curso Técnico</b>	1.098	95
<b>Curso Pós-médio</b>	895	330
<b>Cursos de Tecnologia</b>	749	92
<b>Cursos Básicos</b>	1.748	96
<b>Total</b>	<b>5.360</b>	<b>921</b>

<sup>13</sup> Apesar de no Relatório Anual de Gestão 2000 constar “quatro anos”, evidencia-se no Relatório Anual de Gestão 2002 o número provável de alunos formandos já em 2002 nos cursos de tecnologia (com 3 anos de curso), conforme “Quadro demonstrativo dos prováveis alunos formandos/alunos ingressos/índice de eficácia” (CEFET-GO, 2002, p. 42).

<b>Total geral</b>	6.281 <sup>14</sup>
--------------------	---------------------

**Fonte:** Elaborada pela autora, com dados extraídos do Relatório Anual de Gestão (CEFET-GO, 2000).

O CEFET-GO iniciou o ano de 2000 ofertando os cursos superiores de tecnologia em: Agrimensura, Sensoriamento Remoto, Hotelaria, Turismo, Eletromecânica, Planejamento da Construção Civil, Química Industrial, Redes de Computadores, Gestão Ambiental e Informática<sup>15</sup>, sendo que “a escola ofereceu na sua unidade central e na descentralizada 2.407 (dois mil quatrocentos e sete) vagas para as diversas habilitações em nível de ensino médio, técnico e tecnológico” (CEFET-GO, 2000, p. 7).

O professor Ítalo de Lima Machado, que esteve à frente do processo de cefetização e foi diretor do CEFET-GO até 2001, ao ser entrevistado por Manso (2016), expõe que o governo federal em nada acrescentou no orçamento da instituição, tendo permanecido o mesmo de 1994 a 2001.

Segundo o professor Ítalo, o que ajudou a instituição a mandar professores para congressos, pagar diárias, manter o curso de mestrado que implantamos e até a compra de equipamentos foi a adoção da Caixa Escolar, cuja transparência era absoluta - porque tinha contador, auditor e havia prestação de contas à instituição. O fato de não ter orçamento atrapalhou significativamente a consolidação do próprio CEFET [...] O único financiamento extraorçamentado que a instituição teve na gestão do professor Ítalo foi o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, que permitiu o desenvolvimento de vários projetos de prestação de serviços para outras instituições e permitiu uma ampliação do número de vagas do ensino médio - de 25 alunos para 40 alunos em algumas salas de aulas (MANSO, 2016, p. 211-212).

Manso (2016, p. 211) explica que a Caixa Escolar era um “Fundo arrecadado com prestação de serviços à comunidade e empresas, com um percentual para a instituição e outro para o professor prestador de serviço.”. O relatório anual de gestão do ano 2000 menciona algumas ações feitas com o uso da Caixa Escolar, como a doação de exemplares de livros à biblioteca, comercialização de fitas editadas de palestras, contratação de professores e técnicos-administrativos e estagiários, mas não trata da origem do recurso.

No entanto, em contraponto a este posicionamento, entrevistamos um(a) servidor(a)<sup>16</sup> que acompanhou este processo e de acordo com ele(ela), a Caixa Escolar durante o período de

<sup>14</sup> Soma-se a esse número, um total de 505 matrículas no Ensino Fundamental, ministrado pela UNED de Jataí, por motivo de Convênio com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Goiás.

<sup>15</sup> O Curso Superior de Tecnologia em Informática (CST) – Habilitação em Sistemas de Informação foi ofertado na UNED de Jataí.

<sup>16</sup> Dada a importância da trajetória histórica do IFG na compreensão deste estudo, surgiram algumas lacunas que não puderam ser sanadas com a pesquisa bibliográfica sobre o período em que havia alguns cursos pagos no Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Goiás (CEFET-GO). Portanto, entrevistamos um(a) servidor(a), que atuava na instituição naquela época, a fim de compreender as contradições vigentes, bem como as disputas políticas da época.

1994-2001 se transformou “num verdadeiro instrumento de uma política populista e clientelística”, e que com os cursos pagos na área de Turismo e Hospitalidade,

vai ter uma hiper, hiper, hiperturbinado de recursos, de recursos, pro Caixa Escolar, que vai multiplicar por infinitas vezes as práticas clientelísticas, as práticas fisiológicas, o “é dando que se recebe”, as articulações, né?, e tudo mais. E todos os crimes e todos os absurdos, né. Uma servidora que [...] era dispensada do RH, recebia pelo Caixa [Escolar] como professor porque assumia uma outra disciplina e recebia como coordenadora do curso. Quer dizer, então isso foi se reproduzindo, né? Mas ao mesmo tempo existiam os professores, que eram professores efetivos da instituição, trabalhava lá, não recebia, mas ampliava as condições de rentabilidade pro fisiologismo praticado pela gestão e para a remuneração desses apaniguados e tudo mais. E evidentemente começa, da minha parte, [de] várias pessoas, a luta contra isso que era um ensino pago (ENTREVISTADO(A) 1).

Castro (2011) esclarece que os cursos Gestão Turística e Gestão Hoteleira foram ofertados inicialmente através de cobrança de mensalidade por meio da Caixa Escolar, o que foi interrompido antes mesmo de 2001, “[...] após intensa luta [...], com a indicação feita pelo MEC de que cursos de graduação em instituições públicas deveriam ser gratuitos” (CASTRO, 2011, p. 16).

Ainda sobre a Caixa Escolar, o(a) Entrevistado(a) 1 esclarece em sua fala que

os chamados caixas escolares existiam, foram concebidos nas instituições já há muito tempo, né?, já desde muito, muito tempo, mas eram instâncias com funções muito, muito, muito, muito estritas eram e tinham mais atribuição, e em alguns lugares, de levantar algum recurso eventualmente em inscrições para processos seletivos, por exemplo, e proporcionar um fundo que poderia contribuir de algum modo com um aluno carente que não pudesse adquirir o livro ou que demandasse outro tipo de auxílio. Então os caixas escolares tinham funções muito, muito estritas, lidava com recursos muito pequenos. E que tinha, e que tinha uma função basicamente de uma função assistencial [...]. Então eram funções muito estritas e recursos maiores que porventura a instituição levantava, muitas vezes nem ficava no caixa escolar; na verdade terminava indo diretamente para o tesouro. Então havia amarrações muito fortes, coibindo o funcionamento das caixas escolares.

De acordo com ele(a), entre 1993-1994,

[...] no âmbito do conselho pedagógico, que era uma instância consultiva que a escola técnica tinha que reunia a gestão, a direção geral, os coordenadores de cursos e de áreas, ali começa-se a discutir uma redefinição de papel e atribuição pro Caixa Escolar. Então, de uma instância pouquíssimo presente, começa-se a se discutir ali que ela deveria ser reorganizada que poderia dar uma contribuição mais efetiva pros alunos carentes e tudo mais, né? Então ali começa, eu inclusive participei de um grupo de trabalho, na verdade eu realmente propus e integrei o grupo que fez um projeto de reestruturação, tanto em termos da composição de quem coordenaria ou dirigiria o Caixa Escolar até uma precisão maior, nos limites do que a legislação permitia, uma definição maior contra objetivos finalidades e projetos possíveis e coisas assim. Essa pequena minuta de reestruturação do Caixa Escolar termina sendo aprovada em 1994, mas no ano de 1994 tem a eleição para diretor. Então era final do mandato do José

Alves e teve um processo eleitoral. O processo eleitoral termina culminando na vitória de um professor chamado Ítalo, Ítalo de Lima Machado, e no ano seguinte à posse, de modo autoritário, ele simplesmente modificou o documento que havia sido aprovado. O documento definia as atribuições e como funcionaria o conselho de gestão, os objetivos, as finalidades. Então ali ele, ele modifica a composição e interfere também em vários dos objetivos, das finalidades do Caixa Escolar. (ENTREVISTADO(A) 1).

Em 2003, na presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, de acordo com Ramos (2014), há uma retomada das discussões em torno da educação profissional e tecnológica promovidas nas últimas décadas para a reconstrução de uma política pública. No entanto, apesar de uma vasta produção de conhecimento “[...] da área Trabalho e Educação, que esperávamos ser apropriada pela política pública do Estado brasileiro, o que se revelou foi um percurso controvérsico entre as lutas da sociedade, as propostas de governo e as ações e omissões no exercício do poder” (RAMOS, 2014, p. 68). Caires (2016, p. 132), citando Frigotto<sup>17</sup> esclarece que:

as reformas ocorridas no Governo FHC, tiveram continuidade na década seguinte, uma vez que o Governo Lula não construiu um projeto de ruptura, principalmente, na política macroeconômica. Apesar disso, o contexto desse período se diferenciou do da década de 1990, em diversos aspectos, destacadamente: na agenda de desenvolvimento; na política externa e das privatizações; nas questões sociais; no aumento real do salário mínimo; na relação com os movimentos sociais; e na ampliação de políticas e programas direcionados às classes populares (FRIGOTTO, 2011).

Um marco significativo inicial do governo Lula relacionado à educação profissional foi a substituição do Decreto 2.208/1997 pelo Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004. Este último retomava a educação profissional técnica de nível médio de forma integrada ao nível médio, mantendo as formas concomitantes e subsequentes:

Art. 4º A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei no 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

I - os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - **integrada**, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

---

<sup>17</sup> FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 235-254, jan.-abr. 2011.

II - **concomitante**, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - **subseqüente**, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso I do § 1º, a instituição de ensino deverá, observados o inciso I do art. 24 da Lei no 9.394, de 1996, e as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio, ampliar a carga horária total do curso, a fim de assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas. (BRASIL, 2004, grifos nossos).

Ramos (2014) expõe que esse decreto deveria representar um dispositivo transitório em que a mobilização da sociedade brasileira em torno de uma concepção de ensino médio unitário e politécnico pudesse promover a formação emancipatória da classe trabalhadora e “fortalecimento das forças progressistas para a disputa por uma transformação mais estrutural da educação brasileira”. (RAMOS, 2014, p. 74). No entanto, a autora pondera que, ao contrário de uma política articulada entre os sistemas federal, estaduais e municipais, a fragmentação já se iniciou dentro do próprio Ministério da Educação com a criação da Secretaria de Educação Básica (SEB), para atuar na educação infantil, ensinos fundamental e médio, e a criação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), para atuar na educação profissional e tecnológica.

Ainda em decorrência do Decreto 5.154/04 que articulava cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação de jovens e adultos, foi criado, em 2005, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) nas instituições federais de educação tecnológica (BRASIL, 2005)<sup>18</sup>. Assim, o CEFET-GO passa a ofertar, já em 2006, os cursos na modalidade PROEJA de Serviço de Alimentação (30 vagas para Goiânia) e Edificações (40 vagas para Jataí), tendo registrado respectivamente 66 e 56 candidatos para as vagas (CEFET, 2006).

Em 2005, a SETEC/MEC implementou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com o objetivo de ampliar a área de atuação da rede federal (já composta por 144 instituições) criando mais 38 unidades. Além disso, objetivava

---

<sup>18</sup> Posteriormente, este decreto foi revogado pelo Decreto 5.840/06 que instituiu o programa no âmbito federal podendo o PROEJA, entre outros, “ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (**Sistema S**)” (BRASIL, 2006, grifo do original).

implantar novas unidades nos estados ainda desprovidos destas instituições, preferencialmente nas periferias dos grandes centros urbanos e municípios interioranos (BRASIL, [2005]b).

Com o plano de expansão, o CEFET-GO passou a contar (na primeira fase da expansão) com a UNED de Inhumas; já na segunda fase, contaria com a expansão nas cidades de Anápolis, Formosa, Itumbiara, Luziânia e Uruaçu. (IFG, 2009)<sup>19</sup>. No Quadro 1, é apresentado um levantamento geral do início das atividades:

**Quadro 1** - Instalação das unidades na primeira e na segunda fase

<b>Cidades</b>	<b>Início das atividades</b>	<b>Cursos</b>	<b>Quant. de alunos</b>
Inhumas	16/04/2007	Técnico Integrado em Alimentos; Técnico Integrado em Informática; Licenciatura em Química; Bacharelado em Informática.	222
Uruaçu	25/08/2008	Técnico Integrado em Suporte e Manutenção em Informática, modalidade PROEJA; Técnico Subsequente em Edificações; Licenciatura em Química.	84
Itumbiara	01/09/2008	Técnico Subsequente em Automação Industrial; Técnico Subsequente em Eletrotécnica; Licenciatura em Química.	91

**Fonte:** Elaborado pela autora, com dados extraídos dos Relatórios de Gestão 2008 e 2009 (IFG, 2009; 2010).

Nos últimos anos de CEFET-GO, em dados apresentados no relatório de gestão de 2008, houve um aumento de alunos matriculados cuja renda *per capita* familiar era de um a três salários-mínimos, representando 27,49%, 39,01% e 39,93% respectivamente em 2006, 2007 e 2008. Houve também uma queda de alunos matriculados cuja renda *per capita* familiar era mais de três salários-mínimos, representando 71,66%, 59,89% e 58,42% respectivamente em 2006, 2007 e 2008. A gestão da instituição aponta que isso

[...] deve-se ao esforço institucional que implementou políticas de divulgação dos serviços oferecidos, conforme mencionado na análise da Ação Prestação de Serviços

<sup>19</sup> A implantação das unidades em Anápolis, Formosa e Luziânia se efetivou em 2010, já como câmpus do Instituto Federal de Goiás.

à Comunidade<sup>20</sup>, buscando atingir, principalmente, as camadas mais pobres da sociedade [...] há que se compreender que muitos destes jovens e adultos considerados **fracos**, não o são por que querem e sim por que não tiveram chances de desenvolver de forma plena suas potencialidades, por muitos motivos, entre eles, o trabalho precoce, a falta de oportunidades de vida, a falta de recursos para se manter estudando e a falta de escolas públicas de qualidade. (IFG, 2009, p. 142, grifo do original).

Manso (2016, p. 118) avalia que o curto período de existência do CEFET-GO (1999-2008) pode ser considerado como carente de “maturidade histórica, pois a instituição ainda estava na busca de seu caminho, tanto nas diretrizes curriculares dos cursos de tecnologia como também na perspectiva de quais cursos poderiam ser criados e para atender determinado segmento social”.

Em abril de 2007, é lançado pelo governo federal o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) estruturado em quatro eixos norteadores: educação básica; educação superior; educação profissional e tecnológica; e alfabetização, educação continuada e diversidade. Dentro da educação profissional, foi proposta a criação dos “institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFET), como modelos de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica para uma atuação integrada e referenciada regionalmente” (BRASIL, [2007], p. 31).

Justamente no contexto de tantas mudanças na institucionalidade, função, finalidades e que implicaram em outras alterações, como por exemplo concepções pedagógicas e modalidades de cursos, a instituição precisava cada vez estar em diálogo com a comunidade externa. Portanto, em 2007, a Coordenação de Extensão implementou o projeto *Conhecendo o CEFET-GO*, que será tratado mais detalhadamente no capítulo 4.

#### **1.4 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)**

Com o plano de expansão das instituições federais, bem como ampliação da oferta da educação profissional, os CEFET foram transformados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. A lei ainda instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica constituída por: 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da

---

<sup>20</sup> Essa ação fazia parte do Programa Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, do MEC com o objetivo de “ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade” (IFG, 2009, p. 35). Dentre outras, o relatório menciona ações de divulgação do processo seletivo junto a comunidades da periferia, implantação de sistema informatizado de coleta de dados do junto ao Centro de Seleção. (IFG, 2009).

Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG; e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais<sup>21</sup>.

Tendo em vista o antigo desejo dos Cefets de serem elevados à condição de Universidades Tecnológicas e o fato de as mudanças previstas não apontarem para perda de identidade e autonomia, uma vez que tais instituições, detentoras de maior tradição na Rede Federal, provavelmente se tornariam sede das futuras reitorias, a proposta apresentada pelo MEC não encontrou grande resistência desse segmento. O documento expedido pelo Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Concefet), em agosto de 2007, reconheceu o mérito da proposta, afirmando que os IFs poderiam contribuir para o desenvolvimento da educação profissional brasileira. Colocando-se também como proposição, esse documento apresentou uma minuta para o anteprojeto de lei responsável pela criação dos institutos. (SILVA, 2016b, p. 102)

No entanto, de acordo ainda com Silva (2016b), as discussões que antecederam a promulgação da legislação contaram com resistências de algumas instituições que temiam perder suas autonomias, prestígios, poderes. Portanto, os CEFETs de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, a UTFPR e algumas escolas técnicas vinculadas às universidades federais, ao final do processo, não aceitaram a mudança.

Os institutos federais “são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”. (BRASIL, 2008). Além disso, são autarquias equiparadas às universidades que possuem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Têm por finalidades, características e objetivos:

**Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:**

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura (sic) física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

---

<sup>21</sup> Posteriormente, a Lei nº 11.892 foi alterada pela Lei nº 12.677/2012, que incluiu o Colégio Pedro II.

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, **são objetivos dos Institutos Federais:**

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. (BRASIL, 2008, grifos nossos).

É válido ressaltar que, em Goiás, foram implantados dois institutos federais. O Instituto Federal Goiano (IF Goiano) foi formado pelas escolas agrícolas de Goiás: CEFET de Rio Verde, CEFET de Urutaí e sua UNED de Morrinhos; e a Escola Agrotécnica Federal de Ceres. (IF GOIANO, 2019). O Instituto Federal de Goiás (IFG) passou a ser formado pelas UNED (atuais câmpus) de Goiânia, Jataí, Inhumas, Uruaçu e Itumbiara. Ambos os institutos possuem reitorias instaladas em Goiânia.

Com a nova configuração institucional, o IFG, em 2009, ofertou 1.250 vagas no vestibular para os seguintes cursos superiores:

**Quadro 2** - Cursos superiores ofertados nos câmpus do IFG em 2009

<b>Câmpus</b>	<b>Cursos superiores</b>	<b>Vagas</b>
Goiânia	Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; CST em Construção de Edifícios; CST em Construção de Vias Terrestres; CST em Agrimensura; CST em Geoprocessamento; CST em Manutenção Eletromecânica Industrial; CST em Saneamento Ambiental; CST em Química Agroindustrial; CST em Redes de Comunicação (matutino e noturno); CST em Transportes Urbanos; CST em Planejamento Turístico; CST em Hotelaria; CST em Sistema de Informação; Licenciatura em História.	910
Inhumas	Bacharelado em Informática; Licenciatura em Química.	90
Itumbiara	Licenciatura em Química.	60
Jataí	Engenharia Elétrica; CS de Licenciatura em Física; CST em Sistemas de Informação.	130
Uruaçu	Licenciatura em Química.	60

**Fonte:** Elaborado pela autora, com dados extraídos do Relatório de Gestão 2009 (IFG, 2010).

Nos anos seguintes, o IFG continuou a se expandir e passou a contar com os câmpus Anápolis, Formosa e Luziânia, em 2010; Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás, em 2012; Águas Lindas de Goiás, em 2013; Goiânia Oeste, Senador Canedo e Valparaíso de Goiás, em 2014. (IFG, 2016).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)<sup>22</sup> 2019-2023,

A função social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás é a de constituir-se e a de enraizar-se enquanto instituição pública, universal, gratuita, inclusiva, democrática, laica e qualitativamente referenciada, estruturada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na formação integrada, bem como nos princípios da territorialidade e da verticalização como forma de responder às demandas dos arranjos produtivos e socioculturais locais e regionais. [...] Seus princípios ético-políticos estão estruturados a partir da defesa da democratização da sociedade, da dignidade humana, dos direitos humanos, da diversidade, da inclusão, do desenvolvimento sustentável e da justiça social, a fim de contribuir na construção de uma sociedade justa e menos desigual. (IFG, 2018f, p. 13).

O IFG conta com 13.999 alunos matriculados em cursos regulares e presenciais dos quais, 5.554<sup>23</sup> são alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio (IFG, 2020g). Em

<sup>22</sup> O PDI é um documento instituído pelo Decreto 9.235, de 15 de dezembro de 2017, como exigência para o processo de credenciamento institucional das Instituições de Ensino Superior junto ao MEC (BRASIL, 2017).

<sup>23</sup> Desse total, 1.704 alunos estão matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade de EJA. (IFG, 2020g).

cada exercício, a instituição deve garantir o mínimo de 50% de suas vagas para ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos. No entanto, dados da Plataforma Nilo Peçanha, ano base 2019 (MEC, 2020), corroborados pelo próprio relatório de gestão do IFG de 2019 (IFG, [2020]e), indicam que a instituição alcançou apenas o indicador de 46,1% dos preceitos determinados na legislação (Anexo A).

Sobre essa porcentagem, além de ser exigência da própria lei de criação dos institutos, de acordo com o PDI, o IFG tem como objetivo até 2023, entre outros:

1. ministrar educação profissional técnica de nível médio na forma de cursos integrados, na proporção de, no mínimo, 50% das vagas por Câmpus, sendo prioritariamente em tempo integral, garantindo-se para a EJA a forma integrada e com oferta em todos os Câmpus (IFG, 2018f, p. 14).

E tem como meta até 2023, entre outras:

4. manter, durante a vigência do PDI 2019/2023, a meta mínima de 50% das matrículas equivalentes para o ensino técnico de nível médio, prioritariamente integrado, em cada Câmpus durante a vigência do PDI, considerando o que estabelece a Lei 11.892/2008,  
[...]
9. manter a política de acesso assentada em ações afirmativas, com destinação de 50% das vagas para alunas/os oriundos da Rede Pública de ensino para os cursos técnicos e superiores;
10. **construir uma política institucional que trate das formas de acesso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás**, observando as orientações contidas no Anexo I; (IFG, 2018f, p. 16-17, grifo nosso).

Para que o IFG preencha essa lacuna entre o que é preconizado pela legislação e o que realmente nele se efetiva é fundamental que a instituição assuma o desafio da formação integrada, que servidores e discentes conheçam e compreendam a própria história institucional, reafirmando sua identidade institucional, mesmo que sejam projetos não construídos por elas mesmas (pelas escolas), mas impostos por atores externos (CIAVATTA, 2005). A mesma autora ratifica a importância de as escolas poderem

decidir coletivamente para onde querem ir, como um movimento permanente de auto-reconhecimento social e institucional. E então, reconhecerem-se como sujeitos sociais coletivos com uma história e uma identidade própria a ser respeitada em qualquer processo de mudança. (CIAVATTA, 2005, p. 98).

E é essa identidade própria que ficou perdida no tempo e que, mesmo após mais de 10 anos, o IFG continua a buscar: configurada “pela afirmação do caráter social de origem dessas

instituições [institutos federais] e pelo redimensionamento de seu papel no atual contexto de desenvolvimento científico e tecnológico” (IFG, 2018f, p. 107). Manso (2016), ao discorrer sobre sua experiência à frente da direção do Câmpus Goiânia do IFG, relata que

Recomendar o CEFET-GO em qualquer situação imposta pelas vicissitudes (sic) da vida implicava ouvir uma frase que já passara a fazer parte do nosso cotidiano: **Aahhh! Você está falando da Escola Técnica? Perto do Mutirama?** – essa era uma realidade que queríamos mudar. (MANSO, 2016, p. 147, grifo do autor).

Uma instituição reconhecida, centenária, mas que diante de tantas transformações ocorridas, estas podem ter contribuído para uma redução desse reconhecimento a apenas parte da comunidade na qual está inserida.

Atualmente, permanece a luta pela democratização, no âmbito do IFG, em termos de ampliação de acesso por parte dos segmentos sociais historicamente dela excluídos, de efetiva participação dos segmentos internos na definição dos seus rumos, da ampliação da sua função social e da afirmação incontestável da sua autonomia institucional, bem como a sua preservação como espaço de realização de ações sociais, políticas e culturais. Nesta perspectiva, reafirmar-se-á sua identidade de Instituição formadora de ideias, de conhecimentos e de cultura, bem como de sujeitos qualificados tecnicamente como profissionais e cidadãos/os. (IFG, 2018f, p. 12).

Diante do que foi exposto, destaca-se que, através do seu processo histórico, com suas lutas, o IFG se efetivou e se consolidou como instituição pública; pelo reconhecimento do que representa hoje e por essa luta pela democratização do acesso, ressalta-se a necessidade de se promover uma divulgação da instituição, bem como de seus cursos, para que, numa perspectiva dialógica, a sociedade possa melhor compreender as capilaridades da instituição. Portanto, no próximo capítulo, trataremos das contribuições da comunicação e da extensão para o desenvolvimento do projeto *Conhecendo o IFG*.

## 2 COMUNICAÇÃO E EXTENSÃO: APONTAMENTOS NECESSÁRIOS

Neste capítulo, serão abordados os temas Comunicação e Extensão a fim de que possam colaborar com o objetivo de analisar o projeto *Conhecendo o IFG* e suas contribuições para a divulgação dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Avalia-se que esses temas estão intrinsecamente ligados ao projeto *Conhecendo o IFG* e, portanto, necessário se faz discorrer sobre eles para a melhor compreensão do projeto.

Abordaremos também essa temática por meio dos documentos institucionais do IFG. Além disso, o tema Comunicação Pública apresenta-se como um meio, um caminho para uma perspectiva dialógica.

O ser humano é um ser de relações que “desafiado pela natureza, a transforma com o seu trabalho e o [...] resultado desta transformação, que se separa do homem, constitui seu mundo. O mundo da cultura que se prolonga no mundo da história.” (FREIRE, 2017, p. 83). Esse mundo,

o mundo social e humano, não existiria como tal se não fosse um mundo de comunicabilidade fora do qual é impossível dar-se o conhecimento humano. A intersubjetividade ou a intercomunicação é a característica primordial deste mundo cultural e histórico. [...] Pela intersubjetividade, se estabelece a comunicação entre os sujeitos a propósito do objeto. (FREIRE, 2017, p. 83-84).

Nesse sentido, Freire (1987, p. 47) continua uma extensa reflexão, destacando que “somente o diálogo, que implica num pensar crítico, é capaz, também, de gerá-la [a comunicação]”; sem o diálogo não há comunicação e sem comunicação não há a “verdadeira educação”, a que supera a contradição entre educador-educandos, a que é concebida como prática da liberdade (FREIRE, 1987). Assim, “educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 2017, p. 89).

Ainda em Freire (2017, p. 104, grifo do autor),

a “**educação como prática da liberdade** é, sobretudo e antes de tudo, uma situação verdadeiramente gnosiológica. Aquela em que o ato cognoscente não termina no objeto cognoscível, visto que se comunica a outros sujeitos, igualmente cognoscentes. Educador-educando e educando-educador, no processo educativo libertador, são ambos sujeitos cognoscentes diante de objetos cognoscíveis, que os mediatizam.

Portanto, na ação educativa, educador e educando assumem papéis de sujeitos que buscam conhecimento mediatizados pelo objeto. Tuzzo (2013) também relaciona os termos comunicação e educação,

visto que comunicação não é falar, tampouco informar, dizer, contar algo. Comunicação pressupõe a compreensão pelo receptor e depende da certeza de que uma mensagem enviada foi recebida, compreendida e capaz de provocar, no receptor, uma reação. Por isso, a educação é algo inerente ao processo de comunicação, pois para assimilação de conhecimentos os receptores devem ser capazes de fazer interpretações. (TUZZO, 2013, p. 57).

A autora retoma as ideias de Paulo Freire na concepção de educação como prática social, em que “Estudar é uma forma de reinventar, de recriar, de reescrever – tarefa de sujeito e não de objeto. Desta maneira, não é possível a quem estuda, numa tal perspectiva, alienar-se ao texto, renunciando assim à sua atitude crítica em face dele.” (FREIRE, 1981, p. 8-9 *apud* TUZZO, 2013, p. 62).

Portanto, ao analisar o processo histórico de constituição do IFG no capítulo anterior, apreendemos a realidade educacional como um fenômeno social complexo, no qual “a comunicação não é apenas mais uma atividade humana, é atividade ação que define sua humanidade, sendo essencial [...] para a formação dos grupos sociais, das comunidades e sociedades” (TEMER; TUZZO, 2016, p. 149).

No contexto histórico das diversas alterações na sua institucionalidade, e mesmo já como IFG, é comum encontrar pessoas que desconhecem ser esta uma instituição de ensino pública e gratuita, “em especial, os estudantes das escolas públicas sequer sabem que podem ingressar na Instituição.” (IFG, 2011, p. 4). Assim, para tentar ampliar e melhorar a sua relação com a comunidade externa foi desenvolvido o projeto *Conhecendo o IFG*, voltado para alunos do ensino fundamental e médio de escolas públicas para que conheçam melhor a instituição e saibam informações sobre os cursos e processos seletivos. Temer e Nery (2004, p. 16) analisam que

a informação é a matéria prima da comunicação, mas existe independentemente da comunicação. Quando o receptor interpreta a informação, realiza-se um processo de comunicação. Comunicação, portanto, é mais do que informar: é partilhar, tornar comum, romper o isolamento.

Duarte (2011) e Silva (2016a) também analisam a informação como sendo a base da comunicação; ela é necessária, porém não suficiente, para comunicar, pois ela pode ser mal

compreendida ou inacessível ou até mesmo manipulada e isso não se traduz em uma comunicação.

Duarte (2009, p. 67) analisa a informação como um bem de interesse geral pouco acessível às pessoas, “o que restringe o potencial de participação em termos igualitários, tanto de acesso quanto de capacidade de tomar decisões”. Para o autor, considerando a grande desigualdade social no país, a possibilidade de um cidadão comum conhecer seus direitos, ter acesso à informação está diretamente relacionada à sua posição social. Carvalho (2012, p. 210), ao relatar uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro, aponta que “[...] a educação é o fator que mais bem explica o comportamento das pessoas no que se refere ao exercício dos direitos civis e políticos”; ou seja, quanto maior a escolaridade, maior o conhecimento dos direitos.

O avanço tecnológico tem possibilitado consideráveis mudanças nas vivências sociais, exercendo enorme influência nos processos e meios comunicacionais, e isso tem atingido um grande número de pessoas numa velocidade temporal provocada pela revolução digital (TEMER; TUZZO, 2016). Há uma pluralidade dos meios de comunicação mediados por tecnologias que, além de ampliar seus alcances, potencializam-se e “interferem nos processos comunicativos mudando sua dinâmica e suas consequências” (TEMER; TUZZO, 2016, p. 150).

De acordo com Lévy (1999), o digital está em constante mutação,

desprovido de qualquer essência estável. Mas, justamente, a velocidade de transformação é em si mesma uma constante – paradoxal – da cibercultura. Ela explica parcialmente a sensação de impacto, de exterioridade, de estranheza que nos toma sempre que tentamos apreender o movimento contemporâneo das técnicas. (LÉVY, 1999, p. 27).

O autor traz a definição de *cibercultura* como sendo o “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.” (LÉVY, 1999, p. 17).

Ainda para o autor, o ciberespaço serve como um suporte, uma base para o desenvolvimento da inteligência coletiva. No entanto, essa relação entre inteligência coletiva e ciberespaço é complexa e ambivalente, principalmente por dois fatores. Primeiro, porque a existência do ciberespaço não significa exatamente o desenvolvimento da inteligência coletiva, aquele representa apenas uma rede muito importante para esta se efetivar. Em segundo, porque essa relação promove novas formas de: isolamento, sobrecarga cognitiva, dependência, dominação, exploração e mesmo de “bobagem coletiva (rumores [...] [,] acúmulos de dados sem qualquer informação” (LÉVY, 1999, p. 30); além do mais, ela contribui para sua própria aceleração, isola e exclui ainda mais aqueles que dela não participam.

Lévy (1999) ainda esclarece que a universalidade do ciberespaço não é neutra, pelo contrário, repercute imensamente nas atividades econômicas, políticas e culturais, tratando-se de um universo indeterminado e assim se tende a manter. Ainda para o autor,

O melhor uso que possa ser feito dos instrumentos de comunicação com suporte digital é, a meu ver, a conjugação eficaz das inteligências e das imaginações humanas. A inteligência coletiva é uma inteligência variada, distribuída por todos os lugares, constantemente valorizada, colocada em sinergia em tempo real [...] [;] a finalidade da inteligência coletiva é colocar os recursos de grandes coletividades a serviço das pessoas e dos pequenos grupos – e não o contrário. (LÉVY, 1999, p. 199).

Marcondes Filho ([2008]) destaca que mesmo com a grande quantidade de aparatos tecnológicos e meios de comunicação (telefones, sistemas, redes, mensagens eletrônicas, *e-mails*) há uma incomunicabilidade constante entre as pessoas, pois o que se tem é a “sensação de estar entrando no paraíso, onde tudo é permitido, onde tudo é acessível, onde todas as coisas podem ser vistas, mas o resultado final é que isso tudo é enganoso” (MARCONDES FILHO, [2008], p. 18).

Neste sentido, o autor reforça a necessidade interna de o ser humano se relacionar/comunicar com o outro através do afeto, além da linguagem. Para Freire (1967, p. 39, grifos do autor), “o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está **no** mundo, mas **com** o mundo. Estar **com** o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é”.

Ainda para Freire (1967), o homem concebe o mundo como uma realidade objetiva, possível de ser conhecida, que independe dele. Assim, o homem produz uma pluralidade de relações com o mundo à medida que diferentes respostas são dadas aos diversos desafios, pois as relações humanas, além das conotações de pluralidade, também apresentam conotações de criticidade, transcendência, consequência e temporalidade:

Neste sentido, o estudo dos processos comunicativos mediados e midiaticizados é essencial para a compreensão da dinâmica das relações humanas, inclusive (ou principalmente) no que tange à procura e análise dos aspectos essenciais para um modelo social no qual o respeito entre os indivíduos – o reconhecimento de cada um do potencial dos demais – seja o elemento definidor das relações humanas. (TEMER; TUZZO, 2016, p. 150).

Assim, Haswani (2013, p. 80, grifo da autora), “com base na concepção de que **comunicar** significa **colocar em comum**”, apresenta uma contribuição de Brotto (2005)<sup>24</sup> de

---

<sup>24</sup> BROTTTO, C. *Comunicazione relazione all'interno dell'ente pubblico*. San Marino: Maggioli, 2005.

que a comunicação é “processo circular que dispõe de fases intercaladas de expressão e escuta de mensagens, das quais participam emissor e receptor, de modo igualitário” (HASWANI, 2013, p. 80), sendo tal processo garantido pela reciprocidade de empenho dos participantes.

Duarte (2011, p. 129, grifo do autor) também corrobora as colocações das autoras e afirma que “comunicação é um **processo** circular e permanente de troca de informações e de mútua influência”. O autor também alerta que ainda há muitas instituições que limitam suas comunicações à publicidade e à divulgação, com o predomínio do emissor (instituição), tratando o receptor (cidadão) como mero objeto e não como também sujeito da comunicação. De acordo ainda com o autor, parte da origem dessa compreensão está ancorada pelo art. 37 da Constituição Federal ao estabelecer a publicidade como um dos princípios da administração pública.

Portanto, a informação produzida socialmente

é um bem a serviço de todos, ganhando, portanto, a dimensão comunicativa, adquire o alcance de ser uma **práxis**, ou seja, uma ação transformadora. A informação socialmente partilhada passa a ser o insumo da conscientização e o fermento das advocacias sociais e das mobilizações sociais a serviço de novos horizontes éticos. (SILVA, 2016a, p. 50, grifo do autor).

Silva (2016a) também aponta que há um reconhecimento da duplicidade do caráter da comunicação:

de um lado, a sua natureza interdisciplinar; de outro, o seu papel constitutivo de outros processos, pressupondo a comunicação como condição, a começar pelo processo de construção social da realidade; das interações e da democracia. A comunicação, portanto, vista como um campo dos campos (SILVA, 2016a, p. 38).

Neste sentido, para que a comunicação seja efetiva deve ser pensada em sua condição ética e no seu propósito de mudança, ou seja, a compreensão do processo de comunicação em sua plenitude é vista como soma de esforços para alcançar significativas mudanças no cenário social através de cooperações, mobilizações, seja pela defesa ou promoção de direitos sociais, seja pelo combate (à pobreza, à poluição). A comunicação ultrapassa a simples ideia de transmissão unidimensional de informação e se compromete com o compartilhamento dos resultados do seu processo (SILVA, 2016a).

Ainda para o autor, é a partir do entendimento, da “partilha do propósito de um sentido a ser co-construído que autentica, que sela, que chancela o contexto da comunicação” (SILVA, 2016a, p. 45). Isso implica uma predisposição de o orador não apenas convencer e persuadir, mas também de ser convencido e persuadido; essa seria uma situação retórica ideal. Daí a

codificação ética defendida por Silva (2016a), pois é nessa busca compartilhada de sentidos que há sempre a possibilidade aberta do surgimento de um melhor argumento a ser validado dentro da retórica. Assim, esse “**horizonte ético** pode, em hipótese, se constituir tão-somente da **boa vontade** dos interlocutores, o contrato (tácito, ideal e transparente) segundo o qual o centramento das ações será o sociocentro e não o egocentro” (SILVA, 2016a, p. 47, grifos do autor).

A formulação de proposições dentro de um discurso ético também é abordada por Freire (1996, p. 10) para quem há uma “ética universal do ser humano [...] enquanto marca da natureza humana, enquanto algo absolutamente indispensável à convivência humana”, que condena o cinismo, a injustiça, a mentira, a incoerência.

Não podemos nos assumir como sujeitos da procura, da decisão, da ruptura, da opção, como sujeitos históricos, transformadores, a não ser assumindo-nos como sujeitos éticos. Neste sentido, a transgressão dos princípios éticos é uma possibilidade, mas não é uma virtude. Não podemos aceitá-la (FREIRE, 1996, p. 10).

Nesse sentido, pensar a comunicação é pensá-la como criação de formas de acessos e participações dos atores envolvidos, como espaço de “estímulo à controvérsia, ao debate, ao confronto de opiniões, à consciência e ao exercício da cidadania” (DUARTE, 2011, p. 130).

Freire (2017) reflete sobre os termos comunicação e extensão e faz uma abordagem crítica quanto ao termo extensão, associando-se a este a ideia de *invasão cultural* em que as relações entre invasor e invadido se configuram como autoritárias:

O primeiro atua, os segundos têm a ilusão de que atuam na atuação do primeiro; este diz a palavra, os segundos, proibidos de dizer a sua, escutam a palavra do primeiro. O invasor pensa, na melhor das hipóteses, sobre os segundos, jamais com eles, estes são **pensados** por aqueles. O invasor prescreve, os invadidos são pacientes da prescrição. (FREIRE, 2017, p. 49, grifo do autor).

Ainda nesta perspectiva, de acordo com o autor, prevalece uma falsa concepção de que o conhecimento pode ser transferido do *extensionista* (quem pratica a extensão) ao *rebedor* desse conhecimento. Para ele, “o conhecimento não se **estende** do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações.” (FREIRE, 2017, p. 42, grifo do autor). Esse processo demanda conscientização, permitindo que os indivíduos se apropriem criticamente de suas posições no mundo e assumam suas potencialidades: “o de serem sujeitos da transformação do mundo, com a qual se humanizam” (FREIRE, 2017, p. 43).

Portanto, Freire (2017) faz uma defesa do termo *comunicação* em negação ao termo *extensão*, em que aquele deve relacionar-se à habilidade de dialogar de acordo com o público com que se comunica:

O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento experiencial), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la. (FREIRE, 2017, p. 65).

O autor é enfático quanto à reciprocidade entre os sujeitos comunicantes para que o ato comunicativo seja eficiente, ou seja,

a expressão verbal de um dos sujeitos tem que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito. Se não há este acordo em torno dos signos, como expressões do objeto significado, não pode haver compreensão entre os sujeitos, o que impossibilita a comunicação. (FREIRE, 2017, p. 87).

Temer e Tondato (2009, p. 80) também corroboram a ideia do “diálogo verdadeiro, no qual o indivíduo precisa do outro para conhecer a si mesmo e ao mundo (ou ao processo social)”. Assim como em Freire (2017), para as autoras, esse diálogo autêntico (a comunicação) ocorre quando os sujeitos estão em igualdade, quando eles são os próprios agentes do processo comunicacional. Duarte (2011, p. 129) também aborda a importância de o receptor (cidadão) “ser emissor, produtor de informações e agente ativo na interação”.

Nessa discussão, a comunicação pública participa do debate em torno do diálogo, pois pode “ser pensada como um processo político de interação no qual prevalecem a expressão, a interpretação e o diálogo” (MATOS, 2011, p. 45), com a prevalência do interesse público e a promoção de cidadania, como veremos a seguir.

## 2.1 Comunicação pública

A instituição pública deve ser uma instituição aberta que ouve a sociedade, que “atende às demandas sociais, procurando por meio da abertura de canais, amenizar os problemas cruciais da população, como saúde, educação, transporte, moradia e exclusão social” (KUNSCH, 2012, p. 15).

Para iniciar a discussão sobre *comunicação pública*, faz-se pertinente abordar as diferenças dos conceitos envolvendo o termo. Kunsch (2012) destaca que a terminologia vem

ganhando interesse nos últimos anos tanto por parte de estudiosos como por parte do mercado, mas que se apresenta como um tema complexo e abrangente.

Para Matos (2011) e Duarte (2011), os estudos envolvendo comunicação pública têm sido, historicamente, marcados por uma multiplicidade de conceitos e teorias que privilegiam geralmente apenas um dos atores envolvidos, e não as interações entre eles. Com a consolidação da democracia e avanço das políticas neoliberais, “a comunicação pública passou a desvincular-se do papel exclusivo de comunicação entre governo e cidadão, repercutindo as transformações políticas, sociais e econômicas no Brasil das três últimas décadas.” (MATOS, 2011, p. 40).

Temer e Tuzzo (2016, p. 155) também destacam que “Os processos de democratização da sociedade e a própria evolução dos meios de comunicação de massa deram uma nova visibilidade às decisões que antes eram privativas de algumas esferas do poder”.

Haswani (2013) elucida que na última década evidenciam-se algumas iniciativas pontuais com o uso da comunicação pública, porém deixa claro que a existência de iniciativas não, necessariamente, compreende um fluxo comunicativo, pois o Estado, ao informar “os cidadãos sobre aquilo que faz, não atua, obrigatoriamente, em um processo de comunicação com estes.” (HASWANI, 2013, p. 119).

Mainieri e Romani (2016) também concordam que a terminologia *comunicação pública* ainda passa por uma recente discussão, não apresentando definições e contribuições tão claras. No entanto, para Duarte (2011, p. 122), apesar de a unanimidade quanto à definição ainda não existir, “é possível pensar que não tem feito falta. Esse parece ser um daqueles casos em que a jornada é mais estimulante que a chegada ao destino”. Assim, Duarte (2011, p. 126, grifo do autor) apresenta suas contribuições:

**Comunicação governamental** trata dos fluxos de informação e padrões de relacionamento envolvendo o Executivo e a sociedade. O Executivo inclui empresas públicas, institutos, agências reguladoras, área militar enquanto **governo** é seu gestor transitório. Já **comunicação política** diz respeito ao discurso e à ação na conquista da opinião pública em relação a ideias ou atividades que tenham relação com o poder. Enquanto isso, **comunicação pública**, se refere à interação e ao fluxo de informação vinculados a temas de interesse coletivo e, portanto, contém os dois anteriores. O campo da comunicação pública inclui tudo o que está relacionado ao aparato estatal, às ações governamentais, a partidos políticos, ao Legislativo, ao Judiciário, ao terceiro setor, às instituições representativas, ao cidadão individualizado e, em certas circunstâncias, às ações privadas.

Para Haswani (2013), a comunicação realizada nas instituições públicas pode ser considerada uma parte da comunicação pública:

A condição necessária é que essa atividade seja contínua, inserida em uma estratégia de intervenção com o objetivo de evitar o risco de ações fragmentadas, não coordenadas e incoerentes, e que seja realizada por um quadro dotado de profissionalismo específico. (HASWANI, 2013, p. 129).

Por tratar-se o IFG de uma instituição pública de ensino, a compreensão da comunicação é pensada numa perspectiva de comunicação pública, que de acordo com Duarte (2011), diz respeito ao interesse público que viabiliza o direito social individual e coletivo à informação, ao diálogo, à expressão e à participação:

Fazer comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo, alterando seu eixo, tradicionalmente centrado no atendimento dos interesses da instituição e de seus gestores. Na comunicação o objetivo é atendimento do interesse público e da sociedade, simbolizado pelo cidadão. (DUARTE, 2011, p. 126-127).

Ainda para o autor, em nome do interesse público, os governos deveriam assumir o compromisso de promover políticas públicas, desenvolver uma gestão aberta e viabilizar uma comunicação voltada para os interesses públicos e com a participação de todos os interessados. Isso se mostra como um desafio da comunicação pública (DUARTE, 2011).

Brandão (2016) faz uma discussão pertinente em torno do conceito de interesse público questionando, mesmo numa perspectiva de comunicação pública e não de comunicação governamental, se as pautas institucionais são realmente sempre de interesse público e não de seus governos.

Para Matos (2011), a concepção de comunicação pública se sustenta na ideia norteadora de que todos os atores sociais devem estar envolvidos, engajados e participando do processo comunicacional. A comunicação pública não pode restringir-se a um fluxo de mensagens emitidas pelas “esferas governamentais para atingir cidadãos que não encontram espaços de interlocução com seus dirigentes. A comunicação pública deve ser pensada como um processo político de interação na qual prevalecem a expressão, a interpretação e o diálogo” (MATOS, 2011, p. 44). Segue a autora:

Ao longo dos anos, venho propondo que a comunicação pública seja entendida como o processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, como um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país (MATOS, 1999, 2000, 2007). A comunicação pública exige, portanto, a participação da sociedade e de seus segmentos: não apenas como receptores da comunicação do governo, mas principalmente como produtores ativos no processo comunicacional, assim, são também atores, na comunicação pública, a sociedade, o terceiro setor, a mídia, o mercado, as universidades, as instituições religiosas e os segmentos a que se tem negado reconhecimento – estejam eles vinculados ou não a instituições ou associações formais. (MATOS, 2011, p. 45).

No entanto, de acordo ainda com a autora, a simples existência de espaços de debates não garante que haja participação. Brandão (2016) também ratifica a ideia ao alertar que essa participação não é desencadeada automaticamente pela simples existência dos espaços, pois “o desafio da comunicação pública é colocar a perspectiva do conjunto da sociedade e do indivíduo-cidadão acima das instâncias governamentais, privadas, midiáticas, pessoais e políticas” (DUARTE, 2011, p. 128).

Para Mainieri e Romani (2016, p. 173), “a ideia de comunicação pública contempla a concepção de uma comunicação voltada para o cidadão, por meio da qual governo e sociedade estabelecem um vínculo de trocas para discussão de temas que concernem ao interesse coletivo”. Analisam a comunicação “voltada para o cidadão e pautada pelo interesse coletivo. Uma genuína comunicação pública tem suas bases firmadas no diálogo e participação cidadã.” (MAINIERI; ROMANI, 2016, p. 178).

Freire e Shor (1986, p. 64) também corroboram a perspectiva dialógica, em que

o diálogo deve ser entendido como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos. É parte de nosso progresso histórico do caminho para nos tornarmos seres humanos. Está claro este pensamento? Isto é, o diálogo é uma espécie de postura necessária, na medida em que os seres humanos se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos. O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e re-fazem.

Os autores complementam que o “diálogo pertence à natureza do ser humano, enquanto ser de comunicação. O diálogo sela o ato de aprender, que nunca é individual, embora tenha uma dimensão individual” (FREIRE; SHOR, 1986, p. 11). Portanto, é com o diálogo que a comunicação pública passa a ser uma possibilidade institucional, com produção de informações públicas que gerem também temas de interesse público.

## **2.2 Comunicação e extensão no IFG**

Conforme mencionado no começo deste capítulo, os temas *comunicação* e *extensão* se permeiam em diversas passagens documentais da instituição e são abordados, especificamente, por meio das políticas institucionais voltadas para esses temas. E para iniciarmos, abordamos uma concepção de Kunsch (2014, p. 45) ao defender a necessidade “[...] de se adotar uma filosofia e política de comunicação organizacional integrada”.

Para a autora,

A comunicação organizacional precisa ser entendida de forma ampla e holística. [...] Como fenômeno inerente à natureza das organizações e aos agrupamentos de pessoas que a integram, a comunicação organizacional envolve os processos comunicativos e todos os seus elementos constitutivos. Neste contexto, faz-se necessário ver a comunicação inserida nos processos simbólicos e com foco nos significados dos agentes envolvidos, dos relacionamentos interpessoais e grupais, valorizando as práticas comunicativas cotidianas e as interações nas suas mais diversas formas de manifestação e construção social. (KUNSCH, 2014, p. 45).

Neste sentido, ainda de acordo com Kunsch (1999), a comunicação integrada assume importante contribuição dentro da comunicação organizacional. Aquela “[...] precisa ser entendida como uma filosofia capaz de nortear e orientar toda a comunicação que é gerada na organização, como um fator estratégico para o desenvolvimento organizacional na sociedade globalizada” (KUNSCH, 1999, p. 74). Assim, as ações comunicativas são guiadas por essa política levando-se em conta “[...] as demandas, os interesses da sociedade e as exigências dos públicos e da sociedade” (KUNSCH, 2014, p. 46).

De acordo com o PDI 2019-2023, um dos objetivos do IFG é “[...] promover diálogos com a comunidade externa, garantindo a gestão democrática e a participação e a representação da comunidade interna.” (IFG, 2018f, p. 15). Além disso, no documento estavam previstas a criação, implementação e consolidação da Política de Comunicação Institucional, a qual foi aprovada em 2021, pela Resolução nº 51, de 30 de março<sup>25</sup>.

A construção da política de comunicação iniciou-se coletivamente entre os comunicadores do IFG, em 2010, mas com a apresentação de uma primeira minuta somente em 2012. (IFG, 2014). Nesse mesmo período, o PDI de 2012-2016 instituiu como meta, dentre outras, a

criação de política de comunicação institucional que envolva aspectos como concepção, princípios e estrutura organizacional (recursos humanos e materiais, interações e sistemáticas burocrático-administrativas etc.), ordenados a partir da condição multicâmpus da Instituição, capaz de assegurar o desenvolvimento de um processo de comunicação que seja sistêmico, proativo e estratégico em relação à sua função social e aos objetivos macroinstitucionais do IFG; (IFG, 2013, p. 14).

E ainda como princípio, dentre outros:

modelar processos de trabalho e implantar práticas de gestão adequadas para assegurar qualidade e confiabilidade às informações obtidas e repassadas, bem como aperfeiçoar canais de comunicação com o público interno e externo, por meio de uma política de comunicação voltada para o aprimoramento da imagem institucional; (IFG, 2013, p. 111).

---

<sup>25</sup> Disponível em: [https://ifg.edu.br/attachments/article/209/RESOLU%C3%87%C3%83O%2051\\_2021%20-%20REI-CONSUP\\_REITORIA\\_IFG.pdf](https://ifg.edu.br/attachments/article/209/RESOLU%C3%87%C3%83O%2051_2021%20-%20REI-CONSUP_REITORIA_IFG.pdf). Acesso em: 04 jun. 2021.

Em 2014, a proposta da minuta foi retomada com o objetivo de finalizá-la junto aos profissionais da área de comunicação que atuavam na instituição (IFG, 2014). Essa minuta foi “engavetada” pela gestão e a criação e implantação da política de comunicação foi novamente incluída no PDI 2019-2023 (IFG, 2018f).

Em 2020, decorrido tanto tempo, um grupo de trabalho foi finalmente instituído e nomeado, com representantes da reitora e dos câmpus, para debater e atualizar a minuta da política de comunicação; essa minuta foi colocada em consulta pública a servidores e alunos da instituição e aprovada pela Resolução nº 51/2021, conforme mencionado anteriormente (IFG, 2020f).

A Política de Comunicação do IFG é um documento que apresenta os conceitos de comunicação defendidos, seus princípios, objetivos, diretrizes e ações estratégicas; a promoção da transparência pública; os públicos estratégicos do IFG, os procedimentos dos gestores e servidores em relação à comunicação; a comunicação com os públicos; o planejamento e a avaliação de resultados; a gestão da comunicação e da política; e as responsabilidades. Além disso, apresenta-se como uma política orientada para alcançar os objetivos da instituição, bem como o fortalecimento de sua imagem institucional. (IFG, 2020c).

Essa política também está alinhada à política de comunicação do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF)<sup>26</sup>, com o intuito de fortalecer o papel social das instituições que compõem a Rede Federal e que defende as seguintes premissas, dentre outras:

O compromisso da comunicação na construção de uma educação inclusiva e cidadã, capaz de democratizar o acesso ao conhecimento.

A instituição de um processo de informação pública que viabilize o acesso e a participação social, na construção do projeto brasileiro de desenvolvimento da educação pública, gratuita e de qualidade. (CONIF, 2017, p. 22).

A política de comunicação do IFG está assentada no conceito de *comunicação institucional* “como processo de gerenciamento de atividades comunicacionais voltadas ao relacionamento entre a Instituição e seus públicos, sejam eles interno ou externo” (IFG, 2020c, p. 5). Ademais, define-se como *comunicação integrada*: “pela integração permanente e

---

<sup>26</sup> O CONIF é uma “instância de discussão, proposição e promoção de políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação”, que congrega “38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II” e tem como missão “fortalecer as instituições da Rede Federal, por meio da sua articulação e representação política, em benefício da educação profissional, científica e tecnológica pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada”. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/br/institucional>. Acesso em: 01 jul. 2021.

sistemática das atividades comunicacionais e pela conduta uniforme de todos os atores, para que os processos comunicacionais estejam em consonância com a política global da Instituição” (IFG, 2020c, p. 5). Em relação ao público externo,

a comunicação com a sociedade deve procurar difundir o papel social da Instituição, suas áreas de atuação, seus projetos e ações, sempre buscando reafirmar sua imagem de instituição pública, gratuita, de qualidade, inclusiva, laica e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento educacional, científico, tecnológico, cultural e social dos municípios onde se faz presente, no estado e no país. (IFG, 2020c, p. 4).

A comunicação institucional do IFG tem como objetivos:

### **2.1 Objetivo geral**

Desenvolver e manter fluxos de comunicação no IFG para viabilizar a divulgação e a circulação de informações institucionais, voltadas aos diversos públicos de interesse da Instituição, contribuindo, assim, para a definição e a implementação das políticas e dos objetivos institucionais.

### **2.2 Objetivos específicos**

[...]

#### *2.2.2 No âmbito externo*

- Consolidar o nome do Instituto Federal de Goiás e a sigla IFG;
- Atuar no fortalecimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e da Instituição;
- Reforçar, junto à sociedade, a imagem do IFG como uma instituição pública, gratuita, inclusiva, laica, emancipatória e de qualidade, tendo como balizadores a competência, a seriedade, a responsabilidade social, a função social e o legado da Instituição;
- Difundir, junto aos públicos de interesse do IFG, seus principais programas e suas principais ações de ensino, de pesquisa, inovação e de extensão, bem como seus impactos sociais;
- Fortalecer a relação do IFG com as comunidades em todas as regiões onde ele está inserido;
- Difundir, junto aos públicos de interesse, as formas de ingresso, os cursos, os processos seletivos, os concursos e outras informações de utilidade pública. (IFG, 2020c, p. 9-10, grifos do original).

Destaca-se que, de acordo com o documento do IFG, para que a comunicação institucional defendida pela política se efetive e se consolide, é preciso que seja desenvolvida uma cultura de comunicação, em que todos os atores institucionais estejam envolvidos no processo comunicacional, ou seja, é um processo de participação coletiva que “inicia-se com o comprometimento da alta administração e dos gestores e completa-se com o envolvimento de todos os integrantes da instituição” (IFG, 2020c, p. 2). Em outro momento, o documento reafirma “o desenvolvimento de uma cultura de comunicação, de modo que todos se sintam responsáveis pelas informações e demais mensagens que circulam na Instituição.” (IFG, 2020c, p. 4).

Essa mesma perspectiva de participação coletiva está também presente na política de comunicação do CONIF, em que é enfatizada a concepção não-instrumental de política, pois “ela deve refletir um processo comunicativo democrático e participativo, reconhecendo a autonomia dos seus membros na busca das melhores soluções e nas determinações de suas próprias normas e procedimentos de funcionamento” (CONIF, 2017, p. 22).

Também no Projeto Político Pedagógico Institucional do IFG (PPPI) 2019-2023, evidenciamos uma abordagem participativa para a construção de um modelo de gestão democrática, em que a instituição busca transparência em suas ações administrativas, empenha-se pela democratização do acesso, pela melhoria da comunicação externa e interna, agilidade e confiabilidade nas decisões (IFG, 2018g). Ainda segundo o documento, há um compromisso institucional expresso com a “ampliação das ações de extensão [e com] o processo de democratização do acesso à educação profissional e tecnológica e de inclusão social” (IFG, 2018g, p. 48).

Conforme apresentado no capítulo 1, de acordo com a lei de criação dos Institutos Federais, estes têm como finalidades e características, entre outros “desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica” e como um dos objetivos “desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos” (BRASIL, 2008). Tais finalidades e objetivos também se fazem presentes no PDI 2019-2023.

O PPPI é um documento institucional que “visa estabelecer princípios e diretrizes destinadas a orientar o trabalho pedagógico institucional relativo às ações em âmbito educacional no seu sentido mais **stricto**” (IFG, 2018g, p. 2, grifo do original). Além disso, reafirma os fundamentos da educação pública, gratuita e de qualidade ao estabelecer vínculos com as novas necessidades culturais e sociais dos sujeitos:

o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) se afirma como um documento vivo, dinâmico e, por isso mesmo, representativo das ideias e práticas em construção, que buscam criar e recriar princípios, ações e normas que possibilitem a formação integral do ser humano. Ser humano historicamente constituído e permanentemente vinculado às necessidades sociais e culturais, fundamentalmente àquelas oriundas de setores que há muito foram excluídos da apropriação das riquezas e dos benefícios proporcionados pelo avanço da ciência e da tecnologia e da participação efetiva nas decisões políticas. (IFG, 2018g, p. 2).

De acordo ainda com o PPPI, a instituição atua com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão<sup>27</sup>, pois esta indissociabilidade “deve orientar a construção das ações e definir os objetivos da instituição. Assim, esse princípio torna-se a base para a realização de projetos, que podem ser induzidos a partir de ações integradas entre as Pró-Reitorias”. (IFG, 2018g, p. 3). Apesar de a lei de criação dos institutos não mencionar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, esse princípio já está preconizado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988). Além disso, a indissociabilidade também consta como função social da instituição, conforme abordado no capítulo 1.

Para Mazzilli (2011, p. 218), esse princípio “constitui-se em paradigma de uma universidade socialmente referenciada e expressão da expectativa de construção de um projeto democrático de sociedade”, pois o ensino sem pesquisa e extensão “tende a reduzir-se ao aprendizado de técnicas, sem requerer compreensão do significado social desta mesma profissão e do profissional que a executa” (MAZZILLI, 2011, p. 219).

Ainda para a autora, essa associação entre os termos (ensino, pesquisa e extensão) continua, na prática, difícil de se concretizar nas instituições educativas, pois ela de fato muitas vezes não se efetiva, ou ocorre de forma fragmentada. É necessário que seja uma tarefa institucional,

que demanda uma estrutura organizativa voltada para a superação da fragmentação que marca o modelo usualmente adotado pelas instituições educacionais, materializado na divisão social do trabalho entre os que decidem e os que executam, originário do modelo empresarial burocrático e tecnicista (MAZZILLI, 2011, p. 218).

Deus (2020) também corrobora o pouco reconhecimento que a extensão assume dentro das instituições de ensino superior:

[a extensão] ainda é vista como uma “terceira via” ou “filha pobre” dentro das universidades brasileiras. São recorrentes as afirmações de que o ensino que nossas universidades ministram tem qualidade e competência. Há sempre uma citação sobre as pesquisas de nível internacional realizadas nos laboratórios e programas de pós-graduação, mas, quando se trata da Extensão, surgem as interrogações: o que é mesmo? Para que serve? O quanto se investe? A verdade é que, não tendo clareza da natureza da Extensão dentro da própria instituição, fica difícil dizer para que serve — e mais complexo ainda é garantir um percentual de recursos para o seu desenvolvimento na matriz orçamentária das universidades. (DEUS, 2020, p. 12-13).

---

<sup>27</sup> Em análise documental, a instituição já no ano 2000 apresentava essa indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como pressuposto de proposta pedagógica. (CEFET-GO, 2000).

De acordo ainda com a autora, o “potencial educativo e formativo da Extensão deve ser inserido de modo qualificado no projeto pedagógico universitário” (DEUS, 2020, p. 13), o que também é ratificado pela reitora do Instituto Federal Catarinense e atual presidente do CONIF, Sônia Regina de Souza Fernandes, durante o Seminário Nacional de Curricularização da Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (SENCE):

A curricularização da extensão<sup>28</sup> [...] tem o compromisso [...] de aproximar as instituições dos grandes desafios que a nossa sociedade contemporânea nos traz, né. E neste caso particularmente, os desafios também da educação básica, uma vez que aproxima o ensino superior da educação básica, independente dos cursos e dos eixos tecnológicos.[...] Nesta direção, quando o currículo se reorganiza e a extensão passa a fazer parte inerente deste processo [de aproximação do ensino superior à educação básica], ela deixa de ser um apêndice do processo educativo; ela passa a ser constituinte e constituidora das relações que permeiam todo o processo educacional. Então esse é um grande desafio na minha visão. (SENCE, 2021).

Enquanto política da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a extensão

[...] é compreendida como o processo interdisciplinar educativo, científico, tecnológico, filosófico, artístico e cultural capaz de promover a interação transformadora entre as instituições e os diversos setores da sociedade com vistas à promoção do social, econômico, artística, cultural e ambiental de forma sustentável, mantendo o princípio constitucional da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. A extensão, portanto, compõe a formação integral dos educandos, em sintonia com as realidades regionais e as políticas públicas de desenvolvimento social, econômico, artístico, cultural e ambiental (IFG, 2018g, p. 38).

No PPPI do IFG, a extensão (bem como ensino e pesquisa) é abordada institucionalmente como política, e apresenta os seguintes itens: a) objetivos; b) diretrizes; c) atividades; d) regulamentos, convênios e parcerias da extensão; e) meios e instrumentos de apoio à extensão. Assim, a extensão tem o objetivo de

[...] promover a democratização e a socialização do conhecimento produzido e/ou acumulado pelo Instituto; ao estabelecer uma relação dialógica com a sociedade, promovendo a troca de saberes que resultará em desenvolvimento da região. Mais especificamente, a extensão deve:

[...] d. promover o acesso, permanência e conclusão com êxito à educação profissional e cidadã, orientando-se pelas políticas da diversidade;

[...] h. oportunizar às/aos estudantes serem sujeitos e protagonistas na construção das ações de extensão (IFG, 2018g, p. 38).

---

<sup>28</sup> A curricularização da extensão está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e regulamentada pelo Conselho Nacional de Educação do MEC (CNE/MEC) (Resolução CNE nº 07, de 18 de dezembro de 2018), estabelecendo “no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (MEC, 2018). Em 2020-2021, o IFG tem buscado elaborar e implementar um planejamento coletivo dos Planos Locais de Extensão junto aos câmpus que visa construir e consolidar uma rede de atuação no campo da extensão. (IFG, 2020b).

Em consonância com o PPPI, em 2019, por meio de resolução do Conselho Superior do IFG (instância máxima consultiva e deliberativa), a instituição aprovou seu Regulamento das Ações de Extensão, em que estabelece as diretrizes para a extensão estruturada em seis eixos: Impacto e Transformação Social; Interação Dialógica; Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão; Avaliação Formativa; e Currículo e Formação:

I - Impacto e Transformação Social é o eixo busca estabelecer o vínculo entre o IFG e outros setores da sociedade, fazendo com que as Ações de Extensão tenham um caráter transformador e promovam a autonomia das comunidades. Para isso, é importante estabelecer uma articulação com as administrações públicas, nas esferas federal, estadual e municipal, e com a sociedade civil organizada;

II - Interação Dialógica é o eixo que corresponde ao desenvolvimento de relações entre o IFG e os setores sociais, marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de suplantação do discurso da hegemonia profissional e tecnológica para o estabelecimento de uma aliança com movimentos sociais de superação das desigualdades e da exclusão; [...] (IFG, 2019c, p. 4).

O regulamento também traz o conceito de extensão:

a Extensão no IFG é entendida como processo educativo, cultural, social, político, artístico, esportivo, científico e/ou tecnológico, que se articula ao Ensino e à Pesquisa de forma indissociável, desenvolvido mediante ações sistematizadas voltadas às questões sociais relevantes construídas na interação dialógica entre a instituição e a sociedade, para promover o desenvolvimento local e regional, bem como possibilitar a dinamização do conhecimento. IFG, 2019c, p. 3).

Desta forma, o presente capítulo tratou de evidenciar as concepções tanto da extensão quanto da comunicação numa perspectiva dialógica e participativa, de interação com a comunidade, bem como os parâmetros institucionais dessas concepções para buscar implementar ações/projetos que visem à formação cidadã do estudante do IFG e à transformação social.

Assim, com essa perspectiva, depreender a dinâmica institucional do projeto *Conhecendo o IFG*, sua concepção e seu desenvolvimento, faz-se de importância expressiva para o desenvolvimento da presente pesquisa e é o que será buscado no capítulo 4.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E PROCESSO INVESTIGATIVO

Foi de arranco que tudo aconteceu: aquele desequilíbrio analgésico tornou-se vertigem e queda. Que as relações dos humanos entre si e destes com a natureza andavam tortas, disso sabíamos há tempos. Tomemos como evidências a desigualdade social repugnante e o fogo queimando matas, bichos e gentes. A multiplicação de um vírus agressivo, o adoecimento em massa, o despautério e a insuficiência ou inexistência de sistemas públicos de saúde e, por infelicidade acrescida, a contagiosa onda fascistizante... Pronto: estamos no ano de 2020 (AFFONSO, 2021, p. 8).

Neste capítulo trataremos do percurso metodológico da pesquisa, um caminho complexo, pois foi acentuado pelo contexto de pandemia da COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 (G1, 2020).

Posta essa realidade, reavaliemos os objetivos específicos da pesquisa, as técnicas e os públicos a serem investigados. Inicialmente, contaríamos com a participação dos próprios estudantes das escolas visitantes. No entanto, pelo contexto de pandemia da COVID-19 e pelo isolamento social, após submissão e aprovação da pesquisa junto ao Comitê de Ética em Pesquisa do IFG (CEP/IFG), submetemos emenda para as devidas alterações de público a ser pesquisado, pois as visitas deixaram de ser realizadas.

Portanto, a presente pesquisa parte da realidade, do concreto imediato, à luz do materialismo histórico-dialético para atingir o objetivo proposto, tratando-se ainda de uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória que foi orientada pelo seguinte problema: o projeto *Conhecendo o IFG* tem contribuído para a divulgação dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Câmpus Goiânia?

A pesquisa exploratória tem o objetivo de “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (GIL, 2002, p. 41). Minayo (2013) considera esse tipo de abordagem como uma etapa da pesquisa qualitativa. Para a autora, a pesquisa qualitativa trabalha com o conjunto dos fenômenos humanos, entendido “como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana [...] é objeto da pesquisa qualitativa.” (MINAYO, 2013, p. 21).

Além disso, na pesquisa qualitativa, o teor do enfoque “[...] será dado pelo referencial teórico no qual se apóie o pesquisador [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 125). De acordo ainda com este autor,

[...] a pesquisa qualitativa não segue seqüência tão rígida das etapas assinaladas para o desenvolvimento da pesquisa quantitativa. Pelo contrário. Por exemplo: a coleta e a análise dos dados não são divisões estanques. As informações que se recolhem, geralmente, são interpretadas e isto pode originar a exigência de novas buscas de dados (TRIVIÑOS, 1987, p. 131).

Nesta dissertação, a abordagem de investigação, de acordo com Gamboa (2012), leva em consideração a construção e transformação tanto do sujeito quanto do objeto no processo do conhecimento, já que os dados objetivos da realidade são lidos e interpretados pelo sujeito para a compreensão do todo. De acordo com o autor,

O todo resulta do processo de articulação entre os dados objetivos e a interpretação do sujeito [...] Quando o sujeito percebe uma determinada realidade, faz uma leitura da mesma, segundo seus interesses, de acordo com uma ótica determinada e uma perspectiva de interpretação. O resultado desta relação não é igual ao fenômeno empírico observado, não é a simples cópia ou imagem lida ou percebida pelo sujeito. O resultado é uma síntese desta relação, é uma construção que podemos chamar de objeto (GAMBOA, 2012, p. 141).

Para Freire (2017), não perceber a realidade como uma totalidade é um equívoco, porque é preciso que o ser humano tome a consciência da realidade em que está inserido e que haja um processo de interação entre as partes (o ser humano em suas relações com o outro e com o mundo). Ainda para o autor,

Este aprofundamento da tomada de consciência, que precisa desdobrar-se na ação transformadora da realidade, provoca, com esta ação, a superação do conhecimento preponderantemente sensível daquela com que se alcança a razão da mesma. É uma apropriação que faz o homem da posição que ocupa no seu **aqui** e no seu **agora**, do que resulta (e ao mesmo tempo produz) o descobrir-se em uma totalidade, em uma estrutura, e não **preso** ou **aderido** a ela ou às partes que a constituem. Ao não perceber a realidade como totalidade, na qual se encontram as partes em processo de interação, se perde o homem na visão **focalista** da mesma. A percepção parcializada da realidade rouba ao homem a possibilidade de uma ação autêntica sobre ela (FREIRE, 2017, p. 39, grifos do autor).

Torna-se importante reconhecer que a construção teórica e política desse objeto é um processo historicamente construído: a sociedade complexa de hoje é apenas uma parte de toda a sua história; e os resultados das investigações devem ser compreendidos como uma apreensão do objeto/realidade circundante (GAMBOA, 2012).

Frigotto (2010) retoma Marx<sup>29</sup> para explicar a distinção entre método de investigação e de exposição:

É na investigação que o pesquisador tem de recolher a **matéria** em suas múltiplas dimensões, apreender o específico, o singular, a parte e seus liames imediatos ou mediatos com a totalidade mais ampla; as contradições e, em suma, as leis fundamentais que estruturam o fenômeno pesquisado. A exposição busca ordenar de forma lógica e coerente a apreensão que se fez da realidade estudada. (FRIGOTTO, 2010, p. 88, grifo do autor).

Neste processo investigativo, o sujeito “tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas” (MARX, 1968, p. 16 *apud* NETTO, 2011, p. 25); o sujeito tem o papel ativo de apreender o objeto em sua essência: “capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese” (NETTO, 2011, p. 22).

Na perspectiva do materialismo histórico-dialético, o método de análise compreende-se “a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. [...] Este [o método] constitui-se em uma espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais” (FRIGOTTO, 2010, p. 84). Assim,

A análise dos dados representa o esforço do investigador de estabelecer as conexões, mediações e contradições dos fatos que constituem a problemática pesquisada. Mediante este trabalho, vão se identificando as determinações fundamentais e secundárias do problema. É no trabalho de análise que se busca superar a percepção imediata, impressões primeiras, a análise mecânica e empiricista, passando-se assim do plano pseudoconcreto ao concreto que expressa o conhecimento apreendido da realidade. É na análise que se estabelecem as relações entre a parte e a totalidade (FRIGOTTO, 2010, p. 98).

Neste sentido, para desvelar as múltiplas determinações<sup>30</sup> do objeto investigado, fizemos multicoletas de dados que nos permitiram análises em mais de um prisma, o que Triviños (1987) chama de triangulação dos dados:

[...] tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social. (TRIVIÑOS, 1987, p. 138).

<sup>29</sup> Frigotto (2010) cita a obra: MARX, K. Posfácio à 2ª edição de O capital. In: Marx, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

<sup>30</sup> “Determinações são traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade [...] Por isso, o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações [...]” (NETTO, 2011, p. 45).

Diante do exposto, apontamos no capítulo 4 as categorias de análises, como síntese das múltiplas determinações que desvelam o objeto. Optamos ainda por desenvolver a pesquisa no Câmpus Goiânia do IFG por ser o primeiro a ser instalado em Goiás e o que tem o maior de número de cursos técnicos integrados ao ensino médio<sup>31</sup>, bem como o maior número de alunos nesta modalidade<sup>32</sup>. Além disso, a pesquisadora está profissionalmente envolvida com o projeto *Conhecendo o IFG* nesse câmpus.

### **3.1 Levantamento bibliográfico e consulta à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**

Após definição do tema, passamos à fase de levantamento bibliográfico, quando o pesquisador passa a fazer mais leituras sobre o tema e a obter mais informações sobre autores relacionados à sua pesquisa. Para Vosgerau e Romanowski (2014), os estudos de revisão são organizações, esclarecimentos e resumos das principais obras publicadas que permitem levantamentos, balanços, mapeamentos, análises críticas do que se tem produzido na área de interesse da pesquisa, além de poder também apresentar um panorama histórico dessas produções. Ainda para os autores,

os estudos que têm por finalidade a realização desta revisão permitem a compreensão do movimento da área, sua configuração, propensões teóricas metodológicas, análise crítica indicando tendências, recorrências e lacunas (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014, p. 167).

Luna (1997) evidencia a relevância da revisão da literatura para que o pesquisador se familiarize com o tema pesquisado através de periódicos da área, artigos, fichários de bibliotecas, sumários de publicações e bancos de teses e dissertações. Para isso, foi necessário fazer um levantamento inicial de palavras-chave que pudessem auxiliar a pesquisadora e, conseqüentemente, estabelecer um critério de seleção dos trabalhos analisados. Portanto, além das palavras-chaves, deve-se “proceder à consulta na ordem: Título – Resumo – Leitura do texto” (LUNA, 1997, p. 23), para que, surgindo interesse pelo título do trabalho, leia-se o resumo e em seguida, analise-se a pertinência ou não da leitura do texto.

---

<sup>31</sup> Não foram incluídos na pesquisa os cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade EJA, por não fazerem parte do perfil a ser pesquisado.

<sup>32</sup> Pelo Sistema Visão, o IFG conta com 3.850 alunos matriculados nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio (com exceção dos cursos EJA). Destes, 766 alunos estão no Câmpus Goiânia. (IFG, 2020g).

O autor também destaca a importância da relação da revisão da literatura com a formulação do problema de pesquisa, que pode ser apresentada de diversas maneiras pelos pesquisadores, pois

alguns autores iniciam seus trabalhos apresentando o problema e os objetivos da revisão e prosseguem analisando a literatura; outros preferem iniciar com uma introdução geral e deixar que a análise dos dados da literatura vá compondo o problema cuja formulação encerra o trabalho. (LUNA, 1997, p. 20).

Os temas Comunicação Pública, Extensão e Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio foram buscados nas teses e dissertações encontradas na BDTD<sup>33</sup>. A escolha pela BDTD deu-se por esta integrar e disseminar textos completos das dissertações e teses defendidas nas principais instituições brasileiras de pesquisa e ensino, além de ser um banco de acesso *online* e gratuito. O recorte temporal fez referência ao intervalo de 2014 a 2018 por tratar-se do período mais contemporâneo.

Para a busca e identificação das teses e dissertações foram utilizadas palavras-chave mais amplas como *acesso ao ensino técnico, comunicação pública, educação, educação profissional, extensão e instituto federal*, por meio das quais foram identificados 159 trabalhos, conforme se observa no quadro a seguir.

**Quadro 3** - Resultado do levantamento bibliográfico conforme palavras-chave utilizadas

<b>Palavras-chaves</b>	<b>Quantidade de trabalhos identificados</b>
“Educação profissional” extensão	35
“Instituto federal” extensão	75
“Política de extensão”	27
“Acesso ao Ensino Técnico” NOT pronatec	01
“Comunicação pública” educação	18
“Comunicação pública” extensão	03
<b>Total</b>	<b>159</b>

**Fonte:** Elaborado pela autora, com dados extraídos da BDTD (2019).

Para manter o direcionamento dos objetivos da pesquisa foram definidos os seguintes critérios de verificação e análise do material encontrado: a) ter sido publicado entre 2014 e 2018; b) ter acesso disponível ao texto completo; c) explicitar as palavras-chaves utilizadas na busca (educação profissional, política de extensão, acesso ao ensino técnico e comunicação

<sup>33</sup> A consulta à BDTD ocorreu na segunda quinzena de outubro/2019.

pública). Nas buscas, optou-se por utilizar termos entre aspas e por excluir operador booleano AND entre os próprios termos.

Ao todo, foram selecionadas 32 publicações. Comparando-se os quadros constantes no Apêndice A, percebe-se que 6 publicações se repetem; portanto, foi considerado o número de 26 trabalhos, sendo 21 dissertações e 5 teses.

Ressalta-se, para o desenvolvimento desta pesquisa, a importância da revisão da literatura, que de acordo com Luna (1997, p. 25), sendo “bem feita (sic) constitui um passo decisivo para quem quer que pretenda entrar em uma área de pesquisa”. Portanto, sentimos uma necessidade de explorar mais e, em outubro de 2020, uma nova busca foi feita à BDTD, a fim de se compreender melhor o período histórico de transformação da Escola Técnica Federal de Goiás em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás do ponto de vista da comunicação, mas os resultados obtidos não demonstraram relevância para esta pesquisa. Foram usados os termos “cefet-go and comunicação”, sem especificação de ano de defesa, com 33 resultados; e ainda “cefet-go and divulgação”, com 8 resultados.

### **3.2 Procedimentos metodológicos e sujeitos pesquisados**

Em termos metodológicos, além do levantamento da literatura, foram selecionados os seguintes procedimentos: análise documental (normativas federais e específicas do IFG, bem como do Câmpus Goiânia do IFG); entrevista com servidor(a) do IFG; questionário destinado aos professores das escolas que participaram do projeto *Conhecendo o IFG* em 2019; e questionário aos alunos matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Câmpus Goiânia do IFG, em 2020, e que participaram do projeto em anos anteriores.

A análise documental consistiu no estudo de normativas federais (lei de criação dos institutos federais e outras) e documentos internos do IFG, quais sejam: Estatuto, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e política de extensão, Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), o projeto *Conhecendo o IFG*, portarias normativas, relatórios de gestão<sup>34</sup>, Política de Comunicação do IFG.

Além disso, utilizamos também como análise documental o *e-mail* institucional da Coordenação de Eventos, como possibilidade de ampliarmos as análises sobre o objetivo desta

---

<sup>34</sup> Os relatórios analisados referem-se a posterior ao ano 2000. Através do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do IFG, solicitamos informações quanto ao relatório de 1999, mas responderam “que o Instituto Federal de Goiás, mantém em seus arquivos, os relatórios anuais de gestão a partir de 2000, disponíveis na página institucional do IFG” (Apêndice B).

pesquisa. Devido à pandemia da COVID-19, as visitas do projeto *Conhecendo o IFG* não ocorreram no ano de 2020, portanto, buscamos nessas fontes informações e relatos dos professores e alunos que pudessem contribuir com o objetivo da pesquisa, já que privilegiamos nesse estudo o “olhar” dos participantes em torno do projeto.

Dada a importância da trajetória histórica do IFG na compreensão deste estudo, no início da pesquisa, surgiram algumas lacunas que não puderam ser sanadas com a pesquisa bibliográfica sobre o período em que havia alguns cursos pagos no Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Goiás (CEFET-GO). Portanto, entrevistamos um(a) servidor(a), que atuava na instituição naquela época, a fim de compreender as contradições vigentes, bem como as disputas políticas da época. Esse(a) servidor(a) foi identificado(a) como *Entrevistado(a) 1*. Assim, a entrevista “tem o objetivo de construir informações pertinentes para o objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo” (MINAYO, 2013, p. 64).

Durante a pesquisa lidamos com um público (docentes e alunos) extremamente esgotado emocionalmente, pelo incessante acesso a telas de computadores e celulares, pelas pressões sofridas, pelo cenário social e econômico caótico no Brasil etc. Da mesma forma, esta pesquisa e esta pesquisadora são partes de um todo que não se separa da realidade, “já que o movimento de teorização é, em nossa concepção, dependente de vínculos multifacetados com a materialidade da prática, a práxis” (AFFONSO, 2021, p. 11).

Os sujeitos pesquisados compreenderam: a) professores das escolas visitantes que participaram do Projeto *Conhecendo o IFG*, em 2019; b) alunos matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio que estudavam no Câmpus Goiânia do IFG no ano letivo de 2020 e que participaram do projeto *Conhecendo o IFG* em anos anteriores.

Os professores pesquisados corresponderam àqueles que visitaram o câmpus em 2019 com os alunos do Ensino Fundamental. No entanto, para não tendenciar os resultados da pesquisa, excluímos 2 *e-mails* de profissionais por também serem professores do Câmpus Goiânia do IFG. Além disso, não foi possível identificar o *e-mail* válido de uma das escolas<sup>35</sup>.

Ressalta-se que, em 2019, houve 49 visitas de escolas, sendo que algumas delas fizeram duas visitas ao câmpus. Considerando-se que a escola poderia estar representada por mais de um professor, a amostra representou o envio de 49 *e-mails*, não correspondendo necessariamente, porém, ao número de professores envolvidos, pois algumas escolas possuíam mais de um *e-mail* informado e/ou professores(as) possuíam mais de um *e-mail*.

---

<sup>35</sup> Antes de fazer a visita ao o câmpus, a escola preenche um formulário com *e-mail* de contato e nomes dos(as) professores(as) que acompanharão a visita.

Primeiramente, foi aplicado um pré-teste. O pré-teste não tem o objetivo de apresentar resultados para a pesquisa, ele está focado em analisar e avaliar o próprio instrumento, quanto à clareza e precisão dos termos, quantidade e ordem das perguntas (GIL, 2002). Além disso, o pré-teste pode ser aplicado a uma amostragem aleatória representativa ou intencional. (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Assim, o pré-teste foi aplicado no período de 16/11 a 22/11/2020, enviado por *e-mail* a 12 professores(as) e constou de um *link* com formulário do *Google* para resposta *online*. Apenas um questionário foi respondido e não apresentou questões relevantes para alterações.

Para Marconi e Lakatos (2003, p. 201), o “[...] questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Assim, o questionário *online* da pesquisa foi elaborado com perguntas abertas e fechadas e enviado como formulário do *Google* para os(as) professores(as) participantes da pesquisa (Apêndice C), juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A primeira pergunta apresentava o projeto *Conhecendo o IFG no Câmpus Goiânia* e perguntava se o(a) professor(a) já tinha participado dessa visita. Todos responderam que sim<sup>36</sup>.

O *e-mail* enviado constou da apresentação da pesquisadora e da pesquisa e o *link* do questionário, que ficou aberto no período de 18/01 a 31/01/2021. No entanto, devido ao baixo número de respostas, enviamos um novo *e-mail* com período de respostas aberto até 10/02/2021. Numa terceira tentativa, novamente enviamos *e-mail* aos(às) professores(as) em 09/03/2021 para que respondessem ao questionário. Obtivemos respostas de 16 professores e como todos eles disseram que participaram do projeto *Conhecendo o IFG*, todos os questionários foram validados para a pesquisa. Durante todo o texto, foram identificados como Professor(a) 1, Professor(a) 2, e assim sucessivamente até Professor(a) 16.

Em relação aos alunos pesquisados, buscamos aqueles que estudavam no Câmpus Goiânia do IFG no ano letivo de 2020 em um dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e que participaram do projeto *Conhecendo o IFG* em anos anteriores. Considerando que o câmpus possui 7 cursos técnicos integrados ao ensino médio, quais sejam: Controle Ambiental, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Instrumento Musical, Mineração e Telecomunicações, e considerando ainda a vivência profissional da pesquisadora, estimou-se a possibilidade de 3 alunos de cada série dos 7 cursos terem passado pelo projeto nos anos anteriores.

---

<sup>36</sup> Por *e-mail*, a pesquisadora recebeu o retorno de um(a) professor(a) dizendo que não respondeu à pesquisa pois não participou da visita. Essa situação poderia acontecer, pois em alguns casos, tínhamos *e-mail* cadastrado da escola participante e não, necessariamente, o *e-mail* do professor que realmente fez a visita.

Aos alunos também foi aplicado um pré-teste no período de 16/11 a 22/11/2020. Este pré-teste foi enviado aos representantes de 2 turmas de um curso, constando de um *link* com formulário do *Google* para resposta *online*. Foram obtidas 4 respostas e, após análise, o questionário foi modificado.

Para atingir os alunos e divulgar a pesquisa junto a eles, elaboramos um convite com o *link* do questionário (veja-se o Apêndice D) e no primeiro momento, os alunos o receberam através do Boletim Eletrônico de Divulgação do câmpus; por mensagem automática disponível no Q-Acadêmico<sup>37</sup> e pelo aplicativo *Whatsapp* dos representantes de turmas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. O período de respostas estendeu-se de 15/01 a 31/01/2021. Devido ao baixo número de respostas, nova mensagem foi enviada pelo *Whatsapp*, com o prazo de resposta ampliado para 14/02/2021. A terceira tentativa foi efetivada em 1º/03/2021 e esse prazo se estendeu até final de maio de 2021<sup>38</sup>.

Evidenciou-se uma dificuldade em receber as respostas aos TCLE dos responsáveis legais dos alunos menores de 18 anos, visto que 82,61% dos alunos tinham menos de 18 anos no momento da resposta<sup>39</sup>. Algumas vezes, foram inúmeras tentativas de contato, tanto com os alunos, quanto com os responsáveis: *e-mails*, ligações e mensagens pelo *Whatsapp*. Isso não é específico desta pesquisa, no entanto, a pandemia de COVID-19 pode ter contribuído para ampliar esse obstáculo, por tanta exposição a telas (computador, celular) e tantos outros motivos. Da mesma forma, é sabido tratar-se de uma fase que exige esforço pessoal, perseverança e paciência (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Ao todo, obtivemos respostas de 43 alunos(as). Para esta pesquisa, interessavam-nos apenas os alunos que tinham participado do projeto *Conhecendo o IFG* em anos anteriores. Portanto, a primeira pergunta era se o(a) aluno(a) participou do projeto. (Apêndice E). Dos 43 alunos, 12 disseram que não participaram; 3 alunos(as) responderam 2 vezes o questionário; 1 questionário foi considerado inválido pela pesquisadora, por apresentar respostas sem nexo; de 3 alunos(as) não foi possível obter o TCLE dos responsáveis (sendo que, destes, havia uma resposta duplicada). Portanto, 23 questionários foram validados e por todo o texto foram identificados como Aluno(a) 1, Aluno(a) 2, e assim sucessivamente até Aluno(a) 23.

Em um segundo momento da pesquisa, dentro do universo de alunos que responderam ao questionário, selecionaríamos uma amostra de 30% dos alunos dos terceiros anos dos cursos

---

<sup>37</sup> O Q-Acadêmico é um sistema de gerenciamento de atividades acadêmicas do IFG.

<sup>38</sup> Apesar de o IFG ter iniciado o 1º semestre de 2021 em 19 de abril de 2021, todas as respostas dos questionários referem-se ao ano letivo de 2020. Não obtivemos respostas de questionários após essa data.

<sup>39</sup> Os alunos com menos de 18 anos responderam ao Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).

técnicos integrados ao ensino médio para participarem de uma entrevista. No entanto, obtivemos apenas 3 respostas e devido à dificuldade de contactá-los, não foi possível realizá-las. Isso também nos causou impactos quanto aos objetivos da pesquisa.

Assim, abordamos neste capítulo o processo investigativo da pesquisa para a compreensão e explicação do objeto de pesquisa, com os marcos no materialismo histórico-dialético para desvelar a realidade aparente, considerando as contradições, mediações e a totalidade. No próximo capítulo, o Capítulo 4, apresentaremos alguns resultados da pesquisa.

## 4 O PROJETO CONHECENDO O IFG

Estou com saudades de poder levar meus alunos para conhecerem uma das melhores instituições públicas de ensino do país.  
(PROFESSOR(A) 15, 2021).

Neste capítulo, apresentamos em um primeiro momento o projeto *Conhecendo o IFG*, seus objetivos, sua forma de execução e público-alvo. No segundo momento, apontamos as categorias para análise dos dados coletados através da pesquisa.

Nessa análise, a realidade é lida e interpretada pelo sujeito da pesquisa e assim, a articulação entre os dados objetivos e essa interpretação resulta numa síntese dessa relação, que, conforme abordado no capítulo anterior, não é a simples cópia desse fenômeno ou mera percepção do sujeito (GAMBOA, 2012). De acordo com o materialismo histórico-dialético, esse é um processo (determinado pelo contexto, pelas condições materiais e históricas) que parte da realidade dada, parte de um todo sincrético, e perpassa as categorias de análises para se chegar ao todo concreto (GAMBOA, 2012). Além disso, as análises culminam com a efetivação do Produto Educacional “Guia para implementação do Projeto *Conhecendo o IFG* nos câmpus”.

Como vimos, o IFG é tido como um “espaço de socialização do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais” (IFG, 2018f, p. 136), além de ser cada vez mais atuante na comunidade em que está inserido. É justamente essa atuação que revela a relevância de se analisar o projeto *Conhecendo o IFG* no Câmpus Goiânia e suas contribuições para a divulgação dos cursos técnicos integrados ao ensino médio junto à comunidade externa. Ademais, “ainda que seja uma instituição de ensino centenária, o IFG [...] precisa se fazer conhecer por grande parte da sociedade goiana. Por isso, é preciso desenvolver uma comunicação que fortaleça a relação com os públicos de interesse.” (IFG, 2020c, p. 27).

A Educação Profissional e Tecnológica é regulamentada pelo Decreto n° 5.154/2004, e é desenvolvida por meio de cursos e programas de qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional técnica de nível médio; e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação (BRASIL, 2004). Nesta perspectiva,

O IFG tem buscado ampliar e fortalecer seus vínculos com a sociedade, por meio da aproximação com os organismos sociais e da comunidade em geral, incentivando e encaminhando programas, ações e projetos voltados para resgatar o seu papel socializador, na perspectiva da ampliação dos valores da democracia e da cidadania. (IFG, 2011, p. 4).

Cabe ressaltar que o projeto *Conhecendo o IFG* foi implementado em 2011 pela PROEX e destinava-se a todos os câmpus da instituição, sendo os setores responsáveis por desenvolvê-lo os departamentos de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão (hoje, com o nome de Gerência de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão (Gepex)) e os departamentos de áreas acadêmicas (veja-se o Anexo B).

O projeto tinha como objetivo “aproximar o IFG dos alunos do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino (municipal e estadual), divulgando as ações, atividades e cursos oferecidos pela instituição, além de servir como instrumento de apoio na orientação profissional desses estudantes” (IFG, 2011, p. 2).

O projeto se fundamentou na justificativa de que deveria haver uma maior democratização de acesso dos cursos técnicos aos estudantes da rede pública de ensino, pois, para atender à legislação vigente, o IFG já reservava no mínimo 50% das vagas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio a candidatos oriundos de escolas públicas. (IFG, 2011).

Além disso, havia, naquela época, por parte do IFG, uma ampliação das possibilidades de sua atuação institucional, oferecendo cursos no âmbito da educação básica até a pós-graduação que ainda eram recentes. Portanto, outra justificativa se impunha, que era “comum encontrar na sociedade pessoas que não sabem que o IFG é uma instituição de ensino público e gratuito, em especial, os estudantes das escolas públicas sequer sabem que podem ingressar na Instituição.” (IFG, 2011, p. 4).

Em 2012, o IFG realizou o Congresso Institucional de Educação para a construção coletiva do seu primeiro PDI para o período 2012-2016, “recebendo inúmeras contribuições dos diversos segmentos da comunidade acadêmica. Essas contribuições subsidiaram a produção do Caderno-Geral de Propostas encaminhado ao Congresso” (IFG, 2013, p. 1). De acordo com o documento, nesse processo de construção dos documentos,

[...] a instituição efetiva a escuta da comunidade interna e externa, configurando concepções, políticas, programas, projetos e ações que a transformam em uma instituição que materializa na sua ossatura institucional a dimensão de sociedade política (Estado). (IFG, 2013, p. 18).

Além de ser uma exigência legal, conforme mencionado no capítulo 1, o PDI é um documento que apresenta institucionalmente o IFG quanto ao seu perfil, função social, princípios, objetivos, metas, responsabilidade social, inserção regional, autonomia e suas áreas de atuação. Nele, também foi inserido o PPPI em que são traçadas as políticas de ensino, pesquisa e extensão (IFG, 2013).

O PPPI previa que os programas na área de extensão seriam desenvolvidos levando-se em consideração o Termo de Acordo de Metas e Compromissos celebrado entre a SETEC e o IFG<sup>40</sup>, e assim propunha, para o período vigente do PDI 2012-2016, os seguintes programas, projetos e ações de extensão: Programas de Extensão do Governo Federal; Programa Miniempreendimentos do IFG; Polo de Extensão IFG em outros municípios; Programa de Extensão em Ensino do IFG; Programa de Tecnologia e Bacharelado; Programa de Extensão do IFG junto a Empresas; Programa *IFG Cidadania*; e o próprio Projeto *Conhecendo o IFG*. (IFG, 2013).

Desta forma, durante o período de vigência do PDI 2012-2016, o projeto *Conhecendo o IFG* foi institucionalmente inserido como um projeto de extensão:

#### 2.6.3.8. Conhecendo o IFG

1. Estudantes de Escolas Públicas: Trata-se de visitas, ao IFG, de grupos de alunos do ensino fundamental e médio de escolas públicas e visitas de uma equipe de docentes, técnico-administrativos e estudantes do IFG às escolas das redes municipal e estadual. Tem como objetivo a aproximação do IFG aos alunos do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino (estadual e municipal), divulgando programas, projetos, ações, atividades e cursos oferecidos pelo Instituto, além de servir como instrumento de apoio na orientação profissional destes estudantes.

2. Empresas e instituições da sociedade civil: Encontro com empresários e instituições da sociedade civil no IFG para a divulgação de programas, projetos, ações, atividades e cursos desenvolvidos pelo Instituto, bem como dos Projetos de Pesquisa, Programas de Pós-Graduação (lato e stricto-sensu) e Programas de Extensão. (IFG, 2013, p. 59, grifo do original).

Em análise aos relatórios de gestão anual da instituição, destaca-se que a visitação de estudantes à instituição já era recorrente em anos anteriores, conforme pode ser observado no Quadro 4. Já havia uma atenção institucional em divulgar os cursos e parcerias para ofertas de estágio (CEFET, 2003; 2004; 2005).

**Quadro 4 - Visitação de estudantes à Instituição<sup>41</sup>**

Ano	Quant. de escolas	Quant. de alunos
2000	04	315 <sup>42</sup>
2002	06	574
2003	06	559

<sup>40</sup> O Termo de Acordo de Metas e Compromissos foi celebrado entre a SETEC e os Institutos Federais, em junho de 2010, para os fins de estruturação, organização e atuação das instituições criados pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://w2.ifg.edu.br/uruacu/index.php/Plano-de-Metas/View-category>. Acesso em: 04 jun. 2021.

<sup>41</sup> Apesar de os relatórios não mencionarem, pelos nomes das escolas visitantes observa-se tratar de visitas apenas à UNED de Goiânia.

<sup>42</sup> Além desse número, a coordenação de Física recebeu “vários alunos de escolas da comunidade que buscaram conhecer o CEFET-GO e 40 (quarenta) alunos do Colégio Objetivo” (CEFET-GO, 2000, p. 72).

2004	06	640
2005	03	220
2007	10	453
2008	10	501

**Fonte:** Elaborado pela autora, com dados extraídos dos relatórios de gestão dos anos mencionados.

Em 2007, a Coordenação de Extensão implantou o projeto *Conhecendo o CEFET-GO* com “o objetivo de aproximar o CEFET-GO dos alunos do ensino fundamental e médio das redes municipal e estadual, divulgando as ações, atividades e cursos oferecidos pelo CEFET-GO, e também servir como instrumento de apoio na orientação profissional desses estudantes” (CEFET, 2008, p. 37). Nota-se que os objetivos de 2007 e 2011 permanecem os mesmos, alterando-se apenas a institucionalidade de CEFET-GO para IFG.

No relatório de gestão de 2007 já destaca:

A concorrência dos processos seletivos realizados para o ingresso no ano letivo de 2007 comparados com o processo realizado para o ingresso no primeiro semestre de 2008 retrata visivelmente o aumento do percentual em todas as modalidades de ensino nas Unidades do CEFET-GO. Isto se deu através de diferentes projetos da Instituição tais como o Projeto Conhecendo o CEFET-GO e o Projeto de Divulgação Institucional<sup>43</sup>. (CEFET, 2008, p. 36).

Os participantes do projeto *Conhecendo o IFG* (alunos dos 9º anos do Ensino Fundamental) também são públicos em potencial para se inscreverem nos processos seletivos dos cursos técnicos integrados do IFG<sup>44</sup>. Assim, em 2018, de acordo com o Centro de Seleção do IFG, no processo seletivo dos cursos técnicos integrados para o ingresso em 2019, houve inscrição de 7.633 candidatos (IFG, 2018e) para 1.374 vagas distribuídas nos 42 cursos técnicos integrados ao ensino médio dos 14 câmpus (IFG, 2018c).

Em 2018, um novo Congresso Institucional foi realizado para a discussão do Estatuto Geral e PPPI e elaboração do novo PDI 2019-2023 (IFG, 2018f). Para isso, foram sistematizados Cadernos de Votações a partir das propostas de inclusão, supressão ou alteração dos textos e houve a proposição de que os projetos, programas e ações de extensão mencionados no PPPI 2012-2016 fossem suprimidos com a justificativa de que não deveria ser citado

[...] nenhum programa ou projeto da Extensão, pois não têm caráter permanente. Não há nenhuma discussão da PROEX sobre quais serão os programas institucionais

<sup>43</sup> Este projeto contou com a elaboração de vídeo institucional e uma série de *folders* de divulgação institucional (CEFET, 2008).

<sup>44</sup> Exclui-se os cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), para os quais a idade mínima é 18 anos.

mantidos/desenvolvidos nos próximos 4 anos, o que deveria constituir um novo capítulo no PDI. (IFG, 2018a, p. 75).

Assim, a proposta de supressão foi aprovada (IFG, 2018b) e o projeto *Conhecendo o IFG* bem como os demais projetos de extensão do PPPI 2012-2016 não se inseriram mais no PPPI, apenas foram criadas as possibilidades de ações que deveriam ser implementadas durante a vigência do PDI 2019-2023, dentre outras:

3. Implementar pelo menos uma ação de extensão, necessariamente articulada com as demandas sociais, que tenha relação com ensino e/ou pesquisa em cada curso dos Câmpus em cada ano de vigência deste PDI.
4. Fomentar, no mínimo, duas ações de extensão classificadas em Edital, com pagamento de bolsas com o orçamento do Câmpus.
5. Garantir via edital da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), no mínimo, duas ações de extensão por Câmpus. (IFG, 2018f, p. 40).

Ao comparar o PDI 2012-2016 e o PDI 2019-2023, é possível inferir que em 2012 houve a legitimação do projeto *Conhecendo o IFG* (pois ele já tinha sido escrito e vinha sendo realizado desde 2011), enquanto o PDI 2019-2023 o excluiu. Como desdobramento, isso representou um enfraquecimento do projeto uma vez que se perdeu o respaldo institucional (inclusive financeiro) e, assim, os câmpus foram deixando de executá-lo.

Essa questão pôde ser visualizada em consulta aos câmpus do IFG, por *e-mail*<sup>45</sup>, sobre a realização do projeto durante o ano de 2019.

O Câmpus Jataí realizou o projeto durante a 22ª Semana Técnico-Científico-Cultural, recebendo 9 escolas municipais, 6 escolas estaduais, com um total aproximado de 1.920 alunos. Quanto ao Câmpus Valparaíso de Goiás, a chefe de gabinete relata que o “projeto é muito importante e atende uma série de escolas de Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama e Jardim Ingá (Luziânia) e até mesmo escolas rurais do entorno”, no entanto aquela unidade não possui um relatório específico sobre as visitas, apesar de a gerente de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão relatar que durante a Semana de Educação, Ciência e Tecnologia (SECITEC) do câmpus, realizada em outubro, receberam “aproximadamente 250 alunos de escolas municipais”. O Câmpus Itumbiara recebeu 405 alunos em 8 visitas, no período de 03 de junho a 03 de dezembro de 2019.

Ainda sobre os câmpus do IFG que desenvolveram o projeto, o Câmpus Luziânia respondeu não ter um relatório sobre o projeto; o Câmpus Senador Canedo também respondeu que não possui relatório específico, mas que o “projeto costuma acontecer dentro da SECITEC.

---

<sup>45</sup> *E-mail* enviado para as gerências de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão dos câmpus do IFG, em 24 de setembro de 2020.

Convidamos as escolas de 1ª fase no EF [Ensino Fundamental] do município para que conheçam as instalações e as atividades desenvolvidas pelo Câmpus”.

O Câmpus Cidade de Goiás respondeu que “não executou o projeto de extensão *Conhecendo o IFG* em 2019 porque em consulta a Reitoria fomos informados que não havia recursos destinados ao projeto. De toda forma fizemos ações autônomas de divulgação”.

O Câmpus Formosa cadastrou o projeto dentro de uma ação de extensão e obteve recebimento de verba institucional para a sua realização. Assim, a ação foi realizada no dia 07/06/2019, com 1.015 alunos e cerca de 198 colaboradores (servidores e discentes do IFG), sendo atendidas 11 escolas no matutino, 7 no vespertino e 3 no noturno. Contou com planejamento de salas temáticas, atividades em laboratórios e apresentações artísticas e culturais organizadas e apresentadas por discentes do câmpus e egressos.

Como parte de análise do impacto social e a relação com a comunidade participante, consta no relatório:

Todos os anos este projeto/evento Conhecendo o IFG tem alcançado e até superado seus objetivos mesmo com os obstáculos enfrentados. Os estudantes visitantes e seus acompanhantes responsáveis não deixam de participar e prestigiar toda a organização que o grupo de servidores e alunos do IFG, se organizam ano após ano para que essa ação de extensão aconteça. Para nossa comunidade externa estudantil foi apresentada e oferecida uma prévia, um pedacinho do céu em três eixos: o do ensino, da pesquisa e da extensão. Por meio de salas, cursos, pesquisas, laboratórios, experimentos, jogos e apresentações artísticas-culturais que são planejadas no decorrer dos turnos e equipes que, propiciam essa vivência mesmo que só por alguns minutos. Comunidade essa que anseia logo adentrar e fazer parte desse universo IFG. (IFG/CÂMPUS FORMOSA, 2019, p. 387).

No processo de formalização interna do processo, relatam que a PROEX fornecia lanche para os estudantes das escolas que visitavam o câmpus, “como apoio material para a realização da atividade. Cada câmpus utilizava a sua própria estrutura de transporte para buscar os estudantes e seus educadores” (IFG/CÂMPUS FORMOSA, 2019, p. 12). Para a unidade,

**O Conhecendo o IFG** busca estabelecer um diálogo com perspectiva tanto para os/as participantes externos como para a comunidade acadêmica do IFG. Desde 2013 o projeto vem envolvendo a formação dos(as) alunos(as) de todos os cursos ofertados pelo *campus*. [...] Apostamos no protagonismo estudantil, na capacidade de tomada de decisões coletivamente, na experiência e nos saberes que nossos alunos trazem para a instituição.

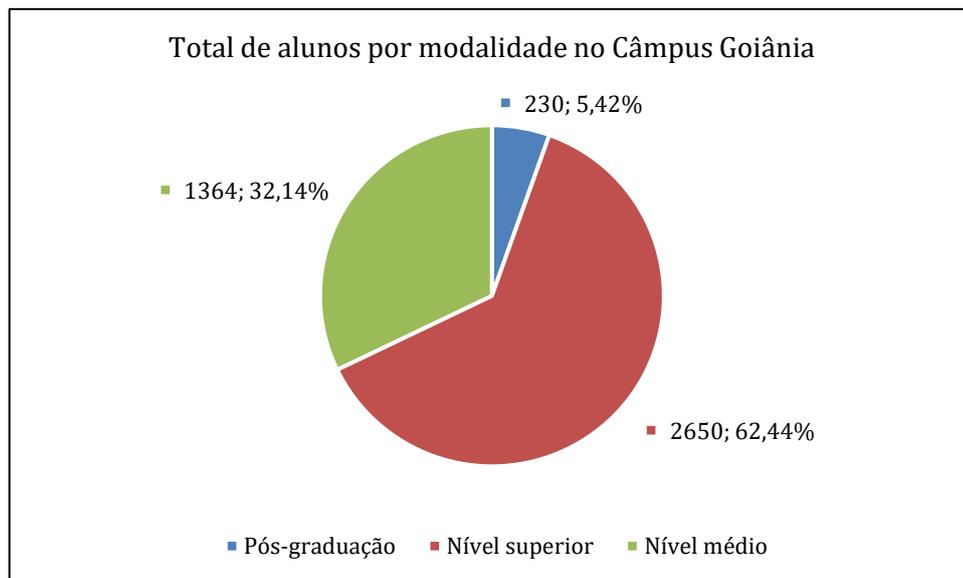
O envolvimento dos servidores também é considerável. Docentes e técnico-administrativos participam na organização geral, na coordenação dos laboratórios e salas temáticas e envolvem-se na tomada de decisões. O projeto envolve quase todos os setores do campus Formosa [...] (IFG/CÂMPUS FORMOSA, 2019, p. 15, grifo do original).

Não obtivemos respostas dos câmpus Águas Lindas de Goiás, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Goiânia Oeste e Inhumas. No Câmpus Goiânia, mesmo não sendo cadastrado como uma ação de extensão, o projeto se efetiva com o caráter permanente dentro do câmpus e é sobre ele que discutiremos em seguida.

#### 4.1 O Projeto *Conhecendo o IFG no Câmpus Goiânia*

O Câmpus Goiânia do IFG é o que tem o maior número de cursos técnicos integrados ao ensino médio, bem como o maior número de alunos nesta modalidade, representando 19,89% de matriculados em todo o IFG (IFG, 2020g). Mesmo com esse indicador, evidencia-se pelo gráfico 1 que apenas 32,14% dos alunos estão matriculados no nível médio, representados pelos seguintes números: 766 alunos nos cursos técnicos integrados ao ensino médio; 330 nos cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade EJA; e 268 nos cursos subsequentes.

**Gráfico 1** - Total de alunos matriculados por modalidade no Câmpus Goiânia



**Fonte:** Elaborada pela autora, com dados extraídos do Sistema Visão IFG (IFG, 2020g).

É também um câmpus grandioso em relação à estrutura física: com 32.780,43 m<sup>2</sup> de construção, conta com laboratórios (gastronômico, de informática e outros), ginásio poliesportivo, sala de ginástica, miniginásio, Auditório Demartin Bizerra (capacidade de 100 lugares), Auditório Djalma Maia (72 lugares), Cinemateca (80 lugares), Auditório Julieta Passos (82 lugares), Teatro do IFG (323 lugares), salas para atendimentos odontológicos, médicos e psicológico aos alunos. Além disso, uma parte desse complexo de edifícios é

tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como parte do Acervo Arquitetônico e Urbanístico *art déco* de Goiânia (BRASIL, 2003).

Assim, conforme explanado no capítulo 2, o projeto mais do que abrir as portas da instituição para os alunos de ensino fundamental, possibilita a eles vislumbrar as possibilidades de cursos no futuro, para si ou para seus familiares e/ou amigos. Assim, é destacado na página eletrônica do Câmpus Goiânia durante a visita de uma escola em 2018:

O professor da Escola Municipal Amâncio Seixo de Brito, Leonardo Melo, recordou que é a quarta vez que a escola participa do projeto Conhecendo o IFG e a segunda vez que ele traz uma turma da escola para visitar o câmpus. Em sua opinião, o interessante no projeto Conhecendo o IFG não está apenas em mostrar a grande infraestrutura do IFG – Câmpus Goiânia, mas especialmente na interação entre ensino médio, graduações e pós-graduações que a Instituição possibilita aos seus estudantes, contribuindo no desenvolvimento humano. (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, 2018b).

Em Goiânia, o projeto se apresenta como um projeto institucional de caráter permanente, sendo executado pela Gepex, Coordenação de Eventos<sup>46</sup> e com apoio dos departamentos de áreas acadêmicas (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, 2020b) em recepcionar os alunos ou ao guia-los pelo câmpus. Em geral, ocorre uma vez na semana, preferencialmente no turno matutino (período de aula dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio), e o câmpus se responsabiliza pelo transporte dos alunos da escola visitante.

Os alunos e professores são recepcionados em auditório, onde recebem informações gerais sobre a instituição, trajetória histórica, formas de acesso, atuação na pesquisa e na extensão, projetos, assistência estudantil, cursos ofertados. Ainda no auditório, os alunos recebem um material gráfico sobre o câmpus, assistem a vídeos sobre os cursos<sup>47</sup> e em seguida são levados a conhecer a estrutura física da instituição.

Os alunos são conduzidos à maioria dos espaços físicos da área comum (teatro, biblioteca, miniginásio/ginásio), bem como a outros espaços específicos: laboratórios de Biologia, de Construção Civil, de Eletricidade/Eletrônica, de Meio Ambiente, de Mineração, de Química, além da área de Música. Durante esse trajeto, é possível sanar algumas dúvidas que surgem por parte dos alunos/professores. Ao término da visita, eles retornam ao auditório.

O Câmpus Goiânia do IFG participa do projeto desde 2011, quando eram agendadas visitas de grupos de alunos do 9º ano do ensino fundamental ou da 3ª série do ensino médio das escolas que procuravam o IFG para fazerem as visitas. Estas eram marcadas e realizadas ao

<sup>46</sup> Pelo Regimento Geral do IFG, o Câmpus Goiânia é o único que possui a Coordenação de Eventos e é subordinada à Gepex. (IFG, 2018h).

<sup>47</sup> São apresentados vídeos dos 7 cursos técnicos integrados, com duração de 2 a 3 minutos cada. Disponíveis em: <https://www.youtube.com/user/IFGGoiania/playlists>.

longo do ano, de acordo com a disponibilidade da escola visitante e do setor de transportes do IFG. No ano de 2017, por exemplo, o projeto atendeu em torno de 400 alunos de 13 escolas de Goiânia e de Aparecida de Goiânia, sendo duas escolas da rede particular. (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, 2018e).

Em 2018, diferentemente dos anos anteriores, houve uma intensificação das visitas. Com a mudança de gestão, ocasionada pela eleição e posse dos novos diretores-gerais dos câmpus em 2017, o projeto *Conhecendo o IFG* foi fortemente incentivado pela nova Coordenadora de Eventos e pela Diretora Geral, devido a importância que ele representa dentro do câmpus.

Em uma das visitas das escolas, em 2018:

Em sua fala de boas vindas (*sic*) aos visitantes, o gerente Douglas Pitaluga destacou o apreço que a Instituição possui pelo projeto Conhecendo o IFG, pois é um momento importante de mostrar os cursos, laboratórios e a infraestrutura do câmpus para os futuros ingressantes. (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, 2018b).

Em outra visita:

Para a coordenadora de Eventos do Câmpus Goiânia e professora, Gleice Alves de Sousa, o projeto é importante para que estudantes e professores de outras instituições de ensino saibam mais sobre a Instituição. “Queremos com o projeto apresentar para a sociedade as oportunidades de ensino que o IFG oferece. Ensino gratuito, de qualidade, a pesquisa, o ensino e a extensão. É muito triste perguntar numa plateia de 82 alunos se eles conheciam o IFG e somente seis levantaram a mão e ainda somente quatro tiveram feito a inscrição no processo seletivo. Ao mesmo tempo, é muito gratificante perceber o encantamento deles depois da palestra e do passeio realizado no projeto. E depois, ver que todos levantam a mão quando perguntamos se querem estudar aqui”, afirma a coordenadora Gleice de Sousa.

[...] “Temos que trabalhar muito com divulgação do IFG com várias ações e, uma delas, a mais importante para nós, é o Projeto Conhecendo o IFG, porque esses alunos vão conhecer o Instituto e poder ingressar no ensino médio. E, se não ingressarem no ensino médio, já conhecem o IFG para buscar um curso subsequente ou superior”. (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, 2018c).

Assim, priorizou-se a realização do projeto como “maratona devido ao grande número de visitas em um curto prazo. O objetivo da maratona foi intensificar as visitas das escolas de ensino fundamental ao Câmpus Goiânia do IFG de forma a aproveitar o processo seletivo em aberto dos cursos técnicos integrados em aberto.” (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, 2019b, p. 45). No período de agosto e setembro de 2018, foram atendidos 1.061 alunos e 21 escolas, sendo 9 municipais, 7 estaduais, 2 cursos preparatórios para o IFG e 3 escolas conveniadas ou particulares. Ao todo, em 2018, foram recebidos no Câmpus Goiânia do IFG 1.566 alunos em 32 visitas (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, 2019b). Ainda em 2018, cabe destacar que, dentro do

projeto, o câmpus visitou o Centro de Ensino em Período Integral Cecília Meireles levando o projeto *Clube de Astronomia Vera Rubin*<sup>48</sup>.

Outro dado apresentado no relatório de gestão de 2018 do câmpus refere-se ao comparativo entre os números de inscritos para o processo seletivo dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, sugerindo que os números de alunos atendidos no projeto pudessem ter ocasionado o aumento do número de inscritos, de 1.486 em 2018 para 1.924 em 2019 (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, 2019b).

No ano de 2019, além de o projeto ocorrer semanalmente, “continuou com o formato de maratona durante o período de inscrições dos processos seletivos” (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, [2020], p. 131), recebendo no total 49 visitas (algumas escolas visitaram duas vezes o câmpus), com 2.313 alunos, dentre estes 10 alunos do curso de Nutrição da Universidade Federal de Goiás e 22 alunos do Instituto Federal de Mato Grosso. (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, [2020]).

Em 2020, o Câmpus Goiânia entrou em contato com as escolas que participaram do projeto no ano anterior. No entanto, devido à pandemia da COVID-19, nenhuma visita foi realizada.

A seguir, apontamos uma breve caracterização do público pesquisado, a partir dos dados coletados.

#### **4.2 Breve caracterização dos professores das escolas visitantes e dos alunos matriculados no Câmpus Goiânia do IFG**

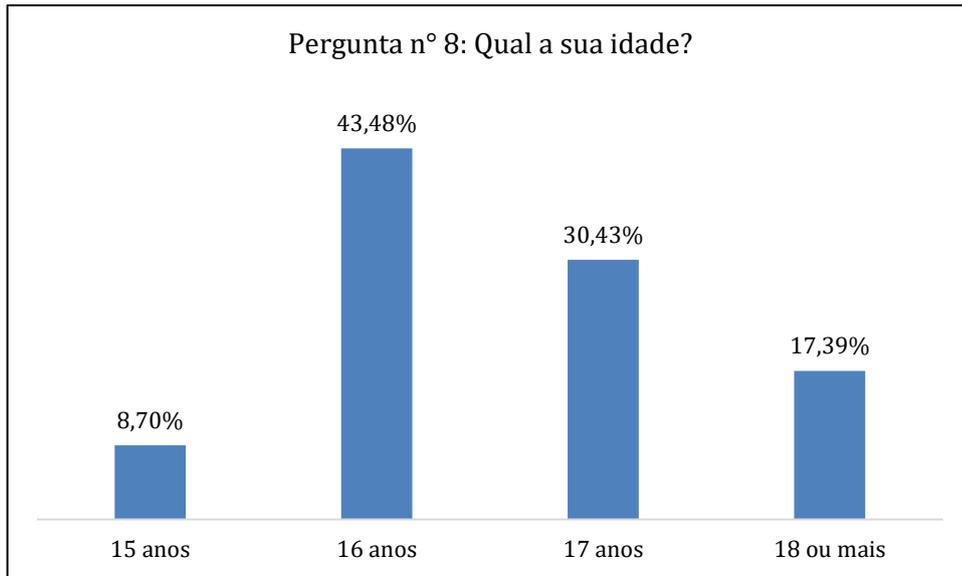
Conforme exposto no capítulo anterior, para o desenvolvimento da pesquisa, selecionamos os alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio matriculados no Câmpus Goiânia no ano letivo de 2020 e que participaram do projeto *Conhecendo o IFG* em anos anteriores, bem como os professores da rede pública, particular ou conveniada que visitaram o Câmpus Goiânia no ano de 2019, como participantes do projeto.

De acordo com os dados da pesquisa sobre os alunos, mais de 50% deles possuíam entre 15 e 16 anos:

**Gráfico 2 - Idade dos alunos**

---

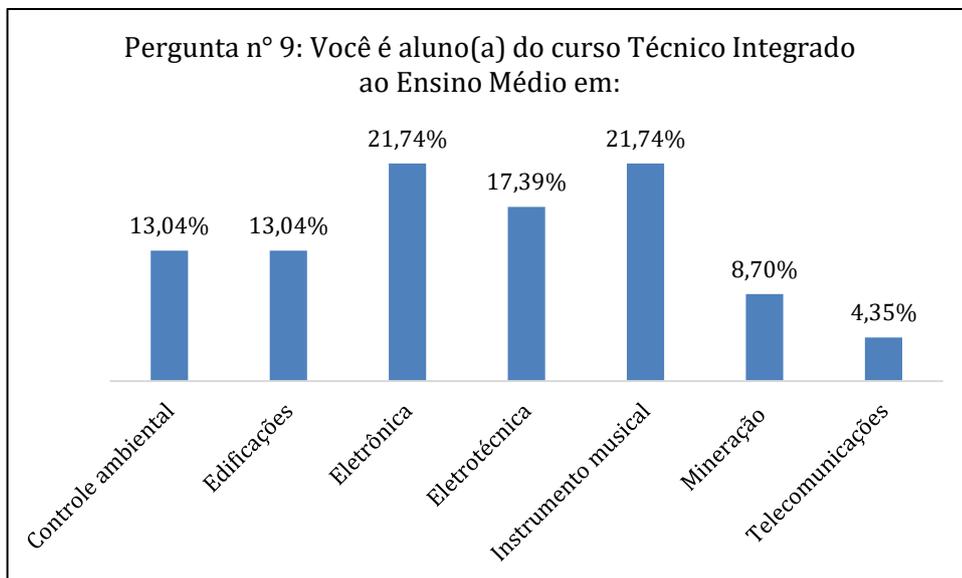
<sup>48</sup> O *Clube de Astronomia Vera Rubin* é um clube amador, organizado pelo estudante da Licenciatura em Física, João Marcos de Oliveira Cardoso, com apoio da coordenação de Licenciatura em Física que disponibiliza o telescópio para sessões de observação. (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, 2018a).



**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

Do total de alunos, 43,48% faziam o curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Eletrônica ou em Instrumento Musical; os demais estavam assim distribuídos:

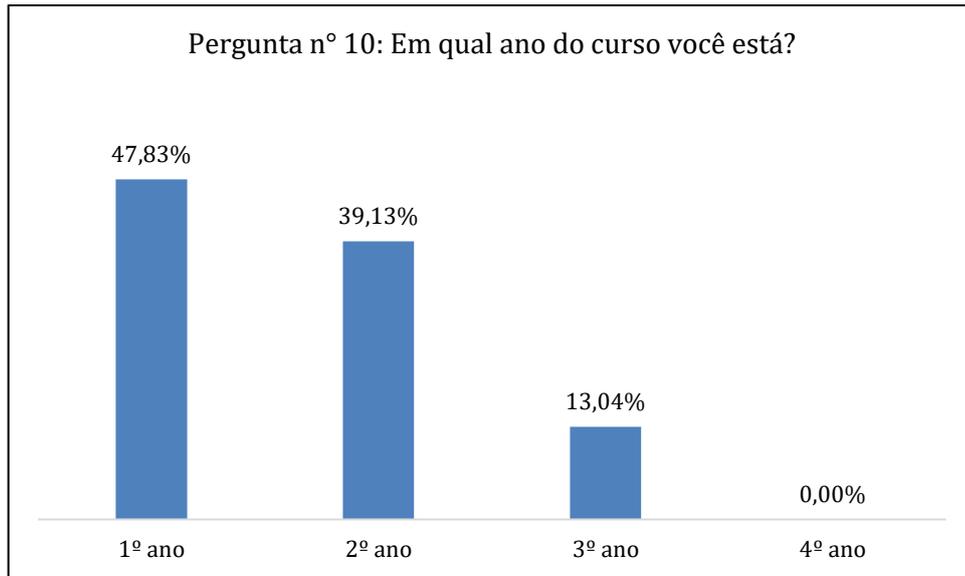
**Gráfico 3 - Cursos dos alunos**



**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

Dos alunos, 47,83% faziam o 1° ano; nenhum aluno do 4° ano respondeu ao questionário:

**Gráfico 4 - Ano do curso em que os alunos estão matriculados**



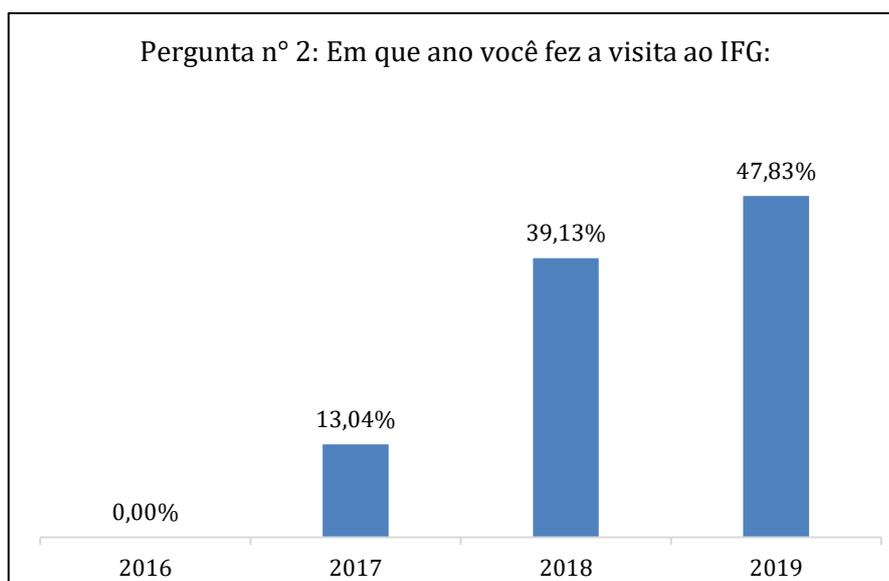
**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

Observa-se serem estudantes jovens que, como tal, precisam ser compreendidos como sujeitos sociais em seus contextos sociais, que se expressam com diversidade no mundo, constroem seus próprios modos e estilos constituídos no espaço e tempo, nos quais afirmam suas experiências, iniciando, assim, suas juventudes. (DAYRELL, 2003). O autor enfatiza o uso do termo no plural (*juventudes*) para expressar os diversos modos de ser do jovem, como um período marcante de cada um, como parte de um crescimento, e não como uma etapa, com um fim predeterminado para se alcançar algo ao final; a juventude não é uma preparação para a vida adulta, é um momento de intensas transformações que, de algum modo, vão estar presentes ao longo da vida.

É nesse momento de juventude que se encontra o aluno do técnico integrado ao ensino médio; cada um com suas trajetórias de vida, suas experiências, dificuldades e anseios, mas

[...] é nesse processo que cada um deles vai se construindo e sendo construído como sujeito: um ser singular que se apropria do social, transformado em representações, aspirações, e práticas, que interpreta e dá sentido ao seu mundo e às relações que mantém. (DAYRELL, 2003, p. 43).

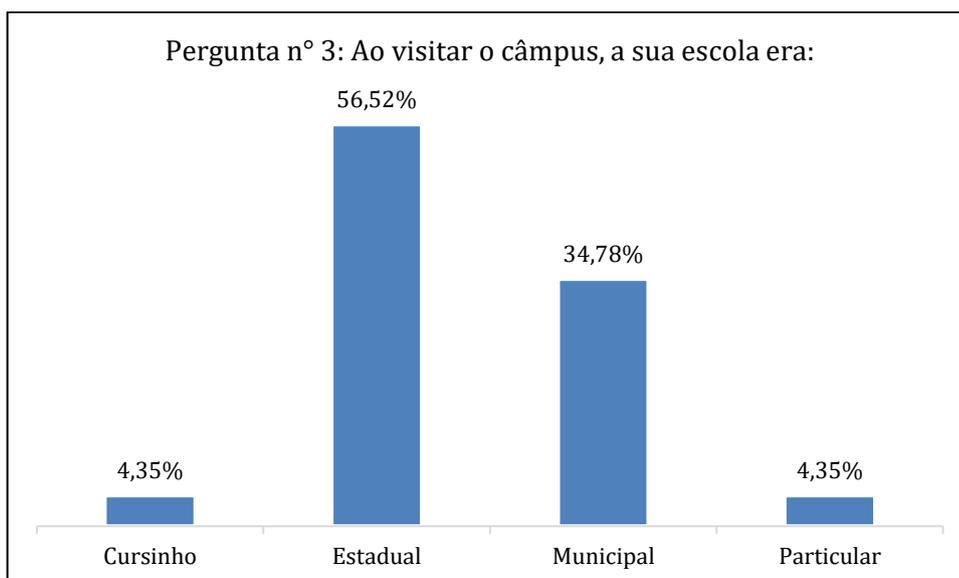
Do total de alunos que fizeram a visita ao câmpus e que responderam ao questionário, 47,83% deles o fizeram em 2019 e 39,13%, em 2018 (gráfico 5). A análise desses dados pode ser implicada da intensificação da realização do projeto *Conhecendo o IFG* pelo Câmpus Goiânia em 2018 e 2019, inclusive com as maratonas, conforme também observado pelos dados dos relatórios de gestão (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, [2020], 2019b).

**Gráfico 5** - Ano em que o aluno visitou o Câmpus Goiânia

**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

Ao analisar individualmente os questionários, observa-se uma relação direta entre o ano de visita do aluno ao câmpus e o ano do curso em que ele se encontra (gráficos 4 e 5), ou seja: os alunos ingressaram na instituição no ano imediatamente posterior à visita.

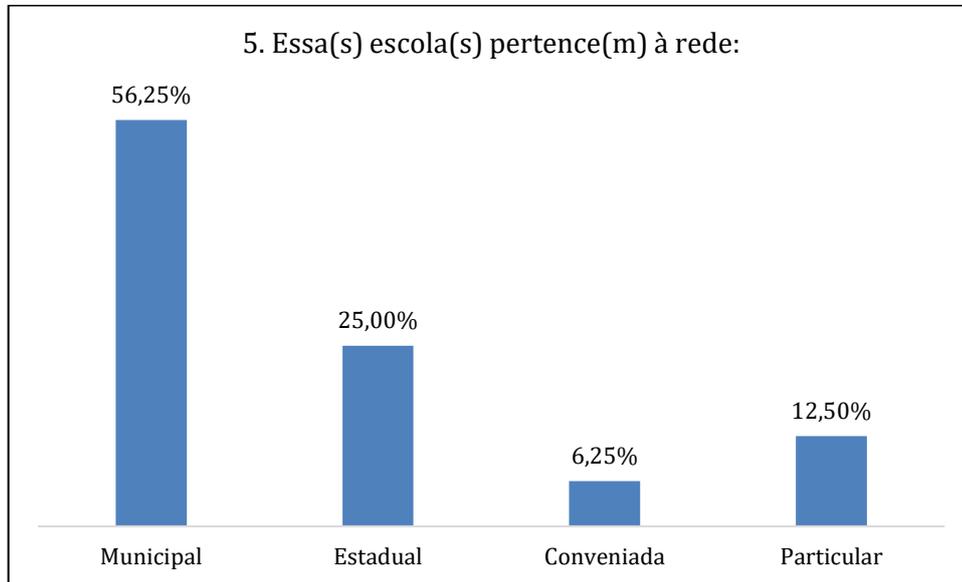
Dos alunos que visitarem o Câmpus Goiânia, 91,30% deles pertenciam a escolas da rede pública de ensino, sendo a maioria da rede estadual:

**Gráfico 6** - Categoria das escolas de origem dos alunos

**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

Ao passo que, em relação aos professores, de acordo com os dados coletados, a maioria pertencia à rede municipal, sendo 81,25% da rede pública de ensino:

**Gráfico 7 - Categoria das escolas de origem dos professores<sup>49</sup>**



**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

Ao analisar os dados das respostas da pesquisa, observou-se que o(a) Professor(a) 9 ao responder à pergunta sobre o nome da escola que acompanhou os alunos em visita ao Câmpus Goiânia (pergunta 4), disse tratar-se de um curso preparatório. No entanto, ao responder à pergunta 5, marcou todos os itens, quais sejam: municipal, estadual, conveniada e particular. Para melhor compreensão dos dados, consideramos apenas a marcação do item “Particular”.

### 4.3 Categorias de análises

Após caracterização, elencamos a seguir alguns pontos de análise a partir dos dados coletados para elucidar o objetivo da pesquisa, e assim desvelar a essência e a aparência do objeto: por que o Câmpus Goiânia é visitado?; a percepção da comunicação por professores e estudantes; por que a escolha do Câmpus Goiânia como instituição de ensino; e a continuidade do projeto e a efetivação do produto educacional.

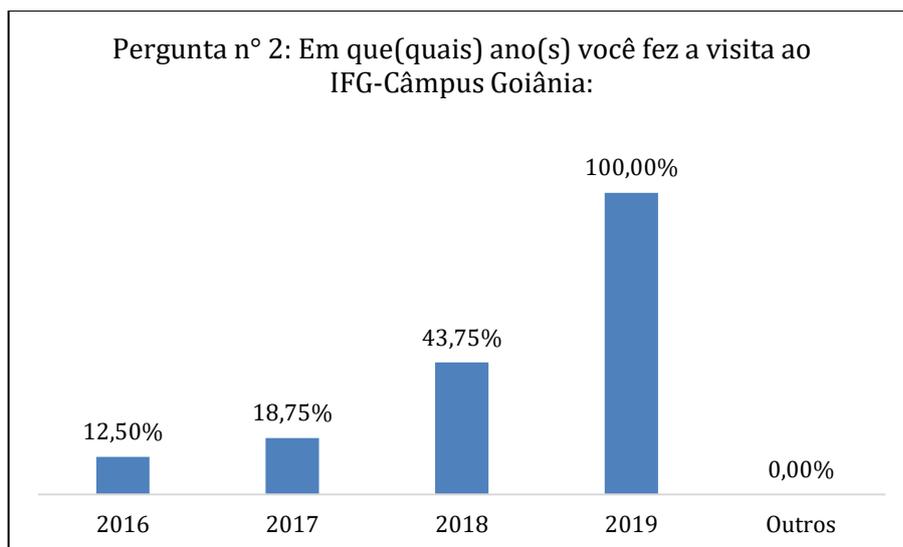
#### 4.3.1 Por que o Câmpus Goiânia é visitado?

<sup>49</sup> Essa pergunta permitiu a marcação de mais de 1 item.

Essa categoria contribuiu para investigar os motivos de os professores das escolas terem levado seus alunos para conhecerem o Câmpus Goiânia.

Pelos dados coletados na pesquisa, de todos os professores que visitaram o câmpus em 2019, 43,75% o fizeram também em 2018; 18,75% e 12,50%, respectivamente, em 2017 e 2016:

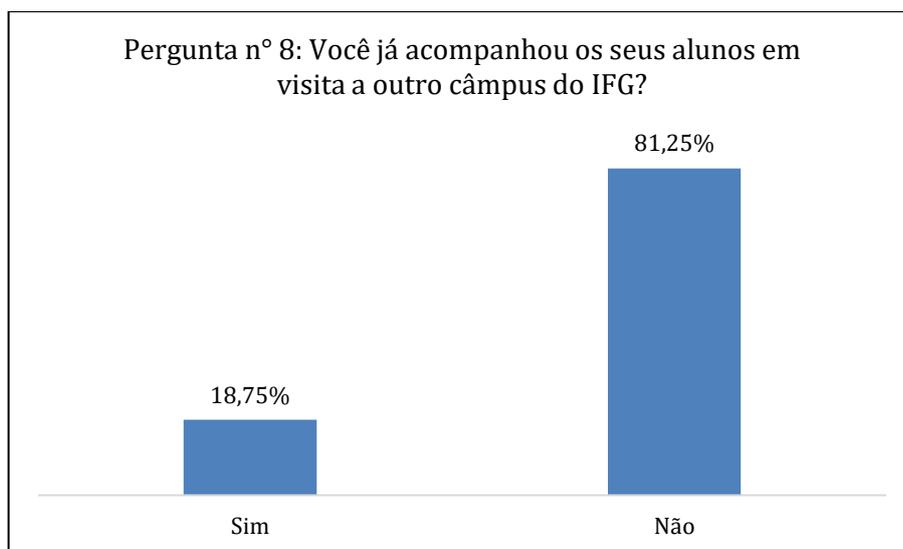
**Gráfico 8 - Anos em que os professores visitaram o Câmpus Goiânia<sup>50</sup>**



**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

Sobre as visitas realizadas, 3 professores(as), ou 18,75%, já acompanharam os seus alunos em visita a outros câmpus do IFG:

**Gráfico 9 - Acompanhamento do professor em visita ao outro câmpus do IFG**



**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

<sup>50</sup> Essa pergunta permitiu a marcação de mais de 1 item.

Os professores foram questionados se já acompanharam mais de uma escola em visita ao Câmpus Goiânia (pergunta3) e apenas o(a) Professor(a) 1, ou 6,25%, respondeu que sim; pela análise do gráfico 8, observa-se que 43,75% dos professores visitaram o câmpus em 2018 e em 2019; para o Professor(a) 4 há um empenho dos professores para que as visitas aconteçam, “[...] pois pelo que vivenciei [,] isso [a visita,] acontece mais pela iniciativa de alguns professores das escolas municipais ou estaduais e não pela direção da escola”. Ou seja, há um empenho expressivo por parte do professor para que os alunos tenham contato com a instituição, independentemente do câmpus, pois a reconhece como uma escola de qualidade, como será abordado à frente.

Pelo *e-mail* institucional da Coordenação de Eventos (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, 2020a), um(a) professor(a), ao responder sobre a possibilidade de agendar a visita relata que “[...] sempre marcava para a [escola] E.M. Laurício Pedro Rasmussen. Agora estou no Marcos Antônio Batista”. Em outra mensagem, complementa: “Podemos agendar tb [também] no dia 25/03 à tarde para a outra escola onde trabalho: Jaime Câmara?” (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, 2020a).

Ao mesmo tempo, em comparação aos relatórios de gestão do Câmpus Goiânia de 2018 e de 2019, é possível perceber que foi recorrente o fato de a mesma escola ter visitado o câmpus em 2018 e em 2019: 70% das escolas que visitaram o câmpus em 2018 também o fizeram em 2019 (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, 2019b; [2020]). Destaca-se que, nesses relatórios, constam os nomes das escolas, então não necessariamente os mesmos professores fizeram as visitas.

Portanto, a escola que já visitou o câmpus uma vez, procura novamente a instituição em anos seguintes, conforme pôde ser observado no relato: “Todos os anos, desde 1996, fazemos esta visita ao Campus Goiânia e, desde que o Goiânia Oeste foi fundado, lá também” (PROFESSOR(A) 9)<sup>51</sup>. Também identificamos a mesma tendência na página eletrônica do Câmpus Goiânia:

É a segunda vez que a Escola Municipal Jalles Machado de Siqueira participa do projeto Conhecendo o IFG no câmpus. No ano passado, a primeira visita de uma turma de alunos da escola rendeu novos ingressantes nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFG. Ao todo, foram 6 estudantes da escola aprovados na seleção para os cursos técnicos integrados ao ensino médio no ano passado, sendo que desses, 4 estudam no Câmpus Goiânia, 1 no Câmpus Aparecida de Goiânia e 1 no Câmpus Goiânia Oeste. (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, 2019a).

---

<sup>51</sup> Ao cruzar os dados das respostas, destaca-se que apesar de o(a) Professor(a) 9 ter dito que visita o Câmpus Goiânia Oeste desde a fundação, na pergunta 8 (gráfico 9) ele respondeu que não acompanhou os alunos em visita a outro câmpus do IFG, ressaltando o fato de ter sido outro(a) professora(a) de sua escola que o fez.

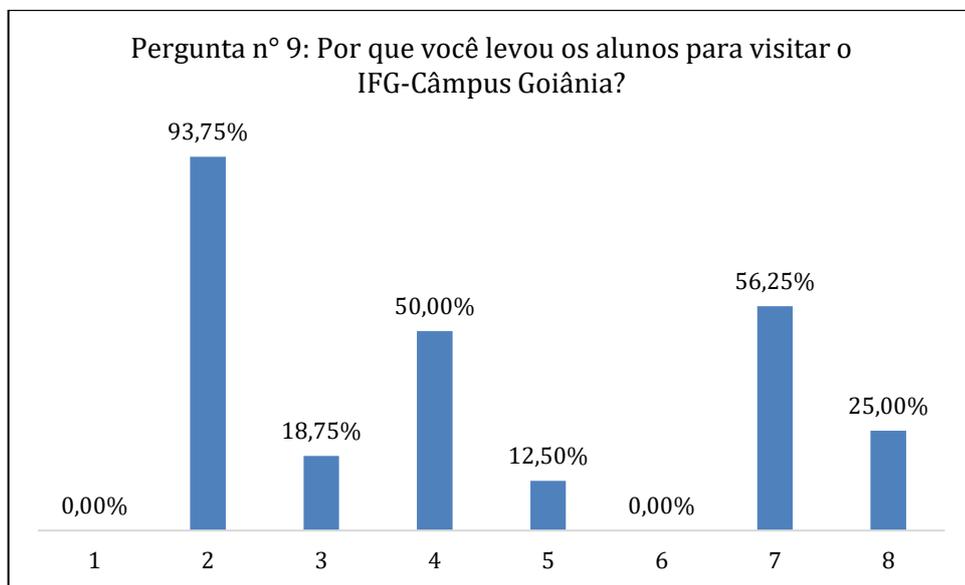
Algumas dessas escolas públicas também realizam programas de apoio e preparação dos seus alunos para o processo seletivo do IFG. Para o(a) Professor(a) 13, “ao criar um projeto em minha escola, contactei o ifg para ver se haveria a possibilidade de visita” (PROFESSOR(A) 13). Uma professora que realizou a visita dentro do projeto em 2018 faz um relato:

A escola realiza um preparatório, durante as aulas, para que os alunos ingressem nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFG. Segundo ela, a visita foi muito importante.

“Nós, professores e alunos que tivemos o prazer de visitar o câmpus, ficamos maravilhados com a visita. Foi superinstrutiva. Os alunos receberam informações, que nós, professores, não sabíamos também. Eles conheceram a dimensão do câmpus, tanto em tamanho quanto em relação à qualidade dos cursos. Conseguiram compreender o nosso empenho, como professores, em estar insistindo e incentivando o projeto nas turmas dos 8º e 9º anos. Eles agora têm uma visão diferenciada e um incentivo a mais para acompanhar o preparatório e fazer a prova. Obrigada a todos que nos receberam tão bem. É um incentivo grandioso, precisamos disseminar isso entre os alunos”, disse a professora (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, 2018c).

Ao serem questionados do porquê de terem levado os alunos ao Câmpus Goiânia, 93,75% dos(as) professores(as) marcaram o item “Porque o IFG é uma instituição educacional pública de qualidade”; enquanto ninguém respondeu que a visita foi determinada pela escola:

**Gráfico 10** - Por que os professores levaram os alunos para visitar o Câmpus Goiânia<sup>52</sup>



**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

**Categorias:**

1. Porque foi determinado pela escola.
2. Porque o IFG é uma instituição educacional pública de qualidade.
3. Porque recebemos material informativo na escola.
4. Porque oferece ensino médio integrado.

<sup>52</sup> Essa pergunta permitiu a marcação de mais de 1 item.

5. Porque os alunos pediram.
6. Porque recebemos um convite da instituição sobre o projeto *Conhecendo o IFG*.
7. Porque soubemos da realização do projeto *Conhecendo o IFG* por terceiros.
8. Outros

Esse reconhecimento é um processo construído pela trajetória histórica do IFG, conforme abordado no capítulo 1; os professores reconhecem a importância que a instituição pode representar para os alunos que visitam e conhecem o câmpus.

Em referência aos dados, é pertinente destacar que nenhum(a) professor(a) disse ter recebido convite da instituição sobre o projeto *Conhecendo o IFG*, ao passo que 56,25% disseram que souberam da realização do projeto por terceiros e o(a) Professor(a) 6 disse que soube do projeto pela internet. Em contraponto, destaca-se que no final de 2018, o Câmpus Goiânia, através da Coordenação de Eventos, enviou *e-mails* para 41 destinatários (professores, coordenadores ou a própria escola) informando sobre a realização do projeto para o ano de 2019, incluindo professores que participaram desta pesquisa.

Além disso, 50% dos professores mencionaram a oferta do Ensino Médio Integrado na instituição. Mesmo que os professores não tenham total clareza da concepção de Ensino Médio Integrado, essa integração não significa apenas a articulação entre ensino médio e educação profissional; o termo *integrado* pode significar essa *forma de oferta*, bem como significar um *tipo de formação*, a concepção de uma *formação integrada*, de uma educação politécnica, *omnilateral* e de escola unitária<sup>53</sup> (CIAVATTA, 2014). É essa formação que se busca no IFG, pautada na

defesa da formação omnilateral, ou seja, verdadeiramente integral do ser humano, pressupondo, portanto, estabelecer nos currículos e na prática político-pedagógica da Instituição a articulação entre educação, cultura, arte, ciência e tecnologia, nos enunciados teóricos, metodológicos, políticos e pedagógicos da ação educativa institucional. (IFG, 2018g, p. 3).

As análises reforçam a importância de se divulgar cada vez mais a instituição, bem como os seus cursos gratuitos para os alunos da rede pública. Para o(a) Professor(a) 3, “Precisa haver uma maior divulgação para a comunidade dos cursos gratuitos oferecidos pelo IFG”.

---

<sup>53</sup> É de Gramsci (1982, p. 125) a concepção de escola unitária, de escola desinteressada e formativa que significaria “o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social”, com reflexos em todos os organismos de cultura que se transformariam e adquiririam um novo conteúdo: “escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo.” (GRAMSCI, 1982, p. 118).

Portanto, tal divulgação, além de tornar os cursos mais conhecidos, possibilita que a instituição cumpra com a sua função social de ser pública, gratuita, inclusiva, democrática; o projeto *Conhecendo o IFG*, de acordo com a pesquisa, pode contribuir com esse fortalecimento junto à comunidade na qual a instituição está inserida.

#### **4.3.2 A percepção da comunicação por professores e estudantes**

Conforme abordado no capítulo 2, na comunicação os sujeitos envolvidos devem ser ativos no processo, pois não se trata de transmissão de informação; é um processo permanente de troca de informações e de compreensão mútua (DUARTE, 2011). Essa perspectiva relaciona-se à importância dada pelos professores à participação dos próprios alunos do IFG durante as visitas:

Fomos muito bem recebidos e tivemos uma ótima acolhida e explicação sobre os cursos. O fato de alunos do Instituto estarem juntos nessa visita também foi muito positivo. (PROFESSOR(A) 2).

Gostaria que tivéssemos tido a oportunidade de conhecer o departamento de música, bem como, estabelecer breve diálogo com estudantes que estivessem concluindo o ensino médio no Instituto. (PROFESSOR(A) 7).

[...] Creio que as visitas poderiam oferecer a oportunidade de os visitantes conhecerem mais os laboratórios (experenciá-los), além de ter contato (diálogo) direto com alunos da instituição. (PROFESSOR(A) 11).

Durante as visitas, os alunos do Câmpus Goiânia do IFG estão presentes em diversos momentos, seja nas salas de aulas tradicionais, nos laboratórios, no pátio, seja em aulas no ginásio, por exemplo. Como o projeto ocorre no câmpus desde 2011, os próprios alunos já esperam pelas visitas de suas antigas escolas. Nessas situações, é comum os alunos do câmpus darem algum depoimento sobre suas experiências, como pode ser observado em seguida:

Segundo ela, a participação no projeto *Conhecendo o IFG* foi importante para que despertasse o interesse em estudar no Câmpus Goiânia. Hoje, cursando o 1º ano do técnico integrado em Controle Ambiental, Hellen fez questão de receber a turma de alunos de sua antiga escola e incentivou a todos para que estudem no IFG. (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, 2019a).

**Figura 1** - Estudante do Câmpus Goiânia e egressa de escola municipal durante visita, em 2019



**Fonte:** IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, (2019a).

É válido ressaltar que existe um roteiro prévio a ser seguido, mas as visitas não são iguais, pois às vezes pode acontecer de os alunos visitantes não conseguirem acesso a um determinado laboratório por estar ocorrendo uma atividade avaliativa com os alunos do próprio câmpus, por exemplo, ou também pelo tempo disponível da escola visitante. No entanto, em pesquisa realizada com os professores, a percepção do(a) Professor(a) 16, que visitou o câmpus em 2018 e em 2019, foi exatamente o contrário e sugeriu “que os roteiros de visita à escola fossem diversificados e principalmente pelos laboratórios de eletrônica e que envolvem mais tecnologia”.

Em dias de visitas, há o envolvimento de vários setores e servidores para o apoio na realização do projeto. Os professores visitantes percebem essa movimentação e fizeram uma ótima<sup>54</sup> avaliação sobre a visita:

Foram muito atenciosos com os alunos e despertaram o interesse neles em fazer parte da instituição (PROFESSOR(A) 1).

Excelente (PROFESSOR(A) 2; PROFESSOR(A) 5; PROFESSOR(A) 8); PROFESSOR(A) 14).

Esclarecedora (PROFESSOR(A) 3).

Foi uma visita que conseguiu mostrar todo o seu potencial físico e pedagógico (PROFESSOR(A) 4).

Uma ótima avaliação (PROFESSOR(A) 6).

Fiquei muito satisfeita. Todos foram extremamente cordiais (PROFESSOR(A) 7).

<sup>54</sup> Os professores foram questionados sobre a sua avaliação da visita e todas as respostas foram transcritas aqui para justificar o uso do adjetivo empregado.

O IFG sempre encanta os(as) alunos(as) pela infraestrutura, pelo corpo docente, pelas oportunidades, pelos projetos desenvolvidos (PROFESSOR(A) 9).

Excelente! Gostei muito da receptividade e de poder mostrar aos alunos, na prática, caminhos a se seguir, pensar no futuro e se capacitar (PROFESSOR(A) 10).

Positiva. A recepção, por parte da coordenação, professores, foi muito boa. Vários alunos que participaram desta visita são, atualmente, alunos do IFG (PROFESSOR(A) 11).

Extremamente positiva, despertando nos alunos grande interesse pela instituição (PROFESSOR(A) 12).

Todas as visitas foram de grande contribuição para que os alunos pudessem conhecer a instituição e compreender o que a escola poderá trazer de benefícios para eles, além de que, conhecendo as instalações, acredito que os alunos podem ver de perto o potencial que podem atingir (PROFESSOR(A) 13).

Excelente, o acolhimento de todos que estão envolvidos nesse projeto é fantástico (PROFESSOR(A) 15).

Sempre foi muito bom e gratificante levar os alunos ao IFG, eles começam a ter uma outra visão quando vão até a escola, é um estímulo a mais (PROFESSOR(A) 16).

Em relação aos alunos visitantes, em geral tiveram uma boa impressão da instituição:

Achei um lugar incrível com possibilidades que não eu não tinha a noção que poderia trabalhar e chegar (ALUNO(A) 3).

Que era realmente a escola que eu queria estudar (ALUNO(A) 4).

Inovador e um lugar cheio de coisas novas para conhecer (ALUNO(A) 7).

Foi uma experiência incrível (ALUNO(A) 10).

[...] Me surpreendi com a quantidade de oportunidades que existiam ali dentro (ALUNO(A) 11).

Uma escola que possibilitaria muitas oportunidades e que me permitiria crescer em diversas áreas do meu futuro (ALUNO(A) 13).

Que seria ótimo estudar aqui (ALUNO(A) 15).

Achei aquilo fora da realidade das outras escolas que estudei, o IF me pareceu surpreendente (ALUNO(A) 19).

Foi deslumbrante, o campus as salas, os alunos até mesmo a portaria me senti dentro [de] um colégio não de uma escolinha do ensino médio (ALUNO(A) 23).

O espaço físico do câmpus chamou a atenção dos alunos, pois o acharam “muito grande” (ALUNO(A) 22), “lugar foda” (ALUNO(A) 12). E ainda:

Fiquei encantada com toda estrutura do campus, laboratórios, biblioteca, etc; era uma realidade muito diferente da escola em que eu estudava (ALUNO(A) 1).

Grande, bem organizado e se tornou uma das prioridades de objetivo daquele ano (ALUNO(A) 5).

Minha primeira impressão foi de: "Que bonito, e ao mesmo tempo que velho/quebrado" (ALUNO(A) 6).

O Instituto é muito maior que as escolas públicas comuns (ALUNO(A) 8).

Achei o IFG muito grande e bonito, porém na minha visita não visitamos todos os laboratórios dos cursos técnicos, só visitamos o de mineração onde tem as réplicas em tamanho pequeno das máquinas de mineração (ALUNO(A) 9).

Uma escola bem estruturada, é muito valorizada (ALUNO(A) 14).

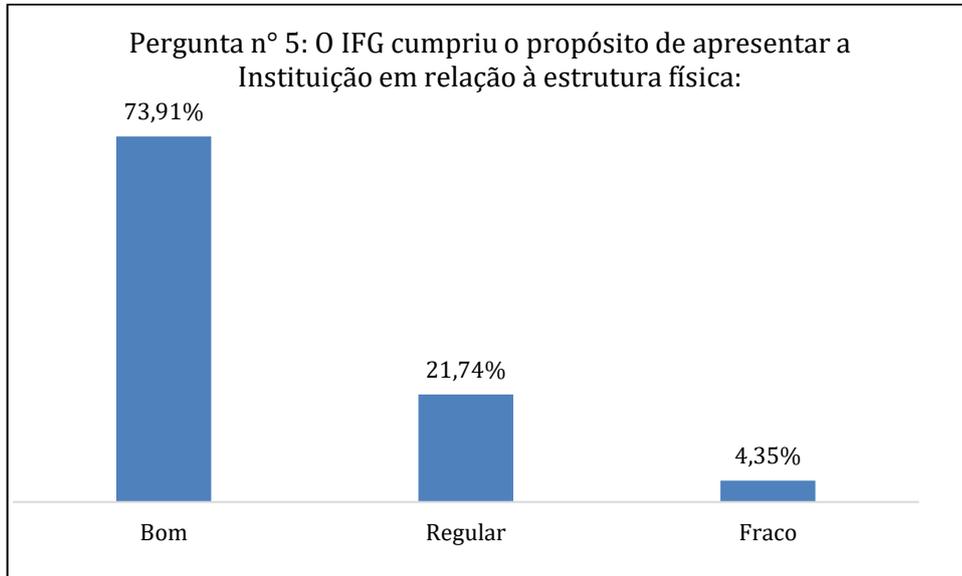
Bem amplo, arborizado, organizado e limpo. O tamanho e as árvores me atraíram bastante (ALUNO(A) 16).

Eu gostei muito de ver todo aquele espaço e conhecer alguns mais de perto, me assustou um pouco pois pensei que ficaria perdido [...] (ALUNO(A) 17).

Achei muito interessante a infraestrutura do campus (ALUNO(A) 18).

Ainda sobre a estrutura física, os alunos visitantes foram questionados se no dia da visita o IFG cumpriu o propósito de apresentá-los a instituição e 73,91% dos alunos avaliaram que sim<sup>55</sup>:

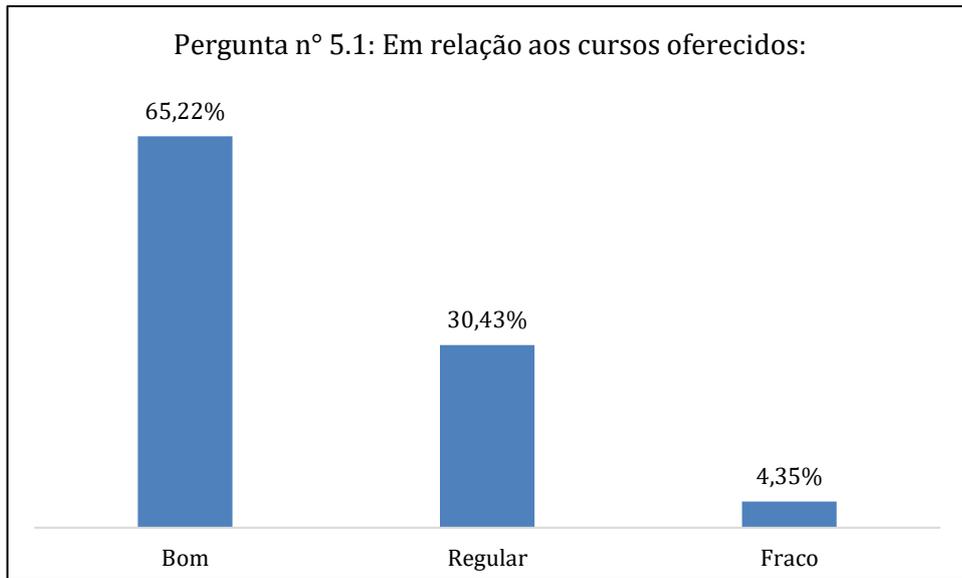
**Gráfico 11** - Apresentação da instituição quanto à estrutura física



**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

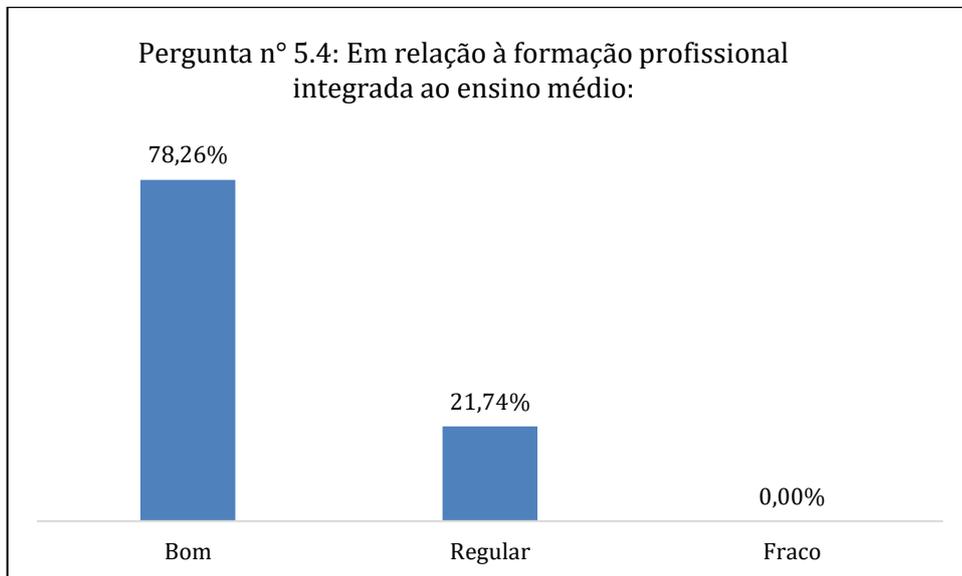
As questões de 5.1 a 5.4 também serviram para avaliar se o IFG cumpriu o propósito de apresentar a instituição em relação a alguns itens. Em relação aos cursos oferecidos, 65,22% disseram que a instituição cumpriu o propósito de apresentar os cursos, contra 34,78% que não ficaram satisfeitos com a informação:

<sup>55</sup> No questionário, foi inserida uma escala de 1 a 3, em que 1 refere-se a “sim” e 3 refere-se a “não”. Para a tabulação e melhor inserção no texto, usamos os valores “Bom”, “Regular” e “Fraco”; a metodologia não consistiu em intensificar os valores, e sim em avaliar se a instituição cumpriu ou não o propósito. Essa observação é válida para os gráficos de 11 a 15.

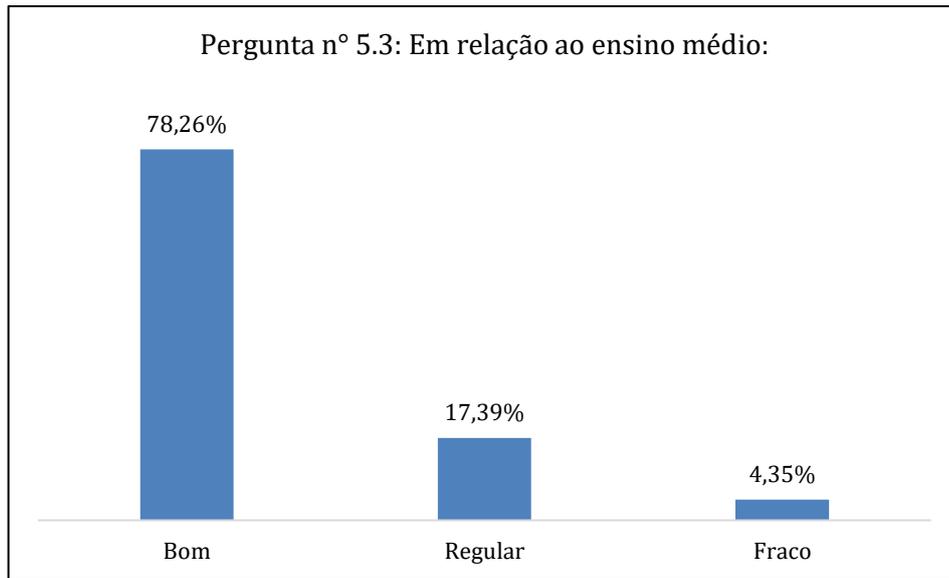
**Gráfico 12** - Apresentação da instituição quanto aos cursos ofertados

**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

Quanto à formação profissional integrada ao ensino médio e ao próprio ensino médio, 78,26% acharam que a instituição cumpriu o propósito de apresentá-los (gráfico 13 e gráfico 14):

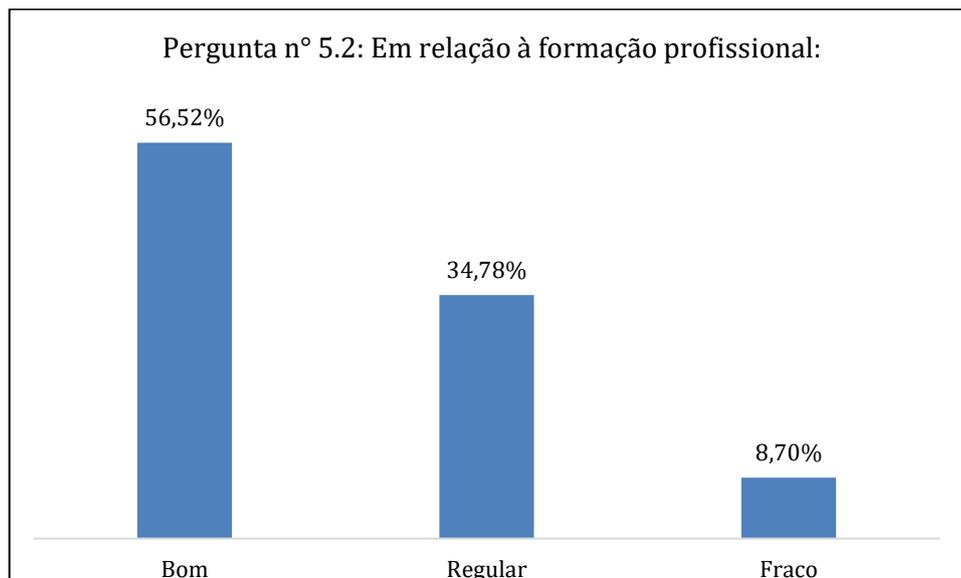
**Gráfico 13** - Apresentação da instituição quanto à formação profissional integrada ao ensino médio

**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

**Gráfico 14** - Apresentação da instituição quanto ao ensino médio

**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

O item *Apresentação quanto à formação profissional* obteve a pior avaliação, pois, apesar de 56,52% dos alunos a avaliarem como boa e 78,26% avaliarem como boa a apresentação quanto à formação integrada ao ensino médio e ao ensino médio (gráficos 13 e 14), pode-se inferir que 43,48% ficaram insatisfeitos:

**Gráfico 15** - Apresentação da instituição quanto à formação profissional

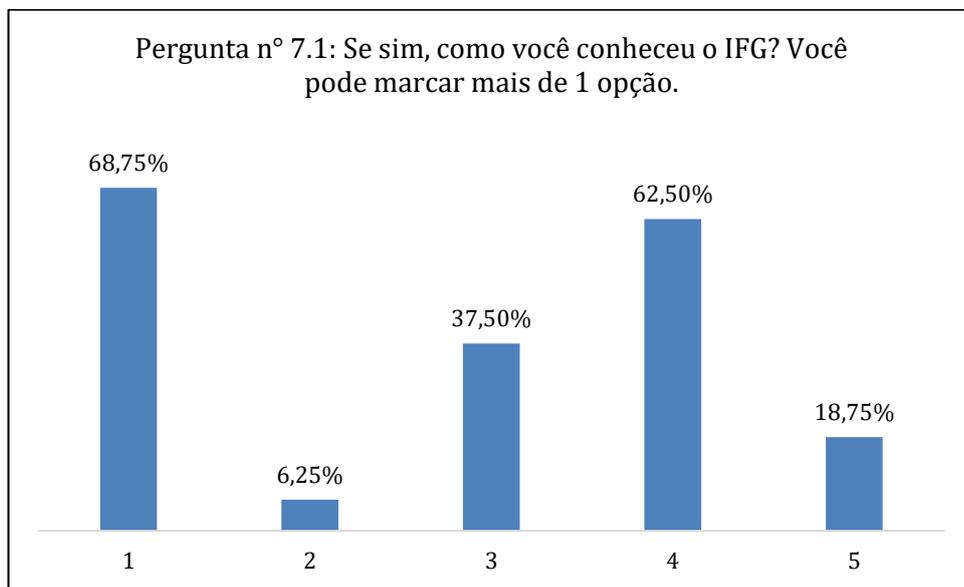
**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

É interessante observar que mesmo com toda a complexidade dos termos, em geral, os alunos fizeram uma boa avaliação das apresentações. No entanto, dentro da perspectiva dialógica a que se propõe o projeto *Conhecendo o IFG*, é importante que a instituição cumpra

o papel de se comunicar com esses alunos, pois, conforme abordado no capítulo 2, comunicar não é informar, a comunicação efetiva pressupõe que a informação, a mensagem, seja entendida pelo receptor e que seja capaz de provocar nele uma reação (TUZZO, 2013).

Em referência aos professores que participaram do projeto e com base nos dados coletados na pesquisa, todos disseram que já conheciam o IFG (pergunta 7), sendo que 68,75% disseram que o conheciam com outro nome enquanto 62,5% responderam que conhecem alguém que estuda/estudou no IFG:

**Gráfico 16 - Como o professor conheceu o IFG**



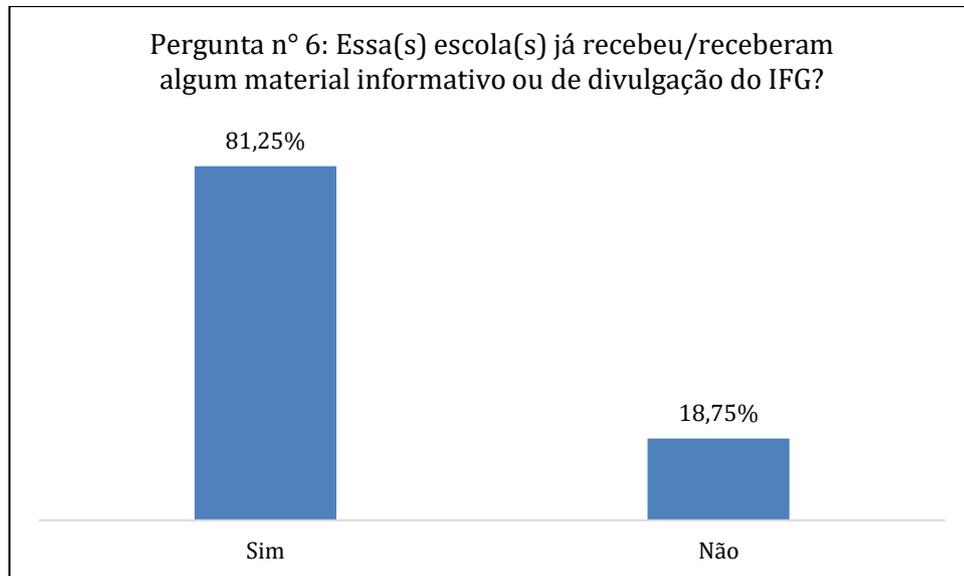
**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

**Categorias:**

1. Já o conhecia com outra nomenclatura (Escola Técnica Federal de Goiás; Cefet-GO).
2. Já estudei na instituição.
3. Conheço alguém que trabalha/trabalhou no IFG.
4. Conheço alguém que estuda/estudou no IFG.
5. Outros.

Dentro do item “Outros”, destaca-se que um professor(a) já foi substituto(a) no Câmpus Goiânia, e dois outros disseram frequentar o teatro do câmpus.

Em relação à divulgação, 81,25% dos professores responderam que as escolas nas quais trabalham já tinham recebido algum material informativo ou de divulgação do IFG:

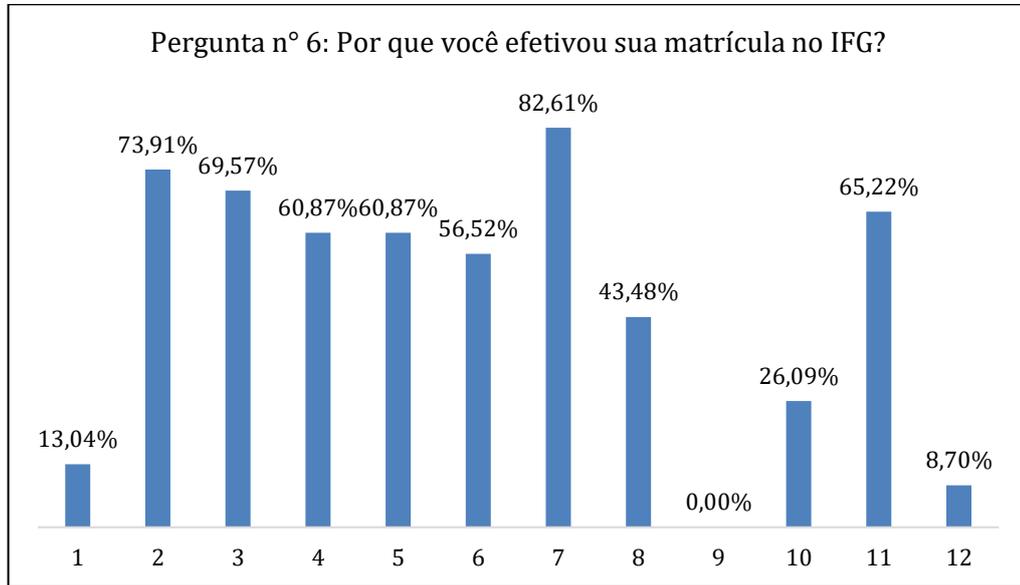
**Gráfico 17** - Material informativo recebido pela escola

**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

É válido destacar que esse material informativo também pode representar motivos para que o professor tenha tido o interesse em levar seus alunos a conhecerem o câmpus. Nota-se que todos eles já conheciam o IFG, conforme mencionado anteriormente. Assim, ao promover a divulgação da instituição, a comunicação apresenta papel importante no fortalecimento da identidade institucional do IFG, bem como no fortalecimento do que diz respeito ao interesse público, com a participação dos interessados (DUARTE, 2011).

#### 4.3.3 Por que a escolha do Câmpus Goiânia como instituição de ensino

Uma vez questionados por que os alunos que participaram do projeto efetivaram suas matrículas naquele câmpus, 82,61% responderam que o IFG é uma escola pública de qualidade, 73,91% disseram que queriam muito estudar na instituição e 69,57% responderam que gostaram dos cursos. Além disso, 65,22% dos alunos responderam que efetivaram a matrícula porque participaram do projeto *Conhecendo o IFG* e puderam conhecer melhor o câmpus:

**Gráfico 18 - Por que o aluno efetivou sua matrícula no IFG<sup>56</sup>**

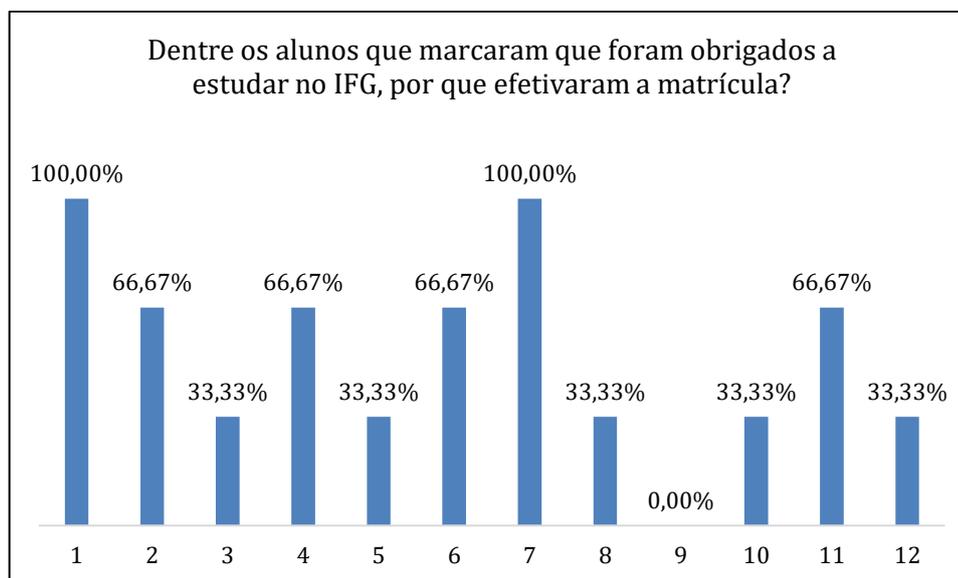
**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

**Categorias:**

1. Fui obrigado a estudar na Instituição.
2. Queria muito estudar no IFG.
3. Gostei dos cursos.
4. Gostei da estrutura física.
5. Gostei dos laboratórios.
6. Gostei da formação profissional.
7. Porque é uma escola pública de qualidade.
8. Porque desenvolve atividades de pesquisa, extensão, monitoria.
9. Não consegui vaga em outra escola.
10. Porque eu conhecia pessoas que já estudavam na Instituição.
- 11: Porque eu participei do projeto *Conhecendo o IFG* e pude conhecer melhor a Instituição.
12. Outros

Apesar de 13,04% dos alunos dizerem que foram obrigados a estudar no IFG, todos eles indicaram outros motivos para efetivarem a matrícula no IFG: 100% deles responderam “Porque é uma escola pública de qualidade” e 66,67% ainda marcaram os itens: “Queria muito estudar no câmpus”, “Gostei da estrutura física”, “Gostei da formação profissional” e “Participei do projeto *Conhecendo o IFG*”:

<sup>56</sup> Essa pergunta permitiu a marcação de mais de 1 item.

**Gráfico 19** - Alunos que efetivaram a matrícula, mesmo sendo obrigados

**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

**Categorias:**

1. Fui obrigado a estudar na Instituição.
2. Queria muito estudar no IFG.
3. Gostei dos cursos.
4. Gostei da estrutura física.
5. Gostei dos laboratórios.
6. Gostei da formação profissional.
7. Porque é uma escola pública de qualidade.
8. Porque desenvolve atividades de pesquisa, extensão, monitoria.
9. Não consegui vaga em outra escola.
10. Porque eu conhecia pessoas que já estudavam na Instituição.
11. Porque eu participei do projeto *Conhecendo o IFG* e pude conhecer melhor a Instituição.
12. Outros

O reconhecimento de o IFG ser uma escola pública de qualidade não parte apenas de um único ator social, um cidadão ou um aluno/professor da escola; é um reconhecimento de parte da sociedade que compreende a função da instituição. Para elucidar com a análise, traz-se uma fala do(a) Aluno(a) 19, de que foi “incentivada por uma professora a apostar na instituição para fazer meu ensino médio”. Percebe-se que o projeto *Conhecendo o IFG* tem fôlego por possibilitar ampliar as formas de acesso à instituição, principalmente aos segmentos sociais vulneráveis economicamente, ampliação essa defendida pelo próprio PDI do IFG (IFG, 2018f).

Ao serem indagados acerca do que mais gostaram no Câmpus Goiânia do IFG, os alunos centraram suas respostas na parte física do câmpus, como por exemplo “do complexo de artes”, “complexo de música”, “do ambiente”, “da biblioteca”. Também gostaram “dos professores”, da “metodologia de ensino”, da “possibilidade de crescimento” e ainda:

Da liberdade que temos como alunos, das várias possibilidades de desenvolver pesquisa e extensão, da estrutura que facilita os estudos (ALUNO(A) 1).

Bom, eu gosto de tudo é difícil falar do que eu mais gosto mas se for pra falar eu diria que a parte onde ficam os ginásios (ALUNO(A) 2).

Estrutura física e possibilidades de ensino para os alunos (ALUNO(A) 3).

Da estrutura física e acadêmica e da possibilidade de estudar e ter formação acadêmica ao mesmo tempo (ALUNO(A) 4).

Liberdade e responsabilidade se conciliando (ALUNO(A) 7).

Eu gosto da estrutura e a liberdade que nos é fornecida (ALUNO(A) 8).

Gosto da estrutura do campus e do curso de mineração (ALUNO(A) 10).

Da estrutura com os laboratórios e os diversos projetos que realizo à parte (ALUNO(A) 11).

Vendo pela certa dificuldade que é para entrar no instituto se tem a certeza de que todos que estão lá é porque gostam muito do curso escolhido e têm interesse em se profissionalizar e conseguir ter um bom currículo e com isso tudo, gostam de estudar tornado a vivência dentro do instituto uma das melhores experiências (ALUNO(A) 12).

Da amplitude, da arborização e dos espaços de convivência (mesinhas, bancos, tablado, etc) (ALUNO(A) 16).

Gosto da estrutura, das atividades extracurriculares e oportunidades que oferecem que não teria em outra escola (ALUNO(A) 23).

Conforme abordado anteriormente, ressalta-se que quase 50% dos alunos que responderam ao questionário cursavam o 1º ano do curso. Por conta da pandemia da COVID-19, e respaldado pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, o IFG, em 15 de março de 2020, suspendeu o calendário acadêmico em todos os câmpus (veja-se o Anexo C) e posteriormente implantou o Sistema de Ensino Emergencial (SEE) (IFG, 2020a). Assim, os alunos não tiveram tempo para vivenciar e experienciar as coisas boas e ruins presenciais de se estar num câmpus como o de Goiânia:

[O que mais gosto é da] Organização apesar de ter estudado apenas pouco mais de 3 semanas por conta da covid. Sobre o ensino remoto é infelizmente um desastre, mas isso é inevitável, todas as escolas estão sofrendo com isso. Mas a formação dos professores agrega para a boa qualidade do ensino, e posteriormente para efetividade da educação (ALUNO(A) 5).

Mesmo que eu tenha frequentado pouco tempo o IFG em razão da pandemia, amei as salas de aula, os laboratórios, os professores, funcionários, enfim adorei tudo (ALUNO(A) 9).

Frigotto (2020) faz uma análise crítica sobre a nova configuração da escola e do trabalho docente (durante a suspensão do ensino presencial pela pandemia da COVID-19), a qual tem

suas raízes na forma como as relações sociais se firmam na sociedade capitalista e nas ideias neoliberais que buscam legitimar essas formas. Para ele, as consequências são drásticas para

[...] os aproximadamente 85% de jovens de classe popular que frequentam a escola pública. Nega-se a eles um ensino de qualidade e o estímulo àquilo que deveriam ser educados: controle sobre o uso das tecnologias, convivência no espaço diverso da escola, debate olho a olho com colegas e professores. Mata-se a função educadora e política de socialização da escola. (FRIGOTTO, 2021, p. 74).

Pelo exposto, entende-se que o projeto *Conhecendo o IFG* é uma forma de ampliar as possibilidades de acesso à instituição. Independentemente da escolha do câmpus para a realização das visitas, visa-se ao IFG como um todo, como uma instituição a serviço da sociedade. Não é apenas apresentar a instituição aos alunos, é contribuir para a tomada de consciência desses alunos sobre o direito de estudarem em uma instituição pública de qualidade.

#### **4.3.4 A continuidade do projeto e a efetivação do produto educacional**

Diante da análise dos dados coletados, identifica-se a importância que o projeto assume para os professores que dele participam e também para os alunos visitantes:

Para a aluna Emily Rocha, da Escola Municipal João Braz, o passeio pelo câmpus foi encantador. “A gente realizou a visita ao IFG, que é muito interessante. O Câmpus Goiânia é enorme. Uma coisa que eu me interessei muito foram os laboratórios, a biblioteca é uma maravilha. Outra coisa que eu também me interessei é que aqui tem muito lugar de lazer. Esse lugar é uma maravilha, estou praticamente sonhando em estudar aqui”. (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, 2018c).

Outro aluno da escola, Eduardo Santana, 14 anos, disse que achou muito legal o projeto e disse que gostou bastante de conhecer o laboratório de Mineração e também gostou de ver a estrutura ofertada na área de Música no Câmpus Goiânia. Ele afirma que já pensa em concorrer a vaga nos cursos técnicos integrados no IFG – Câmpus Goiânia no próximo processo seletivo. (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, 2018b).

Augusto Pitágoras, de 16 anos, afirmou que seu foco é o curso técnico integrado em Eletrônica. Ele ficou animado ao saber que o câmpus oferta também a graduação em Engenharia Elétrica. “A área que eu mais gostei foi Eletrônica. Com certeza, quero estudar aqui”, reforçou o aluno.

Além dele, Isadora Lima Silva, saiu da visita pensando em fazer um curso do Câmpus Goiânia e ficou de olho no técnico integrado em Edificações, já que possui uma afinidade pela área de Engenharia Civil. “Gostei bastante do laboratório de Construção Civil. Eu já havia olhado algumas coisas relacionadas ao IFG e gostei bastante”, acrescentou. (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, 2018d).

Os professores que participaram da pesquisa defendem a

Ampliação desse projeto para que atinja mais escolas [...] (PROFESSOR(A) 4.

O Projeto deve continuar e ser ampliado, necessária a divulgação para que todos tenham conhecimento e possibilidade de acesso (PROFESSOR(A) 9).  
Só elogiar e reforçar que continuem com esse projeto incrível (PROFESSOR(A) 10).

Ainda para esses professores, o IFG se diferencia de outras instituições de ensino, pois é uma “escola pública de qualidade”; com “excelentes cursos e professores qualificados”; que “possui uma grande variedade de possibilidades para o estudante”, “rede de amparo aos estudantes”; que oferece “ensino técnico”, “ensino integrado”, boa “estrutura física”, bem como:

Escola Pública de qualidade que incentiva a pesquisa e a autonomia dos educandos (PROFESSOR(A) 2).

Proporciona estudo de qualidade e posicionamento político diferenciado aos alunos (PROFESSOR(A) 4).

[...] o IFG se mostra qualificado na formação de seus alunos não apenas no Ensino Médio, mas também na preparação deles para o mercado de trabalho, tecnológico e intelectual (PROFESSOR(A) 5).

Uma instituição pública que pode mudar a vida de jovens e suas famílias (PROFESSOR(A) 6).

Porque oferece Ensino Público de qualidade com formação geral ampla, que garante, entre outros fatores, possibilidade de competitividade para o ingresso no Ensino Superior, aliado a uma formação profissional que amplia os horizontes dos alunos do Ensino Médio ((PROFESSOR(A) 9).

Em se tratando de uma instituição pública, a qualidade do ensino e o comprometimento com o desenvolvimento humano de profissional dos estudantes (e quadro de funcionários) é ímpar (PROFESSOR(A) 7).

[...] Porque é uma instituição de ensino renomada, que oferece inúmeras oportunidades no campo do ensino, pesquisa e extensão, o que possibilita uma formação sólida e de qualidade aos seus discentes (PROFESSOR(A) 11).

[...] Ele oferece uma estrutura física e de pessoal melhor do que a maioria das instituições de ensino médio de Goiânia e possibilita não só qualificação dos alunos, mas também uma rede de amparo aos estudantes (PROFESSOR(A) 12).

Pois, além de ser pública, de qualidade e ter excelentes professores, oferece o ensino médio integrado, que possibilita o aluno sair como um profissional capacitado e dentro do mercado de trabalho (PROFESSOR(A) 13).

porque é pública, gratuita, de qualidade, laica, traz uma perspectiva esperançosa ao futuro de jovens menos abastados e com menos oportunidades” (PROFESSOR(A) 14).

Por ser uma instituição pública de qualidade, com profissionais capacitados e uma estrutura que leva o melhor do ensino a todas as classes sociais (PROFESSOR(A) 15).

Portanto, salientamos que a continuidade do projeto perpassa o que a instituição representa para a comunidade externa, uma instituição de qualidade que oferta cursos gratuitos com uma formação profissional para o mundo do trabalho. Esse respaldo dos professores tem uma grande representatividade para os seus alunos, que se motivam, conforme visto em depoimentos anteriores. Para o(a) Professor(a) 12, o fato de em 2020 não ter tido transporte

disponibilizado pela instituição, “não impediria a realização da visita, mas dificultou e desmotivou muitos alunos, mesmo que houvesse a visita ao câmpus”<sup>57</sup>.

Pela vivência profissional da pesquisadora, ressaltamos que essa não é a realidade de grande parte das escolas visitantes; muitas não têm como disponibilizar o transporte. Apontamos que este é um grande entrave para o desenvolvimento e efetivação do projeto, pois sem as visitas dos alunos e professores ao câmpus, o projeto se enfraquece em seu sentido e em sua configuração atual.

Portanto, é fundamental que a política de gestão do IFG se consolide, para quem

**o processo de democratização do acesso à educação profissional e tecnológica e de inclusão social será privilegiado**, com apoio integral a uma política de expansão da oferta de novos cursos e aumento de novas vagas, com a utilização de instrumentos que garantam a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, sendo consolidada, também, **a política de parcerias com organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais, enquanto instrumento de interação e cooperação, buscando transpor fronteiras geográficas.** (IFG, 2018g, p. 48-49, grifo nosso).

Deus (2020, p. 14) também corrobora o “fortalecimento de parcerias entre os poderes públicos federal, estadual e municipal, visando à implementação de políticas públicas que integrem as universidades na superação da pobreza e na promoção do desenvolvimento sociocultural”.

Considerando a implementação do projeto *Conhecendo o IFG* desde a época do CEFET-GO, já são mais de 10 anos de história; além disso, o projeto já é considerado como projeto permanente dentro Câmpus Goiânia. Portanto, garantir a instrumentalização do projeto para o transporte dos estudantes que dele participam, seja por meio de realização de licitação para contratação de serviço (serviço de transporte ou serviço de seguro de viagem para alunos externos), seja através de parcerias, é garantir também a exequibilidade do projeto.

A seguir, discorreremos sobre a elaboração, aplicação e avaliação do produto educacional.

#### **a) Produto educacional: Guia para implementação do Projeto *Conhecendo o IFG* nos câmpus**

---

<sup>57</sup> Ainda em 2020, o IFG enviou *e-mails* às escolas sobre a realização do projeto, mas que não haveria a disponibilização do transporte por conta dos cortes orçamentários. Ressalta-se que neste ano não houve nenhuma visita em decorrência da pandemia da COVID-19.

O Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pertence à área de Ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação:

A Área de Ensino é, portanto, essencialmente de pesquisa translacional, que transita entre a ciência básica e a aplicação do conhecimento produzido. Desse modo, busca construir pontes entre conhecimentos acadêmicos gerados na pesquisa em educação e ensino para sua aplicação em produtos e processos educativos voltados às demandas da sociedade e às necessidades regionais e nacionais. (CAPES, 2019, p. 3).

Desta forma, para cumprir os critérios de avaliação do programa, é necessária a elaboração de um *produto educacional* que possa ter aplicabilidade nos espaços de ensino. Neste sentido, o produto educacional está articulado não só à síntese da pesquisa, mas ao desenvolvimento da mesma, como sendo o resultado de um processo criativo associado à prática profissional, podendo ser compartilhável ou registrado (CAPES, 2019).

Assim, elaboramos como produto educacional o “Guia para implementação do Projeto *Conhecendo o IFG* nos câmpus” (veja-se o Apêndice F), destinado a gestores e servidores do IFG, com o propósito de efetivar o projeto nos câmpus da instituição. Através dos dados, analisamos que o projeto *Conhecendo o IFG*, além de divulgar a instituição, possibilita o fortalecimento de sua função social de ser pública, gratuita, universal, democrática, inclusiva, laica, estruturada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

No Guia, abordamos o projeto numa perspectiva dialógica entre comunicação e extensão, sua concepção e sua importância para a comunidade externa, e ainda como implementá-lo nos câmpus, tendo em vista que a partir de 2018 o projeto deixou de ser uma ação institucional de extensão e ficou como política e execução de cada câmpus.

A justificativa de tal produto encontra respaldo na importância com que o projeto *Conhecendo o IFG* se apresenta para os(as) professores(as) e alunos(as) que participaram da pesquisa, como já tivemos a oportunidade de comprovar anteriormente neste trabalho.

É importante destacar que o produto deve ser redigido objetivamente para que o público compreenda com clareza a mensagem; a informação a ser repassada:

A comunicação eficiente exige que os sujeitos interlocutores incidam sua **ad-miração** sobre o mesmo objeto; que o expressem através de signos linguísticos pertencentes ao universo comum a ambos, para que assim compreendam de maneira semelhante o objeto da comunicação. Nesta comunicação, que se faz por meio de palavras, não pode ser rompida a relação **pensamento-linguagem-contexto ou realidade** (FREIRE, 2017, p. 91, grifos do autor).

Portanto, o produto comunicacional deve cumprir com o objetivo de comunicar de forma eficiente ao seu público-alvo, o público de interesse. Para Tuzzo (2016), considerando o público escolhido, uma comunicação eficaz é possível, a partir de uma linguagem correta e de um adequado veículo para se alcançar esse público. Assim, a informação deve “despertar atenção, ser interpretada e apropriada pelo interessado em seus próprios termos, de maneira que seja transformada em capacitação para reflexão e ação” (DUARTE, 2011, p. 132).

Após a sistematização do Guia, passamos à fase de aplicação e avaliação do produto. Foram convidados(as) a participar dessa etapa 3 servidores(as) do Câmpus Goiânia do IFG (sendo 2 gestores), que se envolvem diretamente com a realização do projeto *Conhecendo o IFG*; após o aceite, o guia foi enviado a eles por *e-mail* juntamente com o instrumento de avaliação do produto educacional (veja-se o Apêndice G). Neste instrumento, fizemos uma breve apresentação do produto e expusemos a importância da avaliação para o aprimoramento do produto.

A avaliação constou de um questionário com 3 questões fechadas (com os descritores: satisfatório – regular – insatisfatório) e 2 perguntas abertas. Como metodologia, os avaliadores mantiveram-se no anonimato e não inserimos identificação dos mesmos durante o texto.

Perguntamos a eles a avaliação sobre o conteúdo do Guia (pergunta 1) e quanto à clareza e objetividade do texto (pergunta 2), e as respostas foram similares: 2 avaliadores responderam como *satisfatório* e 1 respondeu como *regular*. Quanto ao *layout* do documento, 2 responderam como *satisfatório* e 1 avaliador(a) disse ser *insatisfatório*. Em relação a esse item, o(a) servidor(a) comentou que o guia não ficou claro quanto ao público a que se destina e fez uma série de sugestões de alteração caso o público-alvo fossem os professores e alunos visitantes. Como o Guia destina-se a servidores, alteramos a redação do texto para melhor explicar. Assim foram as demais sugestões:

O mesmo [o Guia] poderia abordar de forma mais sistemática/operacional como poderia ser melhorado e ampliado o projeto.

Sugiro que o guia apresente uma proposta de execução do projeto Conhecendo o IFG, como se fosse um passo a passo ou um boneco. Uma ou mais propostas de como seria a visitação, se seria uma visitação guiada ou livre, se seria dentro do evento SECITEC, se teria dentro de outros eventos das áreas dos cursos oferecidos etc.

Ressalta-se que a proposta do produto educacional seja um guiamento para que gestor(a)/servidor(a) realize (ou volte a realizar) o projeto no câmpus, numa perspectiva dialógica entre comunicação e extensão; não se trata de um produto específico para o Câmpus Goiânia. Ao mesmo tempo, destacamos que cada câmpus possui seu corpo de servidores

(docentes e técnico-administrativos), bem como seu corpo discente, em números diferentes, uns dos outros câmpus. Portanto, inserimos no Guia a sugestão de formação de comissões em cada câmpus para a realização do projeto de acordo com seu próprio “modelo”, suas necessidades e disponibilidades de atuação.

Perguntamos também se, na avaliação dos(as) servidores(as), o Guia contribuiria para a implementação do projeto *Conhecendo o IFG* nos diferentes câmpus da instituição e os 3 responderam que sim:

Sim, pois ele auxiliará no reconhecimento social do IFG

Sim, um guia do projeto *Conhecendo o IFG* servirá como um documento institucional norteador para o próprio IFG reconhecer a relevância em se dar continuidade a esse projeto de extensão em todos os câmpus. O guia apresenta dados relevantes sobre as percepções dos principais públicos atendidos pelo projeto, a saber: estudantes visitantes e professores visitantes de escolas públicas. O guia respalda também a aplicação de investimentos públicos necessários, bem como de recursos humanos, para execução e permanência desse projeto no IFG, tendo em vista a contribuição desse para o acesso à educação pública, o direito à informação e a comunicação pública efetivada em âmbito institucional.

Sim, com o guia é possível observar os resultados do projeto em anos anteriores e a opinião dos participantes do projeto, tanto os alunos como os professores.

Portanto, com as avaliações, podemos enfatizar que o “Guia para implementação do Projeto *Conhecendo o IFG* nos câmpus” pode contribuir positivamente para a efetivação do projeto nos câmpus do IFG.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou analisar o projeto *Conhecendo o IFG* no Câmpus Goiânia e suas contribuições para a divulgação dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Ainda investigou os motivos de os professores das escolas participantes terem levado seus alunos para conhecerem o câmpus e o porquê de os alunos participantes do projeto terem escolhido um dos cursos da instituição para cursarem.

Falar sobre o processo histórico da instituição antecede a importância que o projeto representa no Câmpus Goiânia do IFG, visto que é uma instituição centenária e que ao longo dos anos se consolidou como pública, gratuita e de “qualidade” (conforme os dados apontados da pesquisa) e que ainda luta pela democratização do acesso, pela ampliação de sua função social, bem como pela afirmação de sua autonomia.

Ressaltou-se como os temas Comunicação e Extensão contribuíram para desvelar o projeto *Conhecendo o IFG* numa perspectiva de diálogo, participação, democratização e cumprimento da função social da instituição. Inicialmente era um projeto institucional de extensão, que exercia/exerce um papel importante na comunicação com os alunos do ensino fundamental, principalmente da rede pública de ensino (mas não exclusivamente), os quais são potenciais estudantes para ingressar no IFG. Assim, é válido destacar que o fortalecimento do projeto também perpassa o fortalecimento das políticas de comunicação e de extensão.

Essas políticas reforçam a democratização do acesso à educação profissional, científica e tecnológica, os quais a extensão deve promover, bem como a permanência e a conclusão com êxito da educação profissional cidadã (IFG, 2018e). No mesmo caminho, a comunicação do IFG deve ir em busca de disseminar suas áreas de atuação, sua função social (IFG, 2020a).

Contudo, é importante salientar que a institucionalização por documentos, por si só, não efetiva a real implementação e consolidação dos mesmos na instituição, mas exerce um expressivo peso para a concretização. É preciso ir além, pois depende também da sensibilização (amplos debates com a comunidade), de estratégias norteadoras e do comprometimento com recursos materiais e financeiros, e dos servidores públicos.

No decorrer do trabalho pudemos destacar e observar a relevância que o projeto ainda apresenta para os câmpus, principalmente o de Goiânia, campo de estudo da pesquisa. Não se trata de uma imposição de uma equipe gestora, mas do reconhecimento da importância em divulgar à comunidade a grandeza de uma instituição como o IFG: e servidores e alunos fazem parte desse processo. E ainda, é reconhecer o esforço colaborativo dos diversos atores em suas dimensões comunicativas.

Analisamos que o projeto *Conhecendo o IFG* contribui para divulgar a instituição, ainda possibilitando a legitimação de sua função social, tão atacada pelo neoliberalismo representado pelo governo federal vigente.

Ressalta-se que, por meio do objetivo central deste trabalho, foi possível compreender também as relações que esta instituição centenária tem mantido com a sociedade e como esta tem constituído o IFG. Nesta conjuntura, a comunicação sobre os serviços que IFG oferta enquanto instituição pública, principalmente em relação a uma educação de qualidade, torna-se importante na medida em que os espaços públicos e o trabalho do servidor público têm sofrido ataques, colocando em dúvida a sua necessidade para a sociedade: precarização das condições de trabalho; congelamento de salários; falta de contratação, matérias e/ou insumos; e mais recentemente, a proposta da reforma administrativa, que afronta os direitos dos servidores públicos, alterando as regras do funcionalismo público<sup>58</sup>.

A sociedade presencia o desmonte da educação pública, com redução constante no orçamento das instituições públicas federais de ensino. É um impacto que, além de refletir no tripé ensino, pesquisa e extensão, prejudica sobremaneira as possibilidades de assistência aos estudantes, pois, de acordo com o reitor do IFG, “75% dos nossos alunos têm renda per capita de no máximo 1,5 salário-mínimo” (IFG, 2020d).

Neste sentido, compreender que o processo de comunicação e extensão envolve todos os atores é fundamental para que o projeto *Conhecendo o IFG* seja uma proposta viável dentro da instituição. Soma-se a isso o papel de todo servidor público de servir à comunidade, com a predominância do interesse público. A razão de ser do serviço público são a sociedade e o cidadão (KUNSCH, 2012); no caso específico do IFG, os estudantes são a sua razão de ser.

Analisamos o projeto *Conhecendo o IFG* como uma ação dialógica, o que a coloca em situação de comunicação com a sociedade, contribuindo para que alunos do ensino fundamental possam ingressar em um dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e conseqüentemente se inteirem sobre a formação técnica integral e demais possíveis cursos. Portanto, a efetivação do projeto também está em consonância com o PDI 2019-2023, que apregoou a elaboração de uma política institucional que versasse sobre as formas de acesso à instituição, e aqui mais uma vez, enfatiza-se o necessário investimento de recursos públicos nas atividades de pesquisa, ensino e extensão.

---

<sup>58</sup> A PEC n° 32/2020, que reformula as regras do serviço público, foi aprovada em maio/2020 pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados. O relatório segue para uma comissão especial, onde será discutido; em seguida, vai para o plenário da Câmara e, depois, ao Senado. (Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/05/4926942-reforma-administrativa-avanca-na-camara-veja-principais-pontos-da-pec.html>. Acesso em: 03 jun. 2021.

A aproximação da instituição com os alunos visitantes é fundamental para que esses conheçam as possibilidades de cursos, de atuação, a trajetória histórica da instituição e consequentemente possam estudar numa instituição de educação profissional comprometida com a formação integral do ser humano. Assim, o IFG não se fecha em seus limites problematizadores; ele deve estar aberto, entrelaçado com a sua comunidade, em consonância com o interesse público.

Além disso, outra reflexão que trazemos é poder contribuir com a possibilidade de tomada de consciência dos alunos de escolas visitantes de que eles podem ingressar numa instituição pública e de qualidade. Retomamos Freire (2017, p. 102), para quem a conscientização “não se dá nos homens isolados, mas enquanto travam entre si e o mundo relações de transformação, assim também somente aí pode a conscientização instaurar-se”. Atentemo-nos para o fato de que a tomada de consciência não é algo individual, e sim social:

Este esforço da tomada de consciência em superar-se a alcançar o nível da conscientização, que exige sempre a inserção crítica de alguém na realidade que se lhe começa a desvelar, não pode ser, repitamos, de caráter individual, mas sim social. Basta que se saiba que a conscientização não se verifica em seres abstratos e no ar, mas nos homens concretos e em estruturas sociais, para que se compreenda que ela não pode permanecer em nível individual (FREIRE, 2017, p. 103).

Diante do exposto, propusemos, como produto educacional desta dissertação, a elaboração de um guia para a efetivação de um projeto institucional respaldado no diálogo junto à comunidade externa ao IFG, o qual, na perspectiva freireana, realiza-se na problematização do conhecimento, confrontada com a realidade concreta.

Assim, o guia não se limita a uma ação de extensão, não se finda como tal. A proposta é trabalhar conjuntamente *comunicação* e *extensão*, garantindo inclusive canais de comunicação, compreendendo o projeto como espaço de interlocução entre o IFG e o público do projeto.

Um guia para implementação do projeto *Conhecendo o IFG* possibilitará que o projeto novamente possa ser inserido internamente nos câmpus, tendo em vista a grande aceitabilidade e reconhecimento de sua importância para as escolas que dele participam.

A análise dos dados apontou categorias que pudessem contribuir para desvelar o projeto *Conhecendo o IFG* em suas múltiplas facetas: o porquê de o Câmpus Goiânia ser visitado; a percepção da comunicação por professores e estudantes; o motivo da escolha do Câmpus Goiânia como instituição de ensino e, por último, a defesa da continuidade do projeto na efetivação do produto educacional.

Conforme explicitado durante o texto, o IFG deve garantir o mínimo de 50% de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados (para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos). Além disso, como política de acesso assentada em ações afirmativas, deve destinar 50% das vagas dos cursos técnicos para estudantes oriundos da rede pública de ensino.

No entanto, não se trata apenas de atender a dispositivos legais; os dados da pesquisa apontaram que mais de 90% dos alunos que visitaram o Câmpus Goiânia pertenciam a escolas da rede pública de ensino, sendo 56,52% deles da rede estadual. Além disso, 82,61% dos alunos que participaram do projeto escolheram o câmpus como instituição de ensino por considerarem o IFG uma escola pública de qualidade.

Da mesma forma, não se esgotam as possibilidades do guia apenas para o público do ensino fundamental, é também podermos ampliar para os estudantes jovens e adultos, já que o IFG oferta cursos técnicos integrados na modalidade EJA.

Assim, evidenciou-se a importância que o projeto *Conhecendo o IFG* assume para os professores e alunos participantes das visitas ao câmpus, corroborando uma das principais justificativas para a efetivação do nosso Guia como produto educacional: possibilitar aos diferentes câmpus um “olhar” criterioso para que esse projeto não faça parte apenas de seu passado, mas que ele seja presente, efetivo, duradouro, dialógico e participativo.

## REFERÊNCIAS

AFFONSO, Cláudia. Apresentação. *In*: AFFONSO, Cláudia *et al.* (org.). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. 1. ed. Rio de Janeiro: LPP/ UERJ, 2021, 2 v. *E-book*.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Comunicação pública: 17 anos depois. *In*: SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela (org.). **Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa**. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm). Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm). Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997a**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm). Acesso em: 14 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997b**. Regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec2406.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm). Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm#art11](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm#art11). Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm). Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei de nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942a.** Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 set. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei de nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942b.** Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.** Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3552.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm). Acesso em: 14 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm). Acesso em: 13 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Portaria nº 507, de 18 de novembro de 2003.** Disponível em: <https://ifg.edu.br/attachments/article/471/Portaria%20Iphan.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Apresentação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** [2019]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas.** Brasília: MEC, [2007]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica.** Brasília: MEC, [2005]b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=96261-1-plano-expansao-rede-federal-fase-i&category\\_slug=setembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=96261-1-plano-expansao-rede-federal-fase-i&category_slug=setembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Rede Federal. Linha do tempo.** [2016]. Disponível em: [http://redefederal.mec.gov.br/images/pdf/linha\\_tempo\\_11042016.pdf](http://redefederal.mec.gov.br/images/pdf/linha_tempo_11042016.pdf). Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus.** Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 1º set. 2021.

CAIRES, Vanessa Guerra. **Políticas para a educação profissional e a articulação entre o ensino profissional e o ensino médio:** estudo comparativo sobre o Ensino Integrado, em uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de Minas Gerais. Orientadora: Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, PUCMG, Belo Horizonte, 2016. Versão eletrônica.

CAPES. **Documento de Área. Área 46:** Ensino. 2019. Disponível em: [http://capes.gov.br/images/Documento\\_de\\_%C3%A1rea\\_2019/ENSINO.pdf](http://capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/ENSINO.pdf). Acesso em: 26 nov. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASTRO, Mad'Ana Desirée Ribeiro de. **O processo de implantação e implementação do PROEJA no IFG - Campus Goiânia:** contradições, limites e perspectivas. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

CASTRO, Mad'Ana Desirée Ribeiro de; COSTA, Claudia Borges Costa; BARBOSA, Sebastião, Cláudio. Diálogos com a história da educação profissional no Brasil: permanências e contradições. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 291-303, abr. 2020. ISSN 2175-5604 versão *online*.

CEFET-GO. CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS. **Relatório Anual de Gestão 2000:** Tecnologia Integrada à Educação, Formando Profissionais de Futuro. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/attachments/article/239/relatoriogestao2000.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

CEFET-GO. CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS. **Relatório Anual de Gestão 2002:** Tecnologia Integrada à Educação, Formando Profissionais de Futuro. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/attachments/article/239/relatoriogestao2002.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

CEFET-GO. CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS. **Relatório Anual de Gestão 2003.** Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/attachments/article/239/relatoriogestao2003.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

CEFET-GO. CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS. **Relatório Anual de Gestão 2004.** Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/attachments/article/239/relatoriogestao2004.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

CEFET-GO. CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS. **Relatório da Gestão 2007**. Goiânia, março de 2008. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/attachments/article/239/relatoriogestao2007.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

CEFET-GO. CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS. **Relatório de Gestão 2006**. Disponível em: <https://ifg.edu.br/attachments/article/239/relatoriogestao2006.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

CEFET-GO. CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS. **Relatório de Gestão Ano 2005**. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/attachments/article/239/relatoriogestao2005.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan./abr. 2014.

CONIF. CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **Política de Comunicação**. Coordenação: Lena Marinho. Brasília: CONIF, 2017. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/images/PoliticaComunicacao.pdf>. Acesso em: 05 maio 2021.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, dezembro de 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

DEUS, Sandra de. **Extensão universitária: trajetórias e desafios**. Santa Maria, RS: Ed. PRE-UFMS, 2020. Disponível em: [https://www.ufmg.br/proex/renex/images/EBOOK\\_-\\_Sandra\\_de\\_Deus\\_-\\_Extensao\\_Universitaria.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/EBOOK_-_Sandra_de_Deus_-_Extensao_Universitaria.pdf). Acesso em: 30 maio 2021.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. *In*: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.

DUARTE, Jorge. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. *In*: KUNSCH, Margarida M. K. (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. 1. ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2011. p. 121-134.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1961, vol. 1. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/327224020/FONSECA-Celso-Suckow-Historia-do-Ensino-Industrial-no-Brasil-pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/ DN/ DPEA, 1986. 5 v.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/5.-Educa%C3%A7%C3%A3o-como-Pr%C3%A1tica-da-Liberdade.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução: Rosilda Darcy de Oliveira. 18. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: [http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4-%20Freire\\_P\\_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf](http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4-%20Freire_P_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf). Acesso em: 10 jul. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: [http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia\\_do\\_oprimido.pdf](http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf). Acesso em: 27 ago. 2020.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor**.pdf. Tradução: Adriana Lopez. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/8.-Medo-e-Ousadia.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Entrevista com Gaudêncio Frigotto (outubro de 2020). In: AFFONSO, Cláudia. Apresentação. In: AFFONSO, Cláudia *et al.* (org.). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. 1. ed. Rio de Janeiro: LPP/ UERJ, 2021, 2 v. *E-book*.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

G1. **OMS declara pandemia de coronavírus**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 13 maio 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/0B1EIl1g8FdfUOEMtQzRCdUFUX2c/view?resourcekey=0-AN4t4J2ophUPu37ItDw\\_Jg](https://drive.google.com/file/d/0B1EIl1g8FdfUOEMtQzRCdUFUX2c/view?resourcekey=0-AN4t4J2ophUPu37ItDw_Jg). Acesso em: 20 out. 2020.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. Disponível em: <https://averdade.org.br/novo/wp-content/uploads/2020/08/Documento-57-ANTONIO-GRAMSCI-OS-INTELECTUAIS-E-A-ORGANIZA%C3%87%C3%83O-DA-CULTURA.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2021.

HASWANI, Mariângela Furlan. **Comunicação pública: bases e abrangências**. São Paulo: Saraiva, 2013.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Congresso Institucional - Caderno de Propostas: Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI**. 2018a. Disponível em: [http://www.ifg.edu.br/attachments/article/5431/caderno\\_pppi\\_correto.pdf](http://www.ifg.edu.br/attachments/article/5431/caderno_pppi_correto.pdf). Acesso em: 24 out. 2020.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Congresso Institucional - Caderno de Votações: Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI**. 2018b. Disponível em: [http://www.ifg.edu.br/attachments/article/5431/caderno\\_votacao\\_pppi\\_fase2.pdf](http://www.ifg.edu.br/attachments/article/5431/caderno_votacao_pppi_fase2.pdf). Acesso em: 24 out. 2020.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Edital Proen nº 040/2018 - Técnico Integrado 2019 - Retificação nº 04**. Goiânia, 1º ago. 2018c. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/estude-no-ifg/selecoes-em-andamento/tecnico-integrado>. Acesso em: 02 set. 2019.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás: Revisado durante os debates do Congresso Institucional IFG 2018**. Goiânia, 10 dez. 2018d. Disponível em: <http://ifg.edu.br/attachments/article/209/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2031%202018.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Guia de cursos**. Disponível em: <http://cursos.ifg.edu.br/nivel/tecint>. Acesso em: 22 out. 2019a.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Lista Final de Inscrição Deferida**. Goiânia, 10 out. 2018e. Disponível em: <http://selecao.ifg.edu.br/downloads/cod1415/edital%20integrado%202019%20-%20final%20-%20ret%2004.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Manual de redação oficial**. 1. ed. Goiânia: Ed. IFG, 2019b. Disponível em: <https://ifg.edu.br/attachments/article/651/manual-redacao.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Normativa N° 07, de 17 de agosto de 2020a**. Disponível em: [http://www.ifg.edu.br/attachments/article/98/INSTRU%C3%87%C3%83O%207\\_2020%20-%20REI-PROEN\\_REITORIA\\_IFG.pdf](http://www.ifg.edu.br/attachments/article/98/INSTRU%C3%87%C3%83O%207_2020%20-%20REI-PROEN_REITORIA_IFG.pdf). Acesso em: 28 maio 2021.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2012 a 2016**. Goiânia, dez. 2013. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/122/pdi.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI/IFG 2019/2023**. Goiânia, 10 dez. 2018f. Disponível em:

[https://www.ifg.edu.br/attachments/article/11544/PDI\\_IFG\\_2019\\_2023.pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/11544/PDI_IFG_2019_2023.pdf). Acesso em: 20 dez. 2019.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Plano de Expansão da Rede Federal**. 2016. Disponível em: <https://ifg.edu.br/apresentacao-a-instituicao?showall=&start=2>. Acesso em: 12 nov. 2019.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Planos Locais de Extensão**. Goiânia, 2020b. Disponível em: [https://ifg.edu.br/attachments/article/3734/PLANOS%20LOCAIS%20DE%20EXTENS%C3%83O\\_documento%20orientador\\_%C3%BAltima%20revis%C3%A3o.pdf](https://ifg.edu.br/attachments/article/3734/PLANOS%20LOCAIS%20DE%20EXTENS%C3%83O_documento%20orientador_%C3%BAltima%20revis%C3%A3o.pdf). Acesso em: 28 jun. 2021.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Política de Comunicação**. 2020c. Disponível em: [http://ifg.edu.br/attachments/article/209/Pol%C3%ADtica%20de%20Comunica%C3%A7%C3%A3o\\_Consum\\_29.03.2021-2.pdf](http://ifg.edu.br/attachments/article/209/Pol%C3%ADtica%20de%20Comunica%C3%A7%C3%A3o_Consum_29.03.2021-2.pdf). Acesso em: 03 jun. 2021.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Política de Comunicação é debatida em reunião de comunicadores**. Goiânia, 12 nov. 2014. Disponível em: <http://w2.ifg.edu.br/index.php/component/content/article/1-news/89373-comunicacao>. Acesso em: 21 out. 2020.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Prestação de contas ordinária anual: Relatório de Gestão do Exercício de 2009**. Goiânia, 30 mar. 2010. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/attachments/article/239/relatoriogestao2009.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Projeto Conhecendo o IFG: Estudantes de escolas públicas.doc**. Goiânia, 11 fev. 2011.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI/IFG)**. Goiânia, 10 dez. 2018g. Disponível em: <http://ifg.edu.br/attachments/article/209/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2033%202018.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Reitores reúnem-se com bancada federal goiana para tratar de orçamento**. Goiânia, set. 2020d. Disponível em: <http://https://ifg.edu.br/ultimas-noticias/19523-reuniaobancadaorcamento>. Acesso em: 10 jun. 2021.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Relatório Anual de Gestão IFG 2019**. Goiânia, [2020]e. Disponível em: [http://www.ifg.edu.br/attachments/article/239/relatorio\\_gestao\\_ifg\\_2019.pdf](http://www.ifg.edu.br/attachments/article/239/relatorio_gestao_ifg_2019.pdf). Acesso em 27 set. 2020.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Relatório de Gestão 2008**. Goiânia, mar. 2009. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/attachments/article/239/relatoriogestao2008.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Resolução CONSUP/IFG n° 24, de 8 de julho de 2019c**. Aprova o Regulamento das Ações de Extensão do IFG. Disponível em:

<https://ifg.edu.br/attachments/article/209/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2024%202019-editado-4.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Resolução CONSUP/IFG n° 40, de 13 de dezembro de 2018h**. Disponível em:

<http://ifg.edu.br/attachments/article/209/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2040%202018.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Servidores e alunos podem participar da consulta pública à Política de Comunicação do IFG**. Goiânia, 20 out. 2020f. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/ultimas-noticias/20321-consulta-publica-comunicacao>. Acesso em: 21 out. 2020.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Visão IFG: Sistema de Visualização de Relatórios Acadêmicos**. Disponível em: <http://visao.ifg.edu.br>. Acesso em: 26 set. 2020g.

IFG/CÂMPUS FORMOSA. **Processo Eletrônico 23378.001040/2019-12: Ação de extensão CONHECENDO O IFG – 2019**. Disponível em: <https://suap.ifg.edu.br>. Acesso em: 16 out. 2020.

IFG/CÂMPUS GOIÂNIA. **Câmpus Goiânia retoma maratona do projeto Conhecendo o IFG**. Goiânia, 06 ago. 2019a. Disponível em: <https://ifg.edu.br/ultimas-noticias-campus-goiania/14389-campus-goiania-retoma-maratona-do-projeto-conhecendo-o-ifg>. Acesso em: 06 jun. 2021.

IFG/CÂMPUS GOIÂNIA. **Clube de Astronomia Vera Rubin realiza palestras e sessões de observação do céu**. Goiânia, 09 maio 2018a. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/ultimas-noticias-campus-goiania/8150-clubedeastronomia-verarubin>. Acesso em: 06 set. 2020.

IFG/CÂMPUS GOIÂNIA. **Edição 2018 do Projeto Conhecendo o IFG inicia com visita de alunos da Escola Amâncio Seixo de Brito**. Goiânia, 19 jun. 2018b. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/ultimas-noticias-campus-goiania/8871-edicao-2018-do-projeto-conhecendo-o-ifg-inicia-com-visita-de-alunos-da-escola-municipal-amancio-seixo-de-brito>. Acesso em: 02 jun. 2021.

IFG/CÂMPUS GOIÂNIA. **Maratona do projeto Conhecendo o IFG recebe mais de 20 escolas que visitaram o Câmpus Goiânia**. Goiânia, 05 out. 2018c. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/ultimas-noticias-campus-goiania/10280-maratona-conhecendo-o-ifg-20-escolas>. Acesso em: 03 jun. 2021.

IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, Coordenação de Eventos do. **Projeto Conhecendo o IFG 2020**. Destinatário: 52033481@educ.go.gov.br. Goiânia, 20 fev. 2020a, 18:46. 20 mensagens eletrônicas.

IFG/CÂMPUS GOIÂNIA. **Projeto Conhecendo o IFG recebe maratona de visitas até setembro**. Goiânia, 21 ago. 2018d. Disponível em: <https://ifg.edu.br/ultimas-noticias-campus-goiania/9554-projeto-conhecendo-o-ifg-recebe-maratona-de-visitas-setembro>. Acesso em: 02 jun. 2021.

IFG/CÂMPUS GOIÂNIA. **Projetos e Programas da Extensão – Câmpus Goiânia: Projeto Conhecendo o IFG.** Goiânia, 03 fev. 2020b. Disponível em: <https://ifg.edu.br/goiania/campus/extensao/projetos-e-programas?showall=&start=2>. Acesso em: 07 jun. 2021.

IFG/CÂMPUS GOIÂNIA. **Relatório de Gestão 2017: Campus Goiânia IFG.pdf.** Goiânia, mar. 2018e.

IFG/CÂMPUS GOIÂNIA. **Relatório de Gestão 2018: Instituto Federal de Goiás - Câmpus Goiânia.pdf.** Goiânia, fev. 2019b.

IFG/CÂMPUS GOIÂNIA. **Relatório de Gestão 2019.pdf.** Goiânia, [2020].

IF GOIANO. INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Saiba mais sobre o IF Goiano.** [Goiânia], 26 nov. 2019. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/historico.html>. Acesso em: 02 dez. 2019.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Comunicação organizacional: contextos, paradigmas e abrangência conceitual. **MATRIZES**, São Paulo, v.8, n. 2, p. 35-61, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/90446>. Acesso em: 07 set. 2021.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. *In: Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas.* MATOS, Heloiza (org.). São Paulo: ECA/USP, 2012.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Gestão integrada da comunicação organizacional e os desafios da sociedade contemporânea. **Comunicação & Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 32, 1999. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/view/7914>. Acesso em: 02 set. 2021.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999. Disponível em: <http://escoladeredes.net/group/bibliotecapierrelevy>. Acesso em: 25 ago. 2020.

LÔBO, Sônia Aparecida. Da escola de Aprendizizes Artífices à ETEG: educação e disciplinarização para o trabalho. *In: A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e o IFG no tempo: conduzindo uma recuperação histórica até os anos 1990.* BARBOSA, Waldir; PARANHOS, Murilo Ferreira; LÔBO, Sônia Aparecida. Goiânia: Editora IFG, 2015. Coleção Instituto Federal de Goiás: história, reconfigurações e perspectivas. v. 1.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. A revisão de literatura como parte integrante do processo de formulação do problema. *In: Planejamento de pesquisa: uma introdução.* São Paulo: Educ, 1997. p. 20-26.

MAINIERI, Tiago; ROMANI, Douglas. Comunicação, internet e contra-hegemonia: o interesse público na sociedade midiaticizada. *In: SIGNATES*, Luiz; MORAES, Ângela (org.). **Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa.** Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

MANSO, Edison de Almeida. **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás: A Trajetória Histórica do Câmpus Goiânia.** 2016. Tese (Doutorado em Educação) –

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/739>. Acesso em: 20 set. 2019.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Para entender a comunicação**. Paulus, [2008]. Disponível em: <https://pt.scribd.com/read/405812417/Para-entender-a-comunicacao#>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Marina. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATOS, Heloiza. A comunicação pública na perspectiva da teoria do reconhecimento. *In*: KUNSCH, Margarida M. K. (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. 1. ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2011. p. 39-57.

MAZZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**. v. 27, n. 2, dez. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/24770/14361>. Acesso em: 08 jan. 2020.

MEC. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 07, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 29 jun. 2021.

MEC. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plataforma Nilo Peçanha. **PNP 2020**: Ano Base 2019. [Brasília], 17 jun. 2020 Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>. Acesso em: 27 set. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PIRES, Luciene Lima de Assis. O papel dos Cefets na expansão da educação profissional no Brasil. *In*: **O IFG no tempo presente: possibilidades e limites no contexto das reconfigurações institucionais (de 1990 a 2015)**. BARBOSA, Walmir; PIRES, Luciene Lima de Assis; SANTOS, Neville Júlio de Vilasboas e (org.). Goiânia: Editora IFG, 2016. Coleção Instituto Federal de Goiás: história, reconfigurações e perspectivas. v. 2.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional** [recurso eletrônico]. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 29. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

SÁ, Helvécio Goulart Malta de. **A transferência da Escola de Aprendizes Artífices da Cidade de Goiás para a nova capital**: contribuições para a construção da memória do IFG. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/1123>. Acesso em: 10 set. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politécnica**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnic da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SENCE. SEMINÁRIO NACIONAL DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 1. **Cerimônia de abertura**. Evento *online*. 30 jun. 2021. Publicado pelo canal IFSP – Instituto Federal de São Paulo. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=UQYjVhhu\\_JA](https://www.youtube.com/watch?v=UQYjVhhu_JA). Acesso em: 30 jun. 2021.

SILVA, Luiz Martins. Informação e mudança: repensando o conceito de comunicação e de processo na comunicação social. *In*: SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela (org.). **Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa**. Goiânia: Gráfica UFG, 2016a.

SILVA, Shirley Carmem da. Sopros de mudança e ventos de expansão: a educação profissional no Brasil e em Goiás de 2008 a 2015. *In*: **O IFG no tempo presente**: possibilidades e limites no contexto das reconfigurações institucionais (de 1990 a 2015). BARBOSA, Walmir; PIRES, Luciene Lima de Assis; SANTOS, Neville Júlio de Vilasboas e (org.). Goiânia: Editora IFG, 2016b. Coleção Instituto Federal de Goiás: história, reconfigurações e perspectivas. v. 2.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; NERY, Vanda Cunha Albieri. **Para entender as teorias da comunicação**. Uberlândia: Aspectus, 2004.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; TONDATO, Marcia Perencin. Mídia e cidadania: uma relação na perspectiva histórica. **Revista Inter Ação**, v. 34, n. 01, p. 75-88, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/6555/4808>. Acesso em: 26 nov. 2019.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa; TUZZO, Simone Antoniaci. Revisão crítica da relação entre a comunicação e a cidadania: um estudo sobre a mídia. *In*: SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela (org.). **Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa**. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUZZO, Simone Antoniaci. Comunicação e educação: uma ação de homens e máquinas! *In*: RODRIGUES, Cleide Aparecida Carvalho; FARIA, Juliana Guimarães; CALAÇA, Gabriella Luccianni Morais Souza (org.). **Educação, Comunicação, mídias e tecnologias**: processos de formação acadêmica. Goiânia: Câne Editorial, 2013. Disponível em: <https://f0ab3d51-36db-40ff-b6d8->

252e6a5400e1.filesusr.com/ugd/3ecc9a\_6c5dec4028484e0fad677b4be709065b.pdf. Acesso em: 03 out. 2020.

TUZZO, Simone Antoniacci. **Os sentidos do impresso**. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

VIROTE, Shirley Mar Pereira. **A Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**: implicações das mudanças legais no Governo Lula para o IFG. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/1246>. Acesso em: 10 set. 2019.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. In: **Rev. Diálogo Educ. Curitiba**, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.

## APÊNDICE A - Publicações selecionadas

Palavra-chave: "educação profissional" extensão. Resultados: 35. Busca em português, 2014 a 2018								
Número	Título	Autor	Ano	Tipo do trabalho	Instituição	Estado	Orientador	Link de acesso
1	A EPT e a promoção do capital social : a influência do câmpus Planaltina na realidade dos assentados da região de Águas Emendadas	Magalhães, Guilherme Lins de	2014	Dissertação	Universidade de Brasília	DF	Castioni, Remi	<a href="http://repositorio.unb.br/handle/10482/15748">http://repositorio.unb.br/handle/10482/15748</a>
2	Avaliação Institucional à Luz da Teoria dos Recursos e Capacidades: o caso da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação do Instituto Federal do Paraná	Carli, Célia	2015	Dissertação	Universidade Federal da Bahia – Escola de Administração	BA	Hastenreiter Filho, Horacio Nelson	<a href="https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18223">https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18223</a>
3	A extensão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	Geraldo, Romario	2015	Tese	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS	MG	ROSEMARY DORE HEIJMANS	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consul">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consul</a>
4	Ações de ensino, pesquisa e extensão em EAD: uma experiência realizada no IFRS – campus Osório	Prochnow, Patrícia	2016	Dissertação	Centro Universitário La Salle - Unilasalle	RS	Conte, Elaine	<a href="http://svr-net20.unilasalle.edu.br/handle/11690/683">http://svr-net20.unilasalle.edu.br/handle/11690/683</a>
5	Expansão do Instituto Federal de Sergipe: uma análise sobre resultados alcançados na fase II	Costa, Márcio de Souza	2016	Dissertação	Universidade Federal de Sergipe	SE	Luft, Maria Conceição Melo Silva	<a href="https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11863">https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11863</a>
Palavra-chave: "instituto federal" extensão. Resultados: 75. Busca em português, 2014 a 2018								
Número	Título	Autor	Ano	Tipo do trabalho	Instituição	Estado	Orientador	Link de acesso
6	A EPT e a promoção do capital social : a influência do câmpus Planaltina na realidade dos assentados da região de Águas Emendadas	Magalhães, Guilherme Lins de	2014	Dissertação	Universidade de Brasília	DF	Castioni, Remi	<a href="http://repositorio.unb.br/handle/10482/15748">http://repositorio.unb.br/handle/10482/15748</a>

7	Avaliação Institucional à Luz da Teoria dos Recursos e Capacidades: o caso da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação do Instituto Federal do Paraná	Carli, Célia	2015	Dissertação	Universidade Federal da Bahia – Escola de Administração	BA	Hastenreiter Filho, Horacio Nelson	<a href="https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18223">https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18223</a>
8	A extensão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	Geraldo, Romário	2015	Tese	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	MG	Heijmans, Rosemary Dore	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoC">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoC</a>
9	Ações de ensino, pesquisa e extensão em EAD: uma experiência realizada no IFRS – campus Osório	Prochnow, Patrícia	2016	Dissertação	Centro Universitário La Salle - Unilasalle	RS	Conte, Elaine	<a href="http://svr-net20.unilasalle.edu.br/handle/11690/683">http://svr-net20.unilasalle.edu.br/handle/11690/683</a>
10	A extensão como instrumento de consolidação da formação do técnico em Recursos Pesqueiros	Nakauth, Rogério Ferreira	2016	Dissertação	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	RJ	Gregório, Sandra Regina	<a href="https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/2114">https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/2114</a>
11	Expansão do Instituto Federal de Sergipe: uma análise sobre resultados alcançados na fase II	Costa, Márcio de Souza	2016	Dissertação	Universidade Federal de Sergipe	SE	Luft, Maria Conceição Melo Silva	<a href="https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11863">https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11863</a>
12	A contribuição dos projetos de extensão de cunho social para a formação cidadã do aluno do Instituto Federal de Santa Catarina à luz da responsabilidade social universitária	Souza, Paula Clarissa de	2016	Dissertação	Universidade Federal de Santa Catarina	SC	Todescat, Marilda	<a href="https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/171693">https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/171693</a>
13	Extensão universitária: o panorama do Instituto Federal do Ceará	Sousa, José Elieudo Nascimento de	2018	Dissertação	Universidade Federal do Ceará	CE	Crisóstomo, Vicente Lima	<a href="http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/36636">http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/36636</a>
14	Limites institucionais e impactos sociais: a interrupção do projeto “IFSP: Conheça-nos!”	Giraldi, Gabriela do Prado	2018	Dissertação	Universidade Federal de São Carlos Câmpus São Carlos	SP	Carvalho, Joelson Gonçalves de	<a href="https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10447">https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10447</a>

Palavra-chave: "política de extensão". Resultados: 27. Busca em português, 2014 a 2018								
Número	Título	Autor	Ano	Tipo do trabalho	Instituição	Estado	Orientador	Link de acesso
15	Arenas públicas, participação e mediação social	Bracagioli Neto, Alberto	2014	Tese	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS	Dal Soglio, Fabio Kessler	<a href="https://lume.ufrgs.br/handle/10183/116707">https://lume.ufrgs.br/handle/10183/116707</a>
16	Extensão universitária e educação básica: o caso do Programa Escola Integrada - UFMG	Natalia Fraga Carvalhais	2014	Dissertação	Universidade Federal de Minas Gerais	MG	Savana Diniz Gomes Melo	<a href="https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUDB-9NYJTV">https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUDB-9NYJTV</a>
17	Extensão universitária e sua eficácia : estudo de caso do UnB Idiomas	Abad, Maristela	2015	Dissertação	Universidade de Brasília	DF	Imbroisi, Denise	<a href="http://repositorio.unb.br/handle/10482/21035">http://repositorio.unb.br/handle/10482/21035</a>
18	Universidade e políticas de extensão no Brasil do governo Lula : período de 2003 a 2010	Pimentel, Geyza Alves	2015	Tese	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS	Gugliano, Alfredo Alejandro	<a href="http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_000adebbc20b1299070">http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_000adebbc20b1299070</a>
19	Projetos de extensão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/Diamantina em escolas de educação básica: ações, concepções e desafios	Maria do Perpetuo Socorro de Lima Costa	2015	Tese	Universidade Federal de Minas Gerais	MG	Ines Assuncao de Castro Teixeira	<a href="https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUDB-A4LJA4">https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUDB-A4LJA4</a>
20	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFSM: PROPOSTAS PARA ELABORAÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO	Domingues, Eron da Silva	2016	Dissertação	Universidade Federal de Santa Maria	RS	Schmidt, Alberto Souza	<a href="https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9628">https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9628</a>
21	O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e o seu reflexo na política de extensão da Universidade Federal do Maranhão: o caso do Campus Pinheiro	Silva, Chrystiane Campelo da	2017	Dissertação	Universidade Federal do Ceará	CE	Moreira, Carlos Américo Leite	<a href="http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/29804">http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/29804</a>

22	Curricularização da extensão: Projeto Comunitário nos cursos de Graduação do Centro Universitário-Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul	Santos, Ana Paula Fliegner dos	2017	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	SP	Ponce, Branca Jurema	<a href="http://bdtd.ibict.br/vu/find/Record/PUC_SP-1_a8654be7b6609b2b3921bc7a0a48f8c6">http://bdtd.ibict.br/vu/find/Record/PUC_SP-1_a8654be7b6609b2b3921bc7a0a48f8c6</a>
23	Participação extensionista em três departamentos da UFOP entre 2014 e 2016: um estudo de caso	Mosqueira, Henrique Delazari	2018	Dissertação	Universidade Federal de Viçosa	BA	Baêta, Odemir Vieira	<a href="https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/22706">https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/22706</a>
24	Avaliação do programa Brasil mais produtivo em arranjos produtivos locais de Goiás	Manica, Edson	2018	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	GO	Silva, Solange da	<a href="http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4103">http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4103</a>
25	Extensão universitária e Pibex: um estudo sobre os projetos de extensão e a percepção dos discentes bolsistas da UFT	Ferreira Júnior, Geraldo José	2018	Dissertação	Universidade Federal do Tocantins	TO	Ferraro, Juliana Ricarte	<a href="http://bdtd.ibict.br/vu/find/Record/UFT_115beb936a814afdb670a445c87bd1f1">http://bdtd.ibict.br/vu/find/Record/UFT_115beb936a814afdb670a445c87bd1f1</a>
Palavra-chave: "acesso ao ensino técnico" NOT pronatec. Resultados: 01. Busca em português, 2014 a 2018								
Número	Título	Autor	Ano	Tipo do trabalho	Instituição	Estado	Orientador	Link de acesso
26	Acesso ao ensino técnico profissionalizante e seus retornos salariais no Brasil: uma análise a partir de um modelo de sinalização no mercado de trabalho	Rabelo, Alexandre Marcos Mendes	2016	Dissertação	Universidade Federal de Juiz de Fora	MG	Feres, Flávia Lúcia Chein	<a href="http://bdtd.ibict.br/vu/find/Record/UFJF_65c33772027d14d04de22f25c828ae74">http://bdtd.ibict.br/vu/find/Record/UFJF_65c33772027d14d04de22f25c828ae74</a>
Palavra-chave: "comunicação pública" educação. Resultados: 18. Busca em português, 2014 a 2018								
Número	Título	Autor	Ano	Tipo do trabalho	Instituição	Estado	Orientador	Link de acesso
27	Cidadania, comunicação pública e educação superior: estudo de caso sobre ações afirmativas da UFG	Silva, Suzy Meiry	2014	Dissertação	Universidade Federal de Goiás	GO	Oliveira, Tiago Mainieri de	<a href="https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5366">https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5366</a>

28	A educação está no ar: a comunicação pública no Programa Jornal da Educação da Rádio Universitária FM	Pimentel, Cristiane Maria Sales	2017	Dissertação	Universidade Federal de Ceará	CE	Sá, Leonardo Damasceno de	<a href="http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/22650">http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/22650</a>
29	Formação das estratégias de comunicação das universidades federais em relação às ações afirmativas : os casos UFABC e UFRGS	Lima, Patrícia Barreto dos Santos	2017	Dissertação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS	Goulart, Sueli	<a href="https://lume.ufrgs.br/handle/10183/164681">https://lume.ufrgs.br/handle/10183/164681</a>
30	A comunicação pública no século XXI: epistemologias educacionais nas redes sociais digitais	Caetano, Liliane Moiteiro	2018	Tese	Universidade de São Paulo	SP	Nobre, Heloiza Helena Matos	<a href="https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-03122018-151222/pt-">https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-03122018-151222/pt-</a>
31	Limites institucionais e impactos sociais: a interrupção do projeto "IFSP: Conheça-nos!"	Giraldi, Gabriela do Prado	2018	Dissertação	Universidade Federal de São Carlos Câmpus São Carlos	SP	Carvalho, Joelson Gonçalves de	<a href="https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10447">https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10447</a>
Palavra-chave: "comunicação pública" extensão. Resultados: 03. Busca em português, 2014 a 2018								
Número	Título	Autor	Ano	Tipo do trabalho	Instituição	Estado	Orientador	Link de acesso
32	Limites institucionais e impactos sociais: a interrupção do projeto "IFSP: Conheça-nos!"	Giraldi, Gabriela do Prado	2018	Dissertação	Universidade Federal de São Carlos Câmpus São Carlos	SP	Carvalho, Joelson Gonçalves de	<a href="https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10447">https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10447</a>

## APÊNDICE B - *E-mail* para SIC



INSTITUTO FEDERAL  
Goiás

Dalliane Louredo de Melo Moreira <dalliane.moreira@ifg.edu.br>

### Relatório de gestão ano 1999

2 mensagens

**Dalliane Louredo de Melo Moreira** <dalliane.moreira@ifg.edu.br>  
Para: Serviço de Informação ao Cidadão <sic@ifg.edu.br>

22 de setembro de 2020 19:43

Pessoal,

Bom dia! Sou mestranda do programa Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, polo IFG- Câmpus Anápolis, turma 2019, com a pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética do IFG e preciso ter acesso ao relatório de gestão institucional do ano de 1999. É possível? Quaisquer questões adicionais, estou à disposição. Desde já, agradeço.

Dalliane Louredo de Melo Moreira  
CPF: ██████████

Dalliane Louredo  
Relações públicas  
Coordenação de Eventos do IFG - Câmpus Goiânia  
3227-2704  
www.ifg.edu.br/goiania

**Serviço de Informação ao Cidadão** . <sic@ifg.edu.br>  
Para: Dalliane Louredo de Melo Moreira <dalliane.moreira@ifg.edu.br>

15 de outubro de 2020 11:31

Sra., em atendimento a sua solicitação, através do pedido protocolado sob nº 23546.051078/2020-82, é fundamental salientar que a Instituto Federal de Goiás possui uma longa trajetória histórica, com origem em 1909, como Escolas de Aprendizes Artífice; depois, em 1942, recebeu o nome de Escola Técnica de Goiânia; em 1965, recebeu a denominação de Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG); em 1999, foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO); e por fim, criado pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

Isto posto, informamos que o Instituto Federal de Goiás, mantém em seus arquivos, os relatórios anuais de gestão a partir de 2000, disponíveis na página institucional do IFG, no link: <https://www.ifg.edu.br/relatorios-de-gestao>

Em consulta à Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos, a mesma enviou o seguinte esclarecimento: "Informo que não consta nos arquivos da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional o arquivo referente ao relatório de gestão solicitado. Informo também que foram consultados o gabinete da reitoria, bem como a Tecnologia de Informação (que possui backup dos antigos arquivos) e ambos os setores não encontraram o relatório de gestão de 1999 nos seus arquivos."

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

[Texto das mensagens anteriores oculto]

## APÊNDICE C - Questionário de pesquisa para professores

# Questionário de pesquisa para professores

\*Obrigatório

1. E-mail \*

---

### Caro participante,

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada "A comunicação pública no IFG: um estudo a partir do projeto de extensão "Conhecendo o IFG".

Meu nome é Dalliane Louredo de Melo Moreira, sou servidora do IFG-Câmpus Goiânia, sou a pesquisadora responsável e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica no Câmpus Anápolis do Instituto Federal de Goiás, sob orientação da Profa. Dra. Mad'Ana Desirée Ribeiro de Castro.

Esclareço que será assegurado a você medidas que garantam a sua liberdade de participação, a privacidade, o anonimato e a preservação dos dados que possam identificá-lo. Caso você sinta qualquer desconforto com a pesquisa, fique à vontade para não responder ao questionário, ou desistir mesmo após a coleta dos dados, pois lhe será assegurado todos os direitos em participar da pesquisa sem lhe causar nenhum tipo de dano ou prejuízo, bastando apenas entrar em contato com a pesquisadora por e-mail.

As dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail ([dalliane.louredo@gmail.com](mailto:dalliane.louredo@gmail.com)) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (██████████).

Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/IFG, pelo telefone (62) 3237-1821 ou e-mail [cep@ifg.edu.br](mailto:cep@ifg.edu.br).

Desde já agradeço seu apoio!

2. Para acessar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, clique no link: <http://bit.ly/3pYmtOM>. Após ciência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, você: \*

*Marcar apenas uma oval.*

Concorda em participar da pesquisa.

Não concorda e deseja encerrar sua participação.

Projeto Conhecendo o IFG

3. 1. O IFG desenvolve o projeto “Conhecendo o IFG”, em que recebe alunos dos 9º anos do ensino fundamental para que estes conheçam o IFG-Câmpus Goiânia. Você já participou dessa visita? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

4. 2. Em que(quais) ano(s) você fez a visita ao IFG-Câmpus Goiânia: \*

*Marque todas que se aplicam.*

2016

2017

2018

2019

Outro:  \_\_\_\_\_

5. 3. Você acompanhou mais de uma escola em visita ao IFG-Câmpus Goiânia? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

6. 4. Qual(is) o(s) nome(s) da(s) escola(s) a(s) qual(is) você acompanhou os alunos em visita ao IFG-Câmpus Goiânia? \*

\_\_\_\_\_

7. 5. Essa(s) escola(s) pertence(m) à rede: \*

*Marque todas que se aplicam.*

- Municipal  
 Estadual  
 Conveniada  
 Particular

8. 6. Essa(s) escola(s) já recebeu/receberam algum material informativo ou de divulgação do IFG? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não

9. 7. Você já conhecia o IFG? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não

10. 7.1 Se sim, como você conheceu o IFG? Você pode marcar mais de 1 opção. \*

*Marque todas que se aplicam.*

- Já o conhecia com outra nomenclatura (Escola Técnica Federal de Goiás; Cefet-GO).  
 Já estudei na instituição.  
 Conheço alguém que trabalha/trabalhou no IFG.  
 Conheço alguém que estuda/estudou no IFG.

Outro:  \_\_\_\_\_

11. 8. Você já acompanhou os seus alunos em visita a outro câmpus do IFG? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

12. 9. Por que você levou os alunos à visita ao IFG-Câmpus Goiânia? \*

*Marque todas que se aplicam.*

Por que foi determinado pela escola.

Porque o IFG é uma instituição educacional pública de qualidade.

Porque recebemos material informativo na escola.

Porque oferece Ensino médio integrado.

Porque os alunos pediram.

Porque recebemos um convite da instituição sobre o projeto Conhecendo o IFG.

Porque soubemos da realização do projeto Conhecendo o IFG por terceiros.

Outro:  \_\_\_\_\_

13. 10. Para você, o IFG se diferencia de outras instituições de ensino? Por quê? \*

---

---

---

---

---

14. 11. Na época, qual avaliação você fez sobre a visita ao IFG? \*

---

---

---

---

---

15. 12. Gostaria de fazer alguma sugestão, comentário ou crítica?

---

---

---

---

---

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

## APÊNDICE D - Convite da pesquisa para os alunos



## APÊNDICE E - Questionário de pesquisa para alunos

# Questionário de pesquisa para alunos do IFG-Câmpus Goiânia

\*Obrigatório

1. E-mail \*

---

2. Telefone para contato: \*

---

### Caro participante,

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada "A comunicação pública no IFG: um estudo a partir do projeto de extensão "Conhecendo o IFG".

Meu nome é Dalliane Louredo de Melo Moreira, sou servidora do IFG-Câmpus Goiânia, sou a pesquisadora responsável e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica no Câmpus Anápolis do Instituto Federal de Goiás, sob orientação da Profa. Dra. Mad'Ana Desirée Ribeiro de Castro.

Esclareço que será assegurado a você medidas que garantam a sua liberdade de participação, a privacidade, o anonimato e a preservação dos dados que possam identificá-lo. Caso você sinta qualquer desconforto com a pesquisa, fique à vontade para não responder ao questionário, ou desistir mesmo após a coleta dos dados, pois lhe será assegurado todos os direitos em participar da pesquisa sem lhe causar nenhum tipo de dano ou prejuízo, bastando apenas entrar em contato com a pesquisadora por e-mail.

As dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail ([dalliane.louredo@gmail.com](mailto:dalliane.louredo@gmail.com)) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): [REDACTED]

Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/IFG, pelo telefone (62) 3237-1821 ou e-mail [cep@ifg.edu.br](mailto:cep@ifg.edu.br).

Desde já agradeço seu apoio!

3. Para prosseguir com a pesquisa, por favor, responda adequadamente: \*

*Marcar apenas uma oval.*

Tenho mais de 18 anos.

Tenho menos de 18 anos. *Pular para a pergunta 5*

Obrigada por  
informar.

Para acessar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, clique no link: <http://bit.ly/3pYmt0M>

4. Após ciência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, você: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Concorda em participar da pesquisa. *Pular para a pergunta 7*  
 Não concorda e deseja encerrar sua participação.

*Pular para a pergunta 7*

Obrigada por informar.

5. Por favor, insira no campo abaixo um e-mail de contato de seu responsável legal para que ele autorize sua participação na pesquisa. Por gentileza, sem autorização do responsável, sua resposta não será validada para minha pesquisa e suas informações são muito importante para mim. Um link será enviado ao responsável, peça a ele que responda o mais breve possível. Caso precise comunicar comigo: [dalliane.louredo@gmail.com](mailto:dalliane.louredo@gmail.com); (62) 98408-5752. \*

---

6. Para acessar o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE, clique no link: <http://bit.ly/39sK0Az>. Após ciência do TALE, você: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Concorda em participar da pesquisa. *Pular para a pergunta 7*  
 Não concorda e deseja encerrar sua participação.

Projeto Conhecendo o IFG

7. 1. O IFG desenvolve o projeto “Conhecendo o IFG”, em que recebe alunos dos 9º anos do ensino fundamental para que estes conheçam o câmpus. Você participou dessa visita? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim.  
 Não.

8. 2. Em que ano você fez a visita ao IFG: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- 2016  
 2017  
 2018  
 2019  
 Outro: \_\_\_\_\_

9. 3. Ao visitar o câmpus, a sua escola era: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Escola municipal  
 Escola estadual  
 Escola particular  
 Cursinho preparatório  
 Outro: \_\_\_\_\_

10. 4. Qual foi sua impressão sobre a instituição quando você foi a essa visita ao câmpus? \*

\_\_\_\_\_

11. 5. O IFG cumpriu o propósito de apresentar a Instituição em relação à estrutura física: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- |     | 1                     | 2                     | 3                     |     |
|-----|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----|
| Sim | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | Não |

12. 5.1 Em relação aos cursos oferecidos: \*

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	
Sim	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Não

13. 5.2 Em relação à formação profissional: \*

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	
Sim	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Não

14. 5.3 Em relação ao ensino médio: \*

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	
Sim	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Não

15. 5.4 Em relação à formação profissional integrada ao ensino médio: \*

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	
Sim	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Não

16. 6. Por que você efetivou sua matrícula no IFG? Você pode marcar mais de 1 opção. \*

*Marque todas que se aplicam.*

- Fui obrigado a estudar na Instituição.
- Queria muito estudar no IFG.
- Gostei dos cursos.
- Gostei da estrutura física.
- Gostei dos laboratórios.
- Gostei da formação profissional.
- Porque é uma escola pública de qualidade.
- Porque desenvolve atividades de pesquisa, extensão, monitoria.
- Não consegui vaga em outra escola.
- Porque eu conhecia pessoas que já estudavam na Instituição.
- Porque eu participei do projeto Conhecendo o IFG e pude conhecer melhor a Instituição.

Outro:  \_\_\_\_\_

17. 7. Do que você mais gosta no IFG-Câmpus Goiânia? \*

\_\_\_\_\_

18. 8. Qual sua idade? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- 15 anos
- 16 anos
- 17 anos
- 18 ou mais

19. 9. Você é aluno(a) do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Controle ambiental
- Edificações
- Eletrônica
- Eletrotécnica
- Instrumento musical
- Mineração
- Telecomunicações

20. 10. Em qual ano do curso você está? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- 1° ano
- 2° ano
- 3° ano
- 4° ano

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

## **APÊNDICE F - Produto Educacional**

# **Guia para implementação do Projeto *Conhecendo* o *IFG* nos câmpus**

---

Dalliane Louredo de Melo Moreira

Mad'Ana Desirée Ribeiro de Castro

Anápolis

2021



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

MOREIRA, Dalliane Louredo de Melo

M838g      Guia para implementação do projeto conhecendo o IFG nos câmpus / Dalliane Louredo de Melo Moreira, Mad'Ana Desirée Ribeiro de Castro. -- Anápolis: IFG, 2021.

24 p. : il. color.

Produto Técnico/Tecnológico (Mestrado) – IFG – Câmpus Anápolis, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, 2021.

1. Conhecendo o IFG nos câmpus – Projeto. 2. Instituto Federal de Goiás (IFG) 3. Comunicação. 4. Extensão. I. CASTRO, Mad'Ana Desirée Ribeiro de. II. Título.

CDD 370.7



**INSTITUTO FEDERAL**  
Goiás

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS**

### **TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

#### **Identificação da Produção Técnico-Científica**

- |                                                                   |                                                         |
|-------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Tese                                     | <input type="checkbox"/> Artigo Científico              |
| <input type="checkbox"/> Dissertação                              | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro              |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização              | <input type="checkbox"/> Livro                          |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação                          | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input checked="" type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional |                                                         |

Nome Completo do Autor: Dalliane Louredo de Melo Moreira

Matrícula: 2747087

Título do Trabalho: Guia para implementação do Projeto *Conhecendo o IFG* nos câmpus

#### **Autorização - Marque uma das opções**

1. ( X ) Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. ( ) Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ (Embargo);
3. ( ) Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2** ou **3**, marque a justificativa:

- ( ) O documento está sujeito a registro de patente.  
( ) O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.  
( ) Outra justificativa: \_\_\_\_\_

#### **DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA**

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Goiânia, 26/10/2021

Dalliane L. de Melo Moreira  
Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais



*“O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o **pronunciam**, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos.”*

*(FREIRE, 2017, p. 51, grifo do autor).*



# Sumário

---

<b>Apresentação</b> .....	05
<b>1 O Projeto <i>Conhecendo o IFG</i></b> .....	06
<b>2 Por que os temas Comunicação e Extensão?</b> .....	08
<b>2.1 A comunicação e a extensão no IFG</b> .....	09
<b>3 Por que um guia para a implementação do projeto <i>Conhecendo o IFG</i>?</b> .....	11
<b>4 O que dizem os participantes visitantes do projeto?</b> .....	13
<b>4.1 Por que o Câmpus Goiânia é visitado?</b> .....	13
<b>4.2 A percepção da comunicação por professores e estudantes</b> .....	14
<b>4.3 Por que a escolha do Câmpus Goiânia como instituição de ensino</b> .....	17
<b>4.4 A continuidade do projeto e a efetivação do produto educacional</b> .....	18
<b>5 E agora? Como implementar o guia?</b> .....	20
<b>Referências</b> .....	23

## Apresentação

---

**Prezado(a) servidor(a),**

Este guia foi elaborado como produto educacional da dissertação intitulada “Projeto *Conhecendo o IFG*: uma perspectiva dialógica entre comunicação e extensão” do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) – Polo Câmpus Anápolis do Instituto Federal de Goiás.

Trata-se de um guia, destinado a servidores e gestores do IFG, que tem por objetivo implementar o projeto *Conhecendo o IFG* nos câmpus da instituição, com foco aos estudantes do ensino fundamental, como público potencial para ingressar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Neste guia, abordamos o projeto *Conhecendo o IFG* numa perspectiva dialógica entre comunicação e extensão, sua concepção e sua importância para a comunidade externa, e ainda como implementá-lo nos câmpus, tendo em vista que a partir de 2018 o projeto deixou de ser uma ação institucional de extensão e ficou como política e execução de cada câmpus.

Pelos dados da pesquisa, analisamos que o projeto *Conhecendo o IFG*, além de divulgar a instituição, possibilita o fortalecimento de sua função social de ser pública, gratuita, universal, democrática, inclusiva, laica, estruturada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, implementar efetivamente esse projeto na instituição se faz necessário para intensificarmos a divulgação do IFG e solidificarmos sua função social.

Dalliane Louredo de Melo Moreira

Mad’Ana Desirée Ribeiro de Castro

# 1 O Projeto *Conhecendo o IFG*

O Instituto Federal de Goiás (IFG) possui uma longa trajetória histórica, marcada por mudanças significativas em sua institucionalidade. É uma instituição reconhecida, centenária, mas que diante de tantas transformações ocorridas, estas podem ter contribuído uma redução desse reconhecimento a apenas parte da comunidade na qual está inserida.

Neste contexto histórico, a instituição enquanto Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO), por meio da Coordenação de Extensão, elaborou, em 2007, o Projeto

*Conhecendo o CEFET-GO* com o objetivo de aproximar a instituição “dos alunos do ensino fundamental e médio das redes municipal e estadual, divulgando as ações, atividades e cursos oferecidos pelo CEFET-GO, e também servir como instrumento de apoio na orientação profissional desses estudantes” (CEFET, 2008, p. 37).

Em 2011, já como IFG, o projeto passou a se chamar *Conhecendo o IFG* e se fundamentou na justificativa de que deveria haver na instituição uma maior democratização de acesso dos cursos técnicos aos estudantes da rede pública de ensino, pois, para atender à legislação vigente, o IFG já reservava no mínimo 50% das vagas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio a candidatos oriundos de escolas públicas. (IFG, 2011).

Assim, durante o período de vigência do PDI 2012-2016, o projeto *Conhecendo o IFG* foi institucionalmente inserido como um projeto de extensão:

“Estou com saudades de poder levar meus alunos para conhecerem uma das melhores instituições públicas de ensino do país.”  
(PROFESSOR(A) 15, 2021).

### 2.6.3.8. Conhecendo o IFG

1. Estudantes de Escolas Públicas: Trata-se de visitas, ao IFG, de grupos de alunos do ensino fundamental e médio de escolas públicas e visitas de uma equipe de docentes, técnico-administrativos e estudantes do IFG às escolas

das redes municipal e estadual. Tem como objetivo a aproximação do IFG aos alunos do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino (estadual e municipal), divulgando programas, projetos, ações, atividades e cursos oferecidos pelo Instituto, além de servir como instrumento de apoio na orientação profissional destes estudantes.

2. Empresas e instituições da sociedade civil: Encontro com empresários e instituições da sociedade civil no IFG para a divulgação de programas, projetos, ações, atividades e cursos desenvolvidos pelo Instituto, bem como dos Projetos de Pesquisa, Programas de Pós-Graduação (lato e stricto-sensu) e Programas de Extensão. (IFG, 2013, p. 59, grifo do original).

Em 2018, com a realização do Congresso Institucional para a nova redação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 e Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), houve a supressão do projeto, bem como dos demais projetos de extensão do PPPI 2012-2016 com a justificativa de que não deveria ser citado

[...] nenhum programa ou projeto da Extensão, pois não têm caráter permanente. Não há nenhuma discussão da PROEX sobre quais serão os programas institucionais mantidos/desenvolvidos nos próximos 4 anos, o que deveria constituir um novo capítulo no PDI. (IFG, 2018a, p. 75).

No Câmpus Goiânia do IFG, o projeto se realiza desde 2011 e se apresenta como um projeto institucional de caráter permanente, sendo executado pela Gepex, Coordenação de Eventos e com apoio dos departamentos de áreas acadêmicas (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, 2020). Em geral, ocorre uma vez na semana, preferencialmente no turno matutino (período de aula dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio) e o câmpus se responsabiliza pelo transporte dos alunos da escola visitante.

Em 2019, além de o projeto ocorrer semanalmente, também foi realizado em forma de maratona durante o período de inscrições do processo seletivo para os cursos técnicos integrados. Portanto, neste período, as visitas das escolas foram intensificadas e ao todo, o câmpus recebeu 49 visitas (algumas escolas visitaram duas vezes o câmpus), com 2.313 alunos, dentre estes 10 alunos do curso de Nutrição da Universidade Federal de Goiás e 22 alunos do Instituto Federal de Mato Grosso. (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, [2020]).

Portanto, o projeto ainda se efetiva com grande representatividade para o câmpus e para as escolas que dele participam.

## 2 Por que os temas Comunicação e Extensão?

---

Os temas Comunicação e Extensão foram abordados a fim de que possam contribuir com a análise do projeto *Conhecendo o IFG* e suas contribuições para a divulgação dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Avaliou-se que os temas estão intrinsecamente ligados com o projeto *Conhecendo o IFG* e, portanto, necessário se fez discorrer sobre eles para a melhor compreensão do projeto. Além disso, o tema Comunicação Pública apontou-se como um meio, um caminho para uma perspectiva dialógica.

Para Freire (1987, p. 47), “somente o diálogo, que implica num pensar crítico, é capaz, também, de gerá-la [a comunicação]”; sem o diálogo não há comunicação e sem comunicação não há a “verdadeira educação”, a que supera a contradição entre educador-educandos, a que é concebida como prática da liberdade (FREIRE, 1987).

Tuzzo (2013, p. 57) também relaciona os termos comunicação e educação,

visto que comunicação não é falar, tampouco informar, dizer, contar algo. Comunicação pressupõe a compreensão pelo receptor e depende da certeza de que uma mensagem enviada foi recebida, compreendida e capaz de provocar, no receptor, uma reação. Por isso, a educação é algo inerente ao processo de comunicação, pois para assimilação de conhecimentos os receptores devem ser capazes de fazer interpretações.

Haswani (2013) apresenta uma contribuição de Brotto (2005)<sup>1</sup> de que a comunicação é “processo circular que dispõe de fases intercaladas de expressão e escuta de mensagens, das quais participam emissor e receptor, de modo igualitário” (HASWANI, 2013, p. 80), sendo tal processo garantido pela reciprocidade de empenho dos participantes.

Por tratar-se o IFG de uma instituição pública de ensino, trouxemos a compreensão da comunicação pensada numa perspectiva de comunicação pública, que de acordo com Duarte (2011), diz respeito ao interesse público que viabiliza o direito social individual e coletivo à informação, ao diálogo, à expressão e à participação:

---

<sup>1</sup> BROTTTO, C. **Comunicazione relazione all'interno dell'ente pubblico**. San Marino: Maggioli, 2005.

Fazer comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo, alterando seu eixo, tradicionalmente centrado no atendimento dos interesses da instituição e de seus gestores. Na comunicação o objetivo é atendimento do interesse público e da sociedade, simbolizado pelo cidadão. (DUARTE, 2011, p. 126-127).

Ao refletir sobre os termos comunicação e extensão, Freire (2017) faz uma abordagem crítica quanto ao termo extensão, na qual prevalece uma falsa concepção de que o conhecimento pode ser transferido do *extensionista* (quem pratica a extensão) ao *receptor* desse conhecimento. Para ele, “o conhecimento não se **estende** do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações.” (FREIRE, 2017, p. 42, grifo do autor).

## 2.1 A comunicação e a extensão no IFG

Os temas *comunicação* e *extensão* foram abordados por meio dos documentos do IFG, especificamente por meio das políticas institucionais voltadas para esses temas, que se permeiam em diversas passagens documentais da instituição.

De acordo com o PDI 2019-2023, um dos objetivos do IFG é

[...] 5. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e com os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, ambientais e culturais;  
 [...] 11. promover diálogos com a comunidade externa, garantindo a gestão democrática e a participação e a representação da comunidade interna. (IFG, 2018b, p. 15).

Nessa mesma concepção, a comunicação do IFG é “considerada como processo de gerenciamento de atividades comunicacionais voltadas ao relacionamento entre a Instituição e seus públicos, sejam eles interno ou externo” (IFG, 2020, p. 05). Em relação ao público externo,

a comunicação com a sociedade deve procurar difundir o papel social da Instituição, suas áreas de atuação, seus projetos e ações, sempre buscando reafirmar sua

imagem de instituição pública, gratuita, de qualidade, inclusiva, laica e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento educacional, científico, tecnológico, cultural e social dos municípios onde se faz presente, no estado e no país. (IFG, 2020, p. 04).

Além disso, no IFG, a comunicação tem como objetivo desenvolver fluxos de comunicação “para viabilizar a divulgação e a circulação de informações institucionais, voltadas aos diversos públicos de interesse da Instituição” (IFG, 2020, p. 09). E ainda apresenta como objetivos específicos, no âmbito externo:

- Consolidar o nome do Instituto Federal de Goiás e a sigla IFG;
- Atuar no fortalecimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e da Instituição;
- Reforçar, junto à sociedade, a imagem do IFG como uma instituição pública, gratuita, inclusiva, laica, emancipatória e de qualidade, tendo como balizadores a competência, a seriedade, a responsabilidade social, a função social e o legado da Instituição;
- Difundir, junto aos públicos de interesse do IFG, seus principais programas e suas principais ações de ensino, de pesquisa, inovação e de extensão, bem como seus impactos sociais;
- Fortalecer a relação do IFG com as comunidades em todas as regiões onde ele está inserido;
- Difundir, junto aos públicos de interesse, as formas de ingresso, os cursos, os processos seletivos, os concursos e outras informações de utilidade pública. (IFG, 2020, p. 10).

Nesse sentido, comunicação e extensão se alinham para atingir os objetivos institucionais do IFG, em que à extensão se objetiva:

promover a democratização e a socialização do conhecimento produzido e/ou acumulado pelo Instituto; ao estabelecer uma relação dialógica com a sociedade, promovendo a troca de saberes que resultará em desenvolvimento da região. Mais especificamente, a extensão deve:

[...] d. promover o acesso, permanência e conclusão com êxito à educação profissional e cidadã, orientando-se pelas políticas da diversidade;

[...] h. oportunizar às/aos estudantes serem sujeitos e protagonistas na construção das ações de extensão. (IFG, 2018c, p. 38).

Portanto, apontamos uma perspectiva dialógica para a implementação do projeto nos câmpus, em que a comunicação e a extensão se permeiam no caminhar, com espaço de diálogos, interação com a comunidade, participação dos atores envolvidos.

### 3 Por que um guia para a implementação do projeto

#### *Conhecendo o IFG?*

---

O IFG é uma instituição pública de educação que, além de carregar seus traços históricos e institucionais centenários, apresenta-se como um espaço educativo que marcou várias gerações goianas, com uma trajetória histórica que perpassa períodos importantes de transformações na conjuntura política, econômica e cultural. Através do seu processo histórico, com suas lutas, o IFG se efetivou e se consolidou como instituição pública:

A função social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás é a de constituir-se e a de enraizar-se enquanto instituição pública, universal, gratuita, inclusiva, democrática, laica e qualitativamente referenciada, estruturada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na formação integrada, bem como nos princípios da territorialidade e da verticalização como forma de responder às demandas dos arranjos produtivos e socioculturais locais e regionais. (IFG, 2018b, p. 13).

O IFG é uma instituição pública de ensino que deve estar a serviço da comunidade, portanto é direito da população saber o que é a instituição, quais cursos oferece, as pesquisas e projetos que desenvolve. Tem ainda como objetivo até 2023, entre outros:

1. ministrar educação profissional técnica de nível médio na forma de cursos integrados, na proporção de, no mínimo, 50% das vagas por Câmpus, sendo prioritariamente em tempo integral, garantindo-se para a EJA a forma integrada e com oferta em todos os Câmpus (IFG, 2018b, p. 14).

E tem como meta até 2023, entre outras:

4. manter, durante a vigência do PDI 2019/2023, a meta mínima de 50% das matrículas equivalentes para o ensino técnico de nível médio, prioritariamente integrado, em cada Câmpus durante a vigência do PDI, considerando o que estabelece a Lei 11.892/2008 (IFG, 2018b, p. 16).

A justificativa deste guia encontra respaldo na importância que o projeto *Conhecendo o IFG* se apresenta para os(as) professores(as) e alunos(as) que participaram da pesquisa. Por tratar-se de um projeto que era institucional e que “ganhou” relevância por ser institucionalizado entre os câmpus do IFG, este produto educacional atende as perspectivas dos(as) professores(as)

pesquisados(as):

O Projeto deve continuar e ser ampliado, necessário a divulgação para que todos tenham conhecimento e possibilidade de acesso (PROFESSOR(A) 9).

Precisa haver uma maior divulgação para a comunidade dos cursos gratuitos oferecidos pelo IFG (PROFESSOR(A) 3).

Ampliação desse projeto para que atinja mais escolas, pois pelo que vivenciei isso acontece mais pela iniciativa de alguns professores das escolas municipais ou estaduais e não pela direção da escola (PROFESSOR(A) 4).

Só elogiar e reforçar que continuem com esse projeto incrível (PROFESSOR(A) 10).

Assim, o projeto *Conhecendo o IFG*, de acordo com a análise dos dados da pesquisa, além de divulgar a instituição, possibilita o fortalecimento de sua função social de ser pública, gratuita, universal, democrática, inclusiva, laica, estruturada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, permanece a luta pela democratização do acesso àqueles segmentos socialmente e historicamente excluídos, ressaltando-se a necessidade de se promover uma divulgação da instituição, bem como de seus cursos, para que numa perspectiva dialógica a sociedade possa melhor compreender as capilaridades da instituição.

Os câmpus do IFG vinham desenvolvendo e executando o projeto *Conhecendo o IFG*; a princípio, tratava-se de um projeto institucional de extensão. No entanto, com a sua exclusão do PDI 2019-2023, o projeto ficou como política e execução de cada câmpus. Como desdobramento, isso representou um enfraquecimento do projeto uma vez que se perdeu o respaldo institucional (inclusive financeiro) e, assim, os câmpus foram deixando de executá-lo.

Um guia para implementação do projeto *Conhecendo o IFG* possibilitará que o projeto novamente possa ser inserido internamente nos câmpus, tendo em vista a grande aceitabilidade e reconhecimento de sua importância para as escolas (professores e estudantes) que dele participam.

## 4 O que dizem os participantes visitantes do projeto?

---

Até aqui, expusemos justificativas respaldadas na literatura e nos documentos institucionais para que o projeto *Conhecendo o IFG* seja efetivamente implementado nos câmpus do IFG. Mas, e o que dizem os participantes desse projeto que visitam o câmpus? A pesquisa foi realizada pelo olhar do outro e não pelo de dentro da instituição.

Investigamos os professores das escolas que participaram do projeto *Conhecendo o IFG* em 2019 no Câmpus Goiânia e os alunos matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Câmpus Goiânia do IFG, em 2020, que participaram do projeto em anos anteriores. Dos alunos, 91,30% pertenciam à rede pública de ensino, sendo a maioria da rede estadual; ao passo que, em relação aos professores, a maioria pertencia à rede municipal, sendo 81,25% da rede pública de ensino.

### 4.1 Por que o Câmpus Goiânia é visitado?

De acordo com a pesquisa, 93,75% dos professores levaram seus alunos ao Câmpus Goiânia do IFG porque consideram o IFG uma instituição educacional pública de qualidade; seguido de 56,25% terem dito que souberam da realização do projeto *Conhecendo o IFG* por terceiros.

Além disso, há um empenho por parte dos professores para que as visitas ao câmpus ocorram: de todos que visitaram o câmpus em 2019, 43,75% o fizeram também em 2018. A fala do Professor(a) 4 também corrobora a análise:

[...] pois pelo que vivenciei [,] isso [a visita] acontece mais pela iniciativa de alguns professores das escolas municipais ou estaduais e não pela direção da escola (PROFESSOR(A) 4).

Já o(a) Professor(a) 1 disse ter acompanhado mais de uma escola em visita ao Câmpus Goiânia e 18,75% dos professores acompanharam os seus alunos em visita a outros câmpus do IFG. Ao mesmo tempo, em comparação aos relatórios de gestão do Câmpus Goiânia de

2018 e de 2019, é possível perceber que foi recorrente o fato de a mesma escola ter visitado o câmpus em 2018 e em 2019: 70% das escolas que visitaram o câmpus em 2018 também o fizeram em 2019 (IFG/ CÂMPUS GOIÂNIA, 2019; [2020]).

Portanto, a escola que já visitou o câmpus uma vez, procura novamente a instituição em anos seguintes, conforme pôde ser observado no relato: “Todos os anos, desde 1996, fazemos esta visita ao Campus Goiânia e, desde que o Goiânia Oeste foi fundado, lá também” (PROFESSOR(A) 9).

Algumas das escolas públicas também realizam programas de apoio e preparação dos seus alunos para o processo seletivo do IFG. Para o(a) Professor(a) 13, “ao criar um projeto em minha escola, contactei o ifg para ver se haveria a possibilidade de visita”.

Essas análises reforçam sobre a importância de se divulgar cada vez mais a instituição, bem como os seus cursos gratuitos para os alunos da rede pública. Para o(a) Professor(a) 3, “Precisa haver uma maior divulgação para a comunidade dos cursos gratuitos oferecidos pelo IFG”.

Portanto, tal divulgação, além de tornar os cursos mais conhecidos, possibilita que a instituição cumpra com a sua função social de ser pública, gratuita, inclusiva, democrática; o projeto *Conhecendo o IFG*, de acordo com a pesquisa, pode contribuir com esse fortalecimento junto à comunidade na qual a instituição está inserida.

## **4.2 A percepção da comunicação por professores e estudantes**

Os professores visitantes consideram importante a participação dos próprios alunos do IFG durante a visita:

Fomos muito bem recebidos e tivemos uma ótima acolhida e explicação sobre os cursos. O fato de alunos do Instituto estarem juntos nessa visita também foi muito positivo (PROFESSOR(A) 2).

Gostaria que tivéssemos tido a oportunidade de conhecer o departamento de música, bem como, estabelecer breve diálogo com estudantes que estivessem concluindo o ensino médio no Instituto (PROFESSOR(A) 7).

[...] Creio que as visitas poderiam oferecer a oportunidade de os visitantes conhecerem mais os laboratórios (experenciar), além de ter contato (diálogo) direto com alunos da instituição (PROFESSOR(A) 11).

Em dias de visitas, há o envolvimento de vários setores e servidores para o apoio na realização do projeto. Os professores visitantes percebem essa movimentação e fizeram uma ótima<sup>2</sup> avaliação sobre a visita:

Foram muito atenciosos com os alunos e despertaram o interesse neles em fazer parte da instituição (PROFESSOR(A) 1).  
 Excelente (PROFESSOR(A) 2; PROFESSOR(A) 5; PROFESSOR(A) 8); PROFESSOR(A) 14).  
 Esclarecedora (PROFESSOR(A) 3).  
 Foi uma visita que conseguiu mostrar todo o seu potencial físico e pedagógico (PROFESSOR(A) 4).  
 Uma ótima avaliação (PROFESSOR(A) 6).  
 Fiquei muito satisfeita. Todos foram extremamente cordiais (PROFESSOR(A) 7).  
 O IFG sempre encanta os(as) alunos(as) pela infraestrutura, pelo corpo docente, pelas oportunidades, pelos projetos desenvolvidos (PROFESSOR(A) 9).  
 Excelente! Gostei muito da receptividade e de poder mostrar aos alunos, na prática, caminhos a se seguir, pensar no futuro e se capacitar (PROFESSOR(A) 10).  
 Positiva. A recepção, por parte da coordenação, professores, foi muito boa. Vários alunos que participaram desta visita são, atualmente, alunos do IFG (PROFESSOR(A) 11).  
 Extremamente positiva, despertando nos alunos grande interesse pela instituição (PROFESSOR(A) 12).  
 Todas as visitas foram de grande contribuição para que os alunos pudessem conhecer a instituição e compreender o que a escola poderá trazer de benefícios para eles, além de que, conhecendo as instalações, acredito que os alunos podem ver de perto o potencial que podem atingir (PROFESSOR(A) 13).  
 Excelente, o acolhimento de todos que estão envolvidos nesse projeto é fantástico (PROFESSOR(A) 15).  
 Sempre foi muito bom e gratificante levar os alunos ao IFG, eles começam a ter uma outra visão quando vão até a escola, é um estímulo a mais (PROFESSOR(A) 16).

Em relação aos alunos visitantes, em geral, tiveram uma boa impressão da instituição:

Achei um lugar incrível com possibilidades que não eu não tinha a noção que poderia trabalhar e chegar (ALUNO(A) 3).  
 Que era realmente a escola que eu queria estudar (ALUNO(A) 4).  
 Inovador e um lugar cheio de coisas novas para conhecer (ALUNO(A) 7).  
 Foi uma experiência incrível (ALUNO(A) 10).  
 [...] Me surpreendi com a quantidade de oportunidades que existiam ali dentro (ALUNO(A) 11).  
 Uma escola que possibilitaria muitas oportunidades e que me permitiria crescer em diversas áreas do meu futuro (ALUNO(A) 13).  
 Que seria ótimo estudar aqui (ALUNO(A) 15).  
 Achei aquilo fora da realidade das outras escolas que estudei, o IF me pareceu surpreendente (ALUNO(A) 19).

---

<sup>2</sup> Os professores foram questionados sobre a sua avaliação da visita e todas as respostas foram transcritas aqui para justificar o uso do adjetivo empregado.

Foi deslumbrante, o campus as salas, os alunos até mesmo a portaria me senti dentro [de] um colégio não de uma escolinha do ensino médio (ALUNO(A) 23).

O espaço físico do câmpus chamou muito a atenção dos alunos, pois o acharam “muito grande” (ALUNO(A) 22), “lugar foda” (ALUNO(A) 12). E ainda:

Fiquei encantada com toda estrutura do campus, laboratórios, biblioteca, etc; era uma realidade muito diferente da escola em que eu estudava (ALUNO(A) 1). Grande, bem organizado e se tornou uma das prioridades de objetivo daquele ano (ALUNO(A) 5).

Minha primeira impressão foi de: "Que bonito, e ao mesmo tempo que velho/quebrado" (ALUNO(A) 6).

O Instituto é muito maior que as escolas públicas comuns (ALUNO(A) 8).

Achei o IFG muito grande e bonito, porém na minha visita não visitamos todos os laboratórios dos cursos técnicos, só visitamos o de mineração onde tem as réplicas em tamanho pequeno das máquinas de mineração (ALUNO(A) 9).

Uma escola bem estruturada, é muito valorizada (ALUNO(A) 14).

Bem amplo, arborizado, organizado e limpo. O tamanho e as árvores me atraíram bastante (ALUNO(A) 16).

Eu gostei muito de ver todo aquele espaço e conhecer alguns mais de perto, me assustou um pouco pois pensei que ficaria perdido [...] (ALUNO(A) 17).

Achei muito interessante a infraestrutura do campus (ALUNO(A) 18).

Ainda sobre a estrutura física, os alunos visitantes foram questionados se no dia da visita o IFG cumpriu o propósito de apresentar-lhes a instituição e 73,91% dos alunos avaliaram que sim<sup>3</sup>:

**Tabela 1- Cumprimento do propósito de apresentar a instituição**

O IFG cumpriu com o propósito de apresentar a instituição em relação à(aos):			
	Bom	Regular	Fraco
Estrutura física	73,91%	21,74%	4,35%
Cursos oferecidos	65,22%	30,34%	4,35%
Formação profissional integrada ao ensino médio	78,26%	21,74%	0,00%
Ensino médio	78,26%	17,39%	4,35%
Formação profissional	56,52%	34,78%	8,70%

**Fonte:** Elaborado pelas autoras, com dados extraídos da pesquisa, 2021.

<sup>3</sup> No questionário, foi inserida uma escala de 1 a 3, em que 1 refere-se a “sim” e 3 refere-se a “não”. Para a tabulação e melhor inserção no texto, usamos os valores “Bom”, “Regular” e “Fraco”; a metodologia não consistiu em intensificar os valores, e sim em avaliar se a instituição cumpriu ou não o propósito.

Em referência aos professores, todos já conheciam o IFG, sendo que 68,75% disseram que o conheciam com outro nome, enquanto 62,5% responderam que conhecem alguém que estuda/estudou no IFG. Destaca-se ainda que um professor(a) já foi substituto(a) no Câmpus Goiânia, e dois outros disseram frequentar o teatro do câmpus. Além disso, 81,25% dos professores responderam que as escolas nas quais trabalham já tinham recebido algum material informativo ou de divulgação do IFG.

É válido destacar que esse material informativo também pode representar motivos para que o professor tenha tido o interesse em levar seus alunos a conhecerem o câmpus. Nota-se que todos eles já conheciam o IFG, conforme mencionado anteriormente. Assim, ao promover a divulgação da instituição, a comunicação apresenta papel importante no fortalecimento da identidade institucional do IFG.

### **4.3 Por que a escolha do Câmpus Goiânia como instituição de ensino**

Questionados por que os alunos efetivaram suas matrículas no câmpus, 82,61% responderam que o IFG é uma escola pública de qualidade, 73,91% disseram que queriam muito estudar na instituição e 69,57% responderam que gostaram dos cursos. Além disso, 65,22% dos alunos responderam que efetivaram a matrícula porque participaram do projeto *Conhecendo o IFG* e puderam conhecer melhor o câmpus.

Ao serem indagados acerca do que mais gostaram no Câmpus Goiânia do IFG, os alunos centraram suas respostas na parte física do câmpus, como por exemplo “do complexo de artes”, “complexo de música”, “do ambiente”, “da biblioteca”. Também gostaram “dos professores”, da “metodologia de ensino”, da “possibilidade de crescimento” e ainda:

- Da liberdade que temos como alunos, das várias possibilidades de desenvolver pesquisa e extensão, da estrutura que facilita os estudos (ALUNO(A) 1).
- Bom, eu gosto de tudo é difícil falar do que eu mais gosto mas se for pra falar eu diria que a parte onde ficam os ginásios (ALUNO(A) 2).
- Estrutura física e possibilidades de ensino para os alunos (ALUNO(A) 3).
- Da estrutura física e acadêmica e da possibilidade de estudar e ter formação acadêmica ao mesmo tempo (ALUNO(A) 4).
- Liberdade e responsabilidade se conciliando (ALUNO(A) 7).
- Eu gosto da estrutura e a liberdade que nos é fornecida (ALUNO(A) 8).

Gosto da estrutura do campus e do curso de mineração (ALUNO(A) 10).

Da estrutura com os laboratórios e os diversos projetos que realizo à parte (ALUNO(A) 11).

Da amplitude, da arborização e dos espaços de convivência (mesinhas, bancos, tablado, etc) (ALUNO(A) 16).

Gosto da estrutura, das atividades extracurriculares e oportunidades que oferecem que não teria em outra escola (ALUNO(A) 23).

Pelo exposto, entende-se que o projeto *Conhecendo o IFG* é uma forma de ampliar as possibilidades de acesso à instituição. Independentemente da escolha do câmpus para a realização das visitas, visa-se ao IFG como um todo, como uma instituição a serviço da sociedade. Não é apenas apresentar a instituição aos alunos, é contribuir para a tomada de consciência desses alunos sobre o direito de estudarem em uma instituição pública de qualidade.

#### **4.4 A continuidade do projeto e a efetivação do produto educacional**

Diante da análise dos dados coletados, identifica-se a importância que o projeto assume para os professores que dele participam e também para os alunos visitantes:

Para a aluna Emily Rocha, da Escola Municipal João Braz, o passeio pelo câmpus foi encantador. “A gente realizou a visita ao IFG, que é muito interessante. O Câmpus Goiânia é enorme. Uma coisa que eu me interessei muito foram os laboratórios, a biblioteca é uma maravilha. Outra coisa que eu também me interessei é que aqui tem muito lugar de lazer. Esse lugar é uma maravilha, estou praticamente sonhando em estudar aqui”. (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, 2018b).

Outro aluno da escola, Eduardo Santana, 14 anos, disse que achou muito legal o projeto e disse que gostou bastante de conhecer o laboratório de Mineração e também gostou de ver a estrutura ofertada na área de Música no Câmpus Goiânia. Ele afirma que já pensa em concorrer a vaga nos cursos técnicos integrados no IFG – Câmpus Goiânia no próximo processo seletivo. (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, 2018a).

Augusto Pitágoras, de 16 anos, afirmou que seu foco é o curso técnico integrado em Eletrônica. Ele ficou animado ao saber que o câmpus oferta também a graduação em Engenharia Elétrica. “A área que eu mais gostei foi Eletrônica. Com certeza, quero estudar aqui”, reforçou o aluno.

Além dele, Isadora Lima Silva, saiu da visita pensando em fazer um curso do Câmpus Goiânia e ficou de olho no técnico integrado em Edificações, já que possui uma afinidade pela área de Engenharia Civil. “Gostei bastante do laboratório de Construção Civil. Eu já havia olhado algumas coisas relacionadas ao IFG e gostei bastante”, acrescentou. (IFG/CÂMPUS GOIÂNIA, 2018c).

Os professores que participaram da pesquisa defendem a

Ampliação desse projeto para que atinja mais escolas [...] (PROFESSOR(A) 4).  
 O Projeto deve continuar e ser ampliado, necessário a divulgação para que todos tenham conhecimento e possibilidade de acesso (PROFESSOR(A) 9).  
 Só elogiar e reforçar que continuem com esse projeto incrível (PROFESSOR(A) 10).

Ainda para esses professores, o IFG se diferencia de outras instituições de ensino, pois é uma “escola pública de qualidade”; com “excelentes cursos e professores qualificados”; que “possui uma grande variedade de possibilidades para o estudante”, “rede de amparo aos estudantes”; que oferece “ensino técnico”, “ensino integrado”, boa “estrutura física”, bem como:

Escola Pública de qualidade que incentiva a pesquisa e a autonomia dos educandos (PROFESSOR(A) 2).

Proporciona estudo de qualidade e posicionamento político diferenciado aos alunos (PROFESSOR(A) 4).

[...] o IFG se mostra qualificado na formação de seus alunos não apenas no Ensino Médio, mas também na preparação deles para o mercado de trabalho, tecnológico e intelectual (PROFESSOR(A) 5).

Uma instituição pública que pode mudar a vida de jovens e suas famílias (PROFESSOR(A) 6).

Porque oferece Ensino Público de qualidade com formação geral ampla, que garante, entre outros fatores, possibilidade de competitividade para o ingresso no Ensino Superior, aliado a uma formação profissional que amplia os horizontes dos alunos do Ensino Médio ((PROFESSOR(A) 9).

Em se tratando de uma instituição pública, a qualidade do ensino e o comprometimento com o desenvolvimento humano de profissional dos estudantes (e quadro de funcionários) é ímpar (PROFESSOR(A) 7).

[...] Porque é uma instituição de ensino renomada, que oferece inúmeras oportunidades no campo do ensino, pesquisa e extensão, o que possibilita uma formação sólida e de qualidade aos seus discentes (PROFESSOR(A) 11).

[...] Ele oferece uma estrutura física e de pessoal melhor do que a maioria das instituições de ensino médio de Goiânia e possibilita não só qualificação dos alunos, mas também uma rede de amparo aos estudantes (PROFESSOR(A) 12).

Pois, além de ser pública, de qualidade e ter excelentes professores, oferece o ensino médio integrado, que possibilita o aluno sair como um profissional capacitado e dentro do mercado de trabalho (PROFESSOR(A) 13).

porque é pública, gratuita, de qualidade, laica, traz uma perspectiva esperançosa ao futuro de jovens menos abastados e com menos oportunidades” (PROFESSOR(A) 14).

Por ser uma instituição pública de qualidade, com profissionais capacitados e uma estrutura que leva o melhor do ensino a todas as classes sociais (PROFESSOR(A) 15).

Portanto, salientamos que a continuidade do projeto perpassa o que a instituição representa para a comunidade externa, uma instituição de qualidade que oferta cursos gratuitos com uma formação profissional para o mundo do trabalho. Esse respaldo dos professores tem uma grande representatividade para os seus alunos, que se motivam, conforme visto em depoimentos anteriores.

## 5 E agora? Como implementar o guia?

---

Por ser o projeto *Conhecendo o IFG* uma possibilidade de ampliação da democratização do acesso aos alunos, propusemos a elaboração de um guia para a efetivação do projeto institucional respaldado no diálogo junto à comunidade externa ao IFG. Além disso, analisamos que essa efetivação está em consonância com o PDI 2019-2023, que apregoou a elaboração de uma política institucional que versasse sobre as formas de acesso à instituição.

No entanto, não se trata apenas de atender dispositivos legais; o guia representa um fortalecimento da instituição IFG ao levarmos estudantes para conhecerem os câmpus. Os dados da pesquisa apontaram que mais de 90% dos alunos que visitaram o Câmpus Goiânia pertenciam a escolas da rede pública de ensino, sendo 56,52% deles da rede estadual. Além disso, 82,61% dos alunos que participaram do projeto, escolheram o câmpus como instituição de ensino por considerarem o IFG uma escola pública de qualidade.

A aproximação da instituição com os alunos visitantes é fundamental para que esses conheçam as possibilidades de cursos, de atuação, a trajetória histórica da instituição e consequentemente possam estudar numa instituição de educação profissional comprometida com a formação integral do ser humano. Assim, o IFG não se fecha em seus limites problematizadores; ele deve estar aberto, entrelaçado com a sua comunidade, em consonância com o interesse público.

Assim, elucidamos alguns tópicos que possam orientar a viabilidade do projeto *Conhecendo o IFG* nos câmpus:

O **respaldo institucional**, através da política de gestão do IFG, é fundamental para a efetiva implementação do guia. Neste sentido, garantir a instrumentalização do projeto através do **transporte dos estudantes que dele participam**, seja por meio de realização de licitação para contratação de serviço (serviço de transporte ou serviço de seguro de viagem para alunos externos), seja através de parcerias.

**Formação de comissão**, em cada câmpus, para a realização do projeto, de acordo com seu próprio “modelo”, suas necessidades, e disponibilidade de atuação dos servidores e discentes envolvidos.

Reforçar sobre o **processo histórico da instituição** durante as visitas, visto que o IFG é uma instituição centenária e que ao longo dos anos se consolidou como pública, gratuita, de “qualidade” (conforme os dados apontados da pesquisa) e que ainda luta pela democratização do acesso, pela ampliação de sua função social, bem como pela afirmação de sua autonomia.

Os temas **Comunicação** e **Extensão** contribuem para desvelar o projeto *Conhecendo o IFG* numa perspectiva de diálogo, participação, democratização e cumprimento da função social da instituição. Portanto, o fortalecimento do projeto também perpassa o fortalecimento das políticas de comunicação e de extensão.

Entender que o processo de comunicação e extensão compreende o **envolvimento de todos os atores**, é fundamental, para que o projeto *Conhecendo o IFG* seja uma proposta viável dentro da instituição, bem como também contar com a **sensibilização de toda comunidade envolvida**.

A efetivação do projeto **assentado no diálogo junto à comunidade externa ao IFG**, o qual, na perspectiva freireana, realiza-se na problematização do conhecimento, confrontada com a realidade concreta. Neste sentido, contribuir com a possibilidade de tomada de consciência dos alunos de escolas visitantes de que eles podem ingressar numa instituição pública e de qualidade.

Garantir **canais de comunicação** com o público participante, inclusive compreendendo o **projeto como espaço de interlocução** entre o IFG e o público do projeto.

Pelo exposto, entende-se que o projeto *Conhecendo o IFG* é uma forma de ampliar as possibilidades de acesso à instituição. Independentemente da escolha do câmpus para a realização das visitas, visa-se ao IFG como um todo, como uma instituição a serviço da sociedade. Não é apenas apresentar a instituição aos alunos, é contribuir para a tomada de consciência desses alunos sobre o direito de estudarem em uma instituição pública de qualidade.

Da mesma forma, não se esgotam as possibilidades do guia apenas para o público do ensino fundamental, é também podermos ampliar para os estudantes jovens e adultos, já que o IFG oferta cursos técnicos integrados na modalidade EJA.

Assim, evidenciou-se a importância que o projeto *Conhecendo o IFG* assume para os professores e alunos participantes das visitas ao câmpus, corroborando uma das principais justificativas para a efetivação do nosso Guia como produto educacional: possibilitar aos diferentes câmpus um “olhar” criterioso para que esse projeto não faça parte apenas de seu passado, mas que ele seja presente, efetivo, duradouro, dialógico e participativo.

## Referências

---

CEFET-GO. Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás. **Relatório da Gestão 2007**. Goiânia, março de 2008. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/attachments/article/239/relatoriogestao2007.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

DUARTE, Jorge. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida M. K. (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. 1. ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2011. p. 121-134.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução: Rosilda Darcy de Oliveira. 18. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: [http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia\\_do\\_oprimido.pdf](http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf). Acesso em: 27 ago. 2020.

HASWANI, Mariângela Furlan. **Comunicação pública: bases e abrangências**. São Paulo: Saraiva, 2013.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Congresso Institucional. Caderno de Propostas**: Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI. 2018a. Disponível em: [http://www.ifg.edu.br/attachments/article/5431/caderno\\_pppi\\_correto.pdf](http://www.ifg.edu.br/attachments/article/5431/caderno_pppi_correto.pdf). Acesso em: 24 out. 2020.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: 2012 a 2016. Goiânia, dez. 2013. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/122/pdi.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI/IFG 2019/2023**. Goiânia, 10 dez. 2018b. Disponível em: [https://www.ifg.edu.br/attachments/article/11544/PDI\\_IFG\\_2019\\_2023.pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/11544/PDI_IFG_2019_2023.pdf). Acesso em: 12 mar. 2019.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Política de Comunicação**. 2020a. Disponível em: [http://ifg.edu.br/attachments/article/209/Pol%C3%ADtica%20de%20Comunica%C3%A7%C3%A3o\\_Consum\\_29.03.2021-2.pdf](http://ifg.edu.br/attachments/article/209/Pol%C3%ADtica%20de%20Comunica%C3%A7%C3%A3o_Consum_29.03.2021-2.pdf). Acesso em: 03 jun. 2021.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Projeto Conhecendo o IFG**: Estudantes de escolas públicas.doc. Goiânia, 11 fev. 2011.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI/IFG)**. Goiânia, 10 dez. 2018e. Disponível em: <http://ifg.edu.br/attachments/article/209/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2033%202018.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

IFG/CÂMPUS GOIÂNIA. **Edição 2018 do Projeto Conhecendo o IFG inicia com visita de alunos da Escola Amâncio Seixo de Brito**. Goiânia, 19 jun. 2018a. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/ultimas-noticias-campus-goiania/8871-edicao-2018-do-projeto-conhecendo-o-ifg-inicia-com-visita-de-alunos-da-escola-municipal-amancio-seixo-de-brito>. Acesso em: 02 jun. 2021.

IFG/CÂMPUS GOIÂNIA. **Maratona do projeto Conhecendo o IFG recebe mais de 20 escolas que visitaram o Câmpus Goiânia**. Goiânia, 05 out. 2018b. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/ultimas-noticias-campus-goiania/10280-maratona-conhecendo-o-ifg-20-escolas>. Acesso em: 03 jun. 2021.

IFG/CÂMPUS GOIÂNIA. **Projeto Conhecendo o IFG recebe maratona de visitas até setembro**. Goiânia, 21 ago. 2018c. Disponível em: <https://ifg.edu.br/ultimas-noticias-campus-goiania/9554-projeto-conhecendo-o-ifg-recebe-maratona-de-visitas-setembro>. Acesso em: 02 jun. 2021.

IFG/CÂMPUS GOIÂNIA. **Projetos e Programas da Extensão – Câmpus Goiânia: Projeto Conhecendo o IFG**. Goiânia, 03 fev. 2020. Disponível em: <https://ifg.edu.br/goiania/campus/extensao/projetos-e-programas?showall=&start=2>. Acesso em: 07 jun. 2021.

IFG/CÂMPUS GOIÂNIA. **Relatório de Gestão 2018**: Instituto Federal de Goiás - Câmpus Goiânia.pdf. Goiânia, fev. 2019.

IFG/CÂMPUS GOIÂNIA. **Relatório de Gestão 2019.pdf**. Goiânia, [2020].

TUZZO, Simone Antoniaci. Comunicação e educação: uma ação de homens e máquinas! *In*: RODRIGUES, Cleide Aparecida Carvalho; FARIA, Juliana Guimarães; CALAÇA, Gabriella Luccianni Morais Souza (org.). **Educação, Comunicação, mídias e tecnologias**: processos de formação acadêmica. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013. Disponível em: [https://f0ab3d51-36db-40ff-b6d8-252e6a5400e1.filesusr.com/ugd/3ecc9a\\_6c5dec4028484e0fad677b4be709065b.pdf](https://f0ab3d51-36db-40ff-b6d8-252e6a5400e1.filesusr.com/ugd/3ecc9a_6c5dec4028484e0fad677b4be709065b.pdf). Acesso em: 03 out. 2020.

Comentários, dúvidas ou sugestões? Entre em contato com a gente:  
[projetoconhecendoifg@gmail.com](mailto:projetoconhecendoifg@gmail.com)



Conhecendo o IFG  
Colégio Estadual Murilo Braga | 20.03.2019

Fonte: Facebook: IFG.Goiânia, 2019.

## APÊNDICE G - Instrumento de avaliação do produto educacional

# Instrumento de avaliação do Produto Educacional

\*Obrigatório

### 1. E-mail \*

---

#### Prezado(a) servidor(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da avaliação do produto educacional "Guia para implementação do Projeto Conhecendo o IFG nos câmpus do IFG". Este produto é resultado da pesquisa de dissertação "Projeto Conhecendo o IFG: uma perspectiva dialógica entre comunicação e extensão, do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) – Polo Câmpus Anápolis do Instituto Federal de Goiás, sob orientação da professora Dra. Mad'Ana Desirée Ribeiro de Castro.

No guia, abordamos sobre o projeto Conhecendo o IFG, numa perspectiva dialógica entre comunicação e extensão, sua concepção e sua importância para a comunidade externa, e ainda como implementá-lo nos câmpus, tendo em vista que a partir de 2018 o projeto deixou de ser uma ação institucional de extensão e ficou como política e execução de cada câmpus.

Esclarecemos que será assegurado a você medidas que garantam a sua liberdade de participação, a privacidade, o anonimato e a preservação dos dados que possam identificá-lo. Sua participação nesta avaliação é voluntária e, caso você sinta qualquer desconforto em avaliar, você pode desistir a qualquer momento.

É importante a sua participação, pois a avaliação poderá contribuir para que o projeto Conhecendo o IFG seja efetivado nos câmpus da instituição. De acordo com a pesquisa, o projeto assume relevância para os participantes – professores e estudantes.

Qualquer dúvida poderá ser esclarecida pela pesquisadora responsável, via e-mail

([dalliane.louredo@gmail.com](mailto:dalliane.louredo@gmail.com)) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do telefone: (62)  .

Desde já agradeço seu apoio!

### 2. Para acessar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, clique no link: <https://bit.ly/36PJJqg>. Após ciência do TCLE você: \*

*Marcar apenas uma oval.*

Concorda em participar da pesquisa.

Não concorda e deseja encerrar sua participação.

### 3. Nome completo \*

---

4. RG \*

---

5. CPF \*

---

6. 1. Qual a sua avaliação quanto ao conteúdo do guia? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Satisfatório  
 Regular  
 Insatisfatório

7. 2. Qual a sua avaliação quanto à clareza e objetividade do texto? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Satisfatório  
 Regular  
 Insatisfatório

8. 3. Qual a sua avaliação quanto ao layout do documento? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Satisfatório  
 Regular  
 Insatisfatório

9. 4. Em sua avaliação, o guia contribuirá para a implementação do projeto Conhecendo o IFG nos câmpus da instituição? Justifique. \*

---

---

---

---

---

10. 5. Em sua opinião, o que poderia ser melhorado no guia? Deixe uma sugestão ou comentário. \*

---

---

---

---

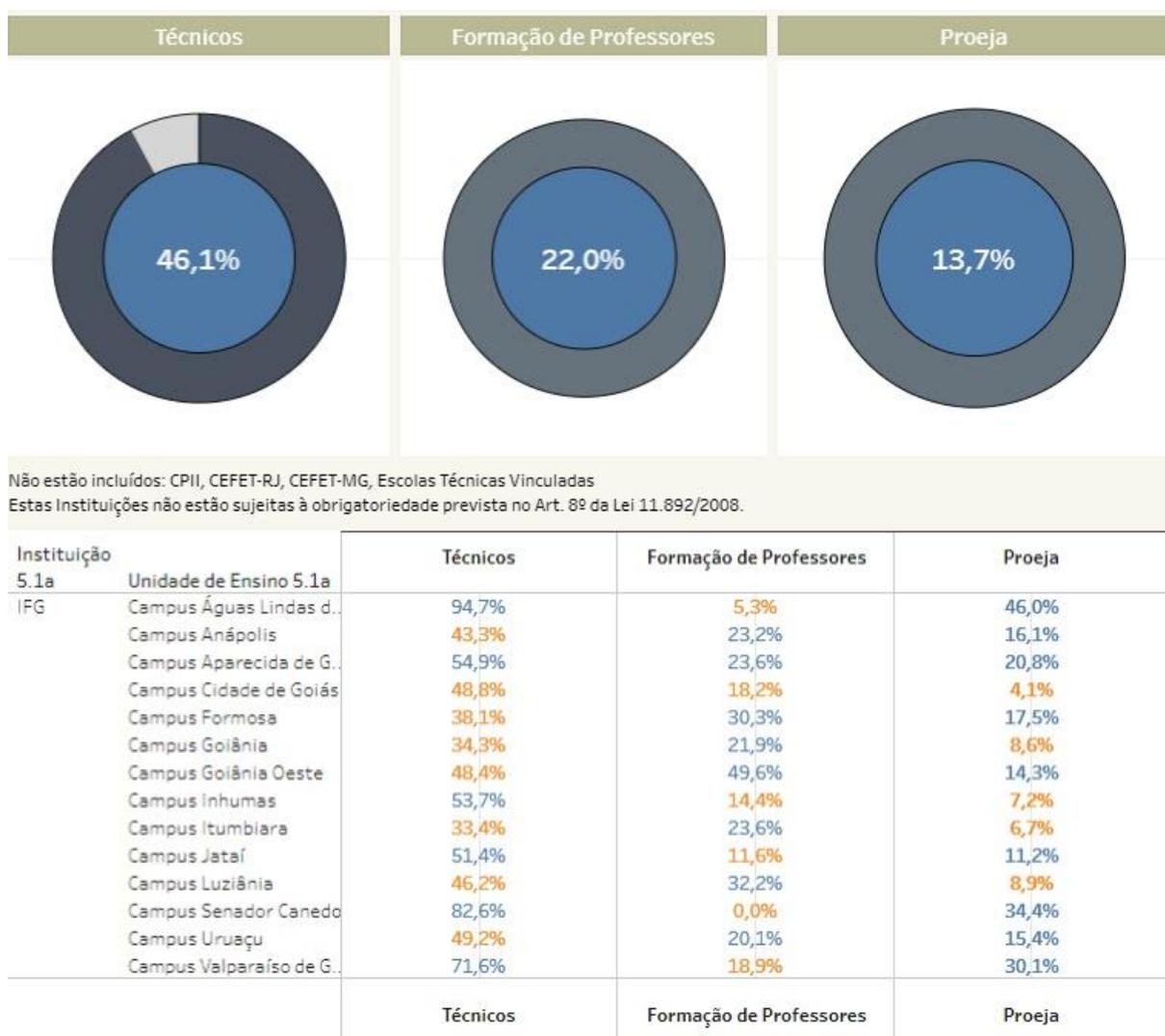
---

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

**ANEXO A - Atendimento aos percentuais estabelecidos na Lei 11.892, de 29/12/2008 e no Decreto 5.840, de 13/07/2006**



**Fonte:** Plataforma Nilo Peçanha 2020: Ano Base 2019. Acesso em: 27 set. 2020.

**ANEXO B - Projeto Conhecendo o IFG**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

**PROJETO**

**CONHECENDO O IFG – ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS**

Goiânia, 11 de fevereiro de 2011.

**Pró-Reitoria de Extensão/IFG  
Rua 75, nº 46, Centro – CEP: 74055-110 – Goiânia – GO  
Fone: (62)3227-2777**

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

**1.1. Título:** Conhecendo o IFG – Estudantes de Escolas Públicas

**1.2. Responsáveis:** Departamento de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão dos *campi*, Chefes de Departamentos de Áreas Acadêmicas, servidores e docentes.

**1.3. Local de Realização:** Nos *campi* e nas Escolas da rede pública, estadual ou municipal.

## 2 – INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Goiás faz opção pelo desenvolvimento de ações que promovam a inclusão social e, para viabilizar o atendimento desse princípio, faz reserva de 50% das suas vagas em cursos técnicos para estudantes oriundos da rede pública de ensino. Entretanto, essa iniciativa não é suficiente para garantir a democratização do acesso aos seus cursos, razão pela qual se propõe a realização do projeto “Conhecendo o IFG – Estudantes de Escolas Públicas”, realizado visando à divulgação do Instituto, seus cursos e oportunidades, para que, através do conhecimento destas, os estudantes da rede pública de ensino possam se motivar pelo ingresso nos mesmos.

## 2 – OBJETIVOS

### 2.1 – Objetivo Geral

Aproximar o IFG dos alunos do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino (municipal e estadual), divulgando as ações, atividades e cursos oferecidos pelo Instituto, além de servir como instrumento de apoio na orientação profissional desses estudantes;

### 2.2 – Objetivos específicos

- Divulgar os cursos ofertados pelo Instituto Federal de Goiás;
- Fazer orientação profissional a estudantes de Escolas públicas;
- Realizar marketing institucional;

## 3 – JUSTIFICATIVA

O Instituto Federal de Goiás, instituição pública de ensino gratuito que, há mais de um século acompanha as mudanças de paradigmas e procura responder à altura as demandas e transformações da sociedade. Uma história que se origina em 1909 com a criação da Escola de Aprendizes Artífices - na antiga capital do Estado, e passou a ser a respeitada Escola Técnica Federal de Goiás, posteriormente transformada no CEFET-GO.

O Brasil assistiu nos últimos anos uma grande expansão da Rede Federal de

Educação Profissional Científica e Tecnológica, através da transformação dos CEFETs em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com o objetivo de ampliar as vagas de educação pública e gratuita em todo o território nacional, em todos os níveis, desde a educação básica até a pós-graduação, com ênfase na educação profissional.

Até 2010 o Governo Federal cumpriu a sua meta inicial de criar 214 novas escolas federais de educação profissional em todo país, o que totalizará 400 escolas em 2011, se contar as 140 já existentes até 2003 e outras 46 escolas que estão em construção. Segundo estimativas do MEC, até o final de 2012, quando todas as escolas estiverem em funcionamento, a previsão é de 600 mil matrículas em todo o país, com o investimento de R\$ 1,1 bilhão. Esses recursos são aplicados em infraestrutura física, mobiliário e equipamentos, para que as novas escolas tenham a capacidade de atender, em média, 1,2 mil alunos, com um quadro de 60 professores(as) e 40 técnicos administrativos cada uma.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), criado pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a partir da transformação do então Centro Federal de Educação Tecnológica é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

O Instituto Federal de Goiás, que até 2007 contava com os *campi* de Goiânia e Jataí ampliou o seu campo de atuação no estado, através de seis novos *campi* em funcionamento em cidades consideradas pólos de desenvolvimento regional, como Inhumas, Itumbiara, Uruaçu, Luziânia, Formosa e Anápolis. Além desses, encontram-se em construção os *campi* de Aparecida de Goiânia e de Águas Lindas, além de gestões sendo feitas para a implantação do *campus* 2 na Capital e outro na Cidade de Goiás.

Hoje o IFG oferece além dos cursos técnicos e tecnológicos nas áreas de: Construção Civil, Geomática, Indústria, Informática, Meio Ambiente, Mineração, Química, Telecomunicações, Transportes, Turismo e Hospitalidade; cursos de Licenciatura e cursos de educação profissional técnica de nível médio integrado na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA).

A criação do IFG ampliou as possibilidades de atuação e as responsabilidades da Instituição em atuar da Educação Básica à Pós-Graduação. Porém é comum encontrar na sociedade pessoas que não sabem que o IFG é uma instituição de ensino público e gratuito, em especial, os estudantes das escolas públicas muitas vezes sequer sabem que podem ingressar na Instituição.

Assim sendo, para superar esse e outros desafios característicos de uma instituição

pública, o IFG tem buscado ampliar e fortalecer seus vínculos com a sociedade, por meio da aproximação com os organismos sociais e da comunidade em geral, incentivando e encaminhando programas, ações e projetos voltados para resgatar o seu papel socializador, na perspectiva da ampliação dos valores da democracia e da cidadania. Nesse contexto que se propõe o projeto “*Conhecendo o IFG*”, que tem o objetivo de aproximar o Instituto dos alunos do ensino fundamental e médio das redes municipal e estadual, divulgando as ações, atividades e cursos oferecidos e também servir como instrumento de apoio na orientação profissional desses estudantes.

#### **4 – AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS**

4.1. Visitas de Estudantes ao IFG;

4.2. Visitas de servidores do IFG às Escolas públicas;

#### **5 – METODOLOGIA**

5.1. Visitas de Estudantes ao IFG: As visitas dos alunos ao IFG serão realizadas em um dia fixo da semana, preferencialmente no mesmo período, visando a criação de uma rotina de divulgação institucional. As escolas interessadas em visitar o IFG deverão encaminhar solicitação à Chefia do Departamento de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão e as visitas serão acompanhadas por um professor que intermediará a relação entre a escola e o IFG. O Instituto responsabilizar-se-á pelo transporte do grupo de alunos da escola até o campus e pelo retorno para a escola após a visita. Durante a visita os alunos receberão informações sobre a Instituição, sobre os cursos oferecidos, procedimentos de inscrição, critérios de seleção e atividades desenvolvidas no IFG, por meio de uma multimídia e folders, e também terão a oportunidade de fazerem um *Tour* guiado pelas dependências do campus, visando conhecer sua infraestrutura como, salas de aulas, laboratórios e oficinas, espaços de arte, cultura e recreação.

5.2. Visitas do IFG às Escolas: As visitas das equipes do Instituto Federal de Goiás às escolas da rede municipal ou estadual de ensino serão programadas em função da disponibilidade da escola em receber a equipe. Nesse caso, tanto o IFG poderá solicitar à Direção das escolas, permissão para realizar a visita, como as escolas poderão manifestar seu interesse em receber a visita da equipe do Instituto. Durante a visita da equipe do IFG será realizada para os estudantes, uma apresentação da multimídia institucional com informações sobre as ações, atividades e cursos oferecidos pelo Instituto.

## **6 – RECURSOS**

**6.1. Recursos Humanos:** Os servidores lotados nos campi do Instituto Federal de Goiás, como os chefes do Departamento de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, os Chefes de Departamentos Acadêmicos, docentes e servidores administrativos.

**6.2. Recursos Infraestruturais:** os seguintes recursos serão utilizados:

- Ônibus para o transporte de estudantes;
- Auditório ou sala de aulas;
- Laboratórios da instituição;
- Equipamentos de projeção.

## **6 – A ORIENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

O projeto “Conhecendo o IFG” será orientado pela Pró-Reitoria de Extensão e acompanhado e avaliado por meio dos Departamentos de Pesquisa Pós-Graduação e Extensão dos campi. Ao final do projeto será realizada reunião de avaliação com todas as equipes do Instituto que trabalharam no projeto e com os professores e gestores das escolas das redes municipal e estadual que se envolveram no projeto.

Goiânia, 22 de junho de 2010.

Prof. Dr. Aldemi Coelho Lima

Pró-Reitor de Extensão/IFG

## ANEXO C - Nota Pública IFG – COVID-19 (emitida em 15 de março)

Gestão

### NOTA PÚBLICA

NOTA PÚBLICA IFG - COVID 19 (emitida em 15 de março)

• 🗨️

- Criado: Domingo, 15 de Março de 2020, 19h26
- Última atualização em Quarta, 01 de Abril de 2020, 14h53

Tweetar

Compartilhar



O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), em continuidade às medidas de prevenção já adotadas pela Instituição e em face da nota técnica emitida neste domingo, 15, pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, determinando a paralisação das aulas em todos os níveis educacionais públicos e privados do Estado, como medida de prevenção contra a contaminação pelo novo coronavírus (COVID-19), resolve:

1. Suspender as aulas de todos os campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) a partir desta segunda-feira, 16 de março, por um período de 15 (quinze) dias, conforme recomendado na nota técnica da Secretaria de Estado da Saúde;
2. A suspensão das aulas pode ser prorrogável, conforme consta da nota técnica e dependerá de avaliação da autoridade sanitária do Estado de Goiás;
3. O Comitê Operativo de Emergência Covid 19 do IFG, em consonância com a autoridade sanitária estadual, reavaliará a situação ao final deste período de suspensão das aulas;
4. O Comitê Operativo de Emergência Covid 19 do Ministério da Educação (COE/MEC), do qual o reitor do IFG professor Jerônimo Rodrigues da Silva faz parte como representante do Conif (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica), realiza reunião para tratar da questão nesta segunda-feira, 16;
5. Após a reunião do COE/MEC, os comitês locais do IFG deverão realizar reuniões para avaliar as atividades administrativas e os desdobramentos referentes à suspensão das aulas;
6. Em relação ao item 2 da nota técnica da Secretaria de Saúde, sobre a exceção da suspensão das aulas aos estudantes dos cursos da área de saúde, os comitês locais deverão avaliar a questão.

O IFG reitera à comunidade acadêmica que estão mantidas as demais orientações que constam da nota pública emitida na última sexta-feira, 13 de março, em especial para servidores que apresentarem sintomas gripais, para que não compareçam às suas atividades e que procurem os serviços de saúde pública para receber orientação e atendimento adequados.

Recomenda-se que quaisquer dúvidas sejam encaminhadas ao Comitê por meio do e-mail [covid-19@ifg.edu.br](mailto:covid-19@ifg.edu.br).

*Jerônimo Rodrigues da Silva*  
Reitor do IFG

- Leia as informações sobre a Nota Técnica: <https://www.goias.gov.br/index.php/servico/35-saude/120919-governo-suspende-aulas-nas-escolas-publicas-e-privadas-de-goias>

- Leia a nota pública do IFG (13/3/2020): <http://ifg.edu.br/component/content/article/17-ifg/ultimas-noticias/17174-nota-covid-ifg>